

Rosemary Tofani Motta

**BAPTISTA CAETANO DE ALMEIDA:
um mecenas do projeto civilizatório em
São João d'El-Rei no início do século XIX
- a biblioteca, a imprensa e a sociedade literária**

Belo Horizonte

Escola de Biblioteconomia da UFMG

2000

Rosemary Tofani Motta

**BAPTISTA CAETANO DE ALMEIDA: um mecenas do projeto
civilizatório em São João d'El-Rei no início do século XIX
- a biblioteca, a imprensa e a sociedade literária**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Escola de Biblioteconomia da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

Área de Concentração: Informação e Sociedade

Orientadora: Prof^a. Alcenir Soares dos Reis
EB/UFMG

Co-Orientadora: Prof^a. Marta Eloísa Melgaço
Neves – EB/UFMG

Belo Horizonte

Escola de Biblioteconomia da UFMG

2000

M 921 b Motta, Rosemary Tofani

Baptista Caetano de Almeida : um mecenas do projeto civilizatório em São João d'El-Rei no início do século XIX - a biblioteca, a imprensa e a sociedade literária. - Belo Horizonte : UFMG/EB, 2000

173 p.: il.

Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) Escola de Biblioteconomia
da Universidade Federal de Minas Gerais.

1. Iluminismo 2. Civilização – Brasil

I Título

CDD : 940. 25

FOLHA DE APROVAÇÃO

Título da Dissertação: BAPTISTA CAETANO DE ALMEIDA: um mecenas do projeto civilizatório em São João d'El-Rei

Nome do aluno: ROSEMARY TOFANI MOTTA

Data: 02 de março de 2000

Dissertação de mestrado defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação e aprovada, em 02 de março de 2000, pela banca examinadora constituída pelas professoras:

Prof^a. Alcenir Soares dos Reis – Orientadora

Prof^a. Lucy Gonçalves Fontes Hargreaves

Prof.^a Betânia Gonçalves de Figueiredo

Belo Horizonte (M.G.), 02 de março de 2000

Ao Carlos, companheiro e incentivador sempre presente, apesar de sua ausência física.

AGRADECIMENTOS

A finalização deste trabalho marca um período muito significativo da minha vida sendo que a sua concretização representa mais uma etapa vencida e um degrau a mais no pódio das minhas conquistas pessoais. Sua realização foi muito gratificante e prazerosa e me possibilitou um grande amadurecimento. Entretanto, reconheço que, apesar do meu empenho e dedicação, sozinha não obteria os mesmos resultados e, por este motivo, desejo colocar aqui meus agradecimentos a todos aqueles que, de alguma forma, contribuíram para a realização deste trabalho. Deixo os meus agradecimentos especiais para:

Meus filhos Maria Amélia, André, Henrique que me incentivaram e propiciaram condições favoráveis para que eu pudesse me dedicar bastante à pesquisa e, muito especialmente, ao caçula Pedro, que, apesar de sua pouca idade soube compreender a importância da realização deste trabalho para mim. Obrigado por suportarem pacientemente esta minha “paixão”.

Minha orientadora Alcenir por ter dedicado seu precioso tempo às minhas questões, acompanhando-me em toda a trajetória com competência e amizade e por acreditar no meu potencial.

Marta Heloísa Melgaço Neves que fez a orientação na parte de História do Brasil.

Professores do Curso de Mestrado em Ciência da Informação e todos os professores com quem tive oportunidade de conviver e que alargaram os meus horizontes.

Colegas do mestrado que, num processo construtivo de troca, contribuíram para a ampliação dos meus conhecimentos.

Funcionários das bibliotecas da EB, da FAE, da FACE, do Centro de Memória, da FAFICH – UFMG - que sempre estiveram prontos a ajudar com o seu profissionalismo.

Maria Tereza, minha paciente amiga .

Funcionários da Biblioteca Pública “Baptista Caetano de Almeida” de São João d’El-Rei.

Cláudia Resende Silva, historiadora e colega de mestrado que me apresentou São João d’El-Rei.

Sr. Luiz Francisco Guilherme Macedo, responsável pela Biblioteca Pública de Camanducaia e que foi incansável na obtenção de uma cópia do registro de nascimento de Baptista Caetano.

Irma Leonor que me incentivou e apoiou nos tropeços.

Marina, sempre presente em todos os momentos.

Rosana, Gisele, Simone e Rodrigo pelo apoio técnico.

Suzy, pela valiosa colaboração.

Seria impossível lembrar-me de todos os nomes mas, àqueles que me omiti de mencionar dedico a minha mais sincera gratidão.

SUMÁRIO

1	CAPÍTULO 1 - APRESENTANDO A PESQUISA.....	14
1.1	Introdução	15
1.1.1	Definindo os contornos da pesquisa	16
1.2	Questões fundamentais e objetivos	19
1.3	Considerações metodológicas.....	20
2	CAPÍTULO 2 – REVISITANDO O CONTEXTO HISTÓRICO – POLÍTICO.....	27
2.1	A sociedade brasileira no início do século XIX: uma visão panorâmica.....	28
2.1.1	A descoberta do ouro e a constituição da sociedade mineradora	32
2.1.1.1	A urbanidade: o traço distintivo da região mineradora	36
2.1.1.2	A sociedade mineradora: a especificidade de sua organização	40
2.1.2	A chegada da Família Real e o impacto deste fato sobre a sociedade brasileira	43
2.2	São João d’El-Rei: criação e florescimento	48
2.2.1	São João d’El-Rei: importância e desenvolvimento	52
2.3	O ideário iluminista: os elementos da razão no cenário brasileiro.....	61

3	CAPÍTULO 3 – BIBLIOTECA, IMPRENSA E SOCIEDADE LITERÁRIA: uma leitura sob o prisma da História	66
3.1	Livros e Bibliotecas: uma aproximação histórica	67
3.1.1	Bibliotecas em Minas: uma contribuição à identidade nacional ..	75
3.2	A imprensa periódica no Brasil.....	78
3.3	As Sociedades Literárias no Brasil	83
4	CAPÍTULO 4 – O HOMEM BAPTISTA CAETANO DE ALMEIDA: suas origens e seus ideais	88
4.1	As origens e os ideais	89
4.1.1	Enraizamento e adaptabilidade a São João d’El-Rei.....	92
4.2	A busca de instrução : a alternativa para o progresso e a civilização	96
5	CAPÍTULO 5 – BAPTISTA CAETANO DE ALMEIDA: mecenas de um projeto civilizatório.....	101
5.1	As estratégias de Baptista Caetano de Almeida para implementação do projeto de civilização	102
5.2	A Biblioteca Pública de São João d’El-Rei : uma ação no processo civilizatório	105
5.2.1	A coleção de livros de Baptista Caetano de Almeida	114
5.2.1.1	O desenvolvimento da coleção	118
5.2.2	O impacto da criação da Biblioteca Pública sobre a sociedade	

	sanjoanense	120
5.3	A imprensa em São João d'El Rei: ampliando o projeto civilizatório	125
5.3.1	Outras atividades da Tipografia do "Astro de Minas"	134
5.4	A Sociedade Phylopolitechnica	136
6	CONCLUSÃO	147
7	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	160
8	ANEXOS.....	167
8.1	DOAÇÕES à Biblioteca Pública de São João d'El-Rei	167
8.2	OBRAS vendidas nas Oficinas do Astro de Minas	170
8.3	RESUMO do catálogo das obras pertencentes à Biblioteca Pública de São João d'El-Rei em 1938	172
8.4	FIGURAS.....	173

LISTA DE ABREVIATURAS

BMBCA- Biblioteca Municipal Baptista Caetano de Almeida

BCA – Baptista Caetano de Almeida

EB – Escola de Biblioteconomia

FAFICH – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

FUNREI – Fundação de Ensino Superior de São João d’El-Rei

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

LISTA DE FIGURAS

- 1 - Biblioteca Municipal Baptista Caetano de Almeida Anexo 4
- 2 - As três primeiras Comarcas de Minas Gerais- 1714 Anexo.4
- 3 - Mapa da Comarca do Rio das Mortes Anexo.4
- 4 - Caminhos para as “ Minas do Ouro” Anexo 4
- 5 - A Vila de São João d’El-Rei Anexo 4
- 6 - Registro de nascimento de Baptista Caetano de Almeida..... Anexo 4
- 7 - Antiga Casa de Misericórdia Anexo .4
- 8 - Casa da Câmara e Cadeia – atual Prefeitura Municipal de São João d’El-Rei Anexo.4
- 9 - Livro para a subscrição voluntaria a beneficio da manutenção da Livraria Publica de São João d’El-Rei Anexo.4
- 10 - Jornal “Astro de Minas” Anexo 4

RESUMO

Discute-se a institucionalização da Biblioteca Pública de São João d'El-Rei e apresenta-se a figura de Baptista Caetano de Almeida, seu criador, no contexto da Vila de São João d'El-Rei, no início do século XIX. Descreve-se de forma panorâmica, a sociedade brasileira desde o descobrimento até o final do século XVIII e o início do XIX, destacando-se principalmente, a sociedade mineradora e, especificamente a realidade da mesma no contexto de São João d'El-Rei. Expõe-se, sob um prisma histórico, os elementos relativos a livros e bibliotecas, imprensa e sociedades literárias daquela época. Indica-se os fundamentos teóricos e metodológicos da pesquisa e aponta-se as fontes primárias consultadas, destacando-se, dentre elas, as atas da Câmara municipal de São João d'El-Rei e o jornal "Astro de Minas", este, no período de 1827 a 1839. Evidencia-se, como resultantes da pesquisa, a relação entre as instituições – biblioteca, imprensa e sociedade literária – e o contexto histórico-cultural. Revela-se, ainda, a significativa importância do papel de Baptista Caetano de Almeida, haja vista sua atuação na construção de um projeto civilizatório para aquela região. Destaca-se o caráter visionário daquele idealizador que, como partícipe do ideário iluminista, vislumbrou, naquelas instituições, uma forma de contribuir para o rompimento com a barbárie e a ignorância, construindo uma identidade nacional.

“Os homens, quando participam de acontecimentos, não sabem exatamente que futuro engendram, mas o historiador conhece o futuro e é então, no realizado desse futuro, que obterá a permissão para conhecer o passado. Um dado fragmentado da realidade ou uma parte da totalidade revelada como efeito de acontecimentos passados é que permite penetrar na gênese desses acontecimentos. No entanto, o futuro, enquanto efeito, é composto de efeitos, que na medida em que se modificam – ampliam ou estreitam – fornecem o ponto de partida de uma marcha na qual o historiador volta indo.”

(LOPES, Eliane, 1985, p.29)

CAPÍTULO 1

APRESENTANDO A PESQUISA

1.1 Introdução

A presente pesquisa está centrada na identificação dos elementos que levaram Baptista Caetano de Almeida - um comerciante e político que viveu em São João d'El-Rei no início do século XIX - a fundar, ali, uma das primeiras bibliotecas públicas de Minas Gerais, com o objetivo de contribuir para tirar o povo sanjoanense das trevas da ignorância.

O meu interesse pela Biblioteca Municipal Baptista Caetano de Almeida que, neste texto, será identificada pela sigla BMBCA, surgiu ainda durante a minha graduação na Escola de Biblioteconomia da UFMG, quando da freqüência à disciplina “Preservação de Acervos de Bibliotecas,” à época ministrada pela Professora Sônia de Conti Gomes. No contexto daquela disciplina, ao nos transmitir os princípios básicos de preservação de acervos bibliográficos, a referida professora sempre mencionava o acervo antigo desta biblioteca que, apesar do seu significativo valor histórico como riquíssima fonte de informações para pesquisadores e estudiosos, encontrava-se em avançado estado de degradação física. Essas constantes referências despertaram em mim o interesse em conhecer “in loco” a biblioteca citada e, ainda, um pouco mais da sua trajetória nos seus quase dois séculos de existência.

A esperada oportunidade surgiu quando, em 1988, fui selecionada, junto com mais duas alunas de graduação da Escola de Biblioteconomia da UFMG para participar de um projeto denominado “Uma biblioteca do século XIX”, com Bolsa de Iniciação Científica financiada pelo CNPq. Na execução do projeto, participei tanto da etapa da pesquisa para identificação das obras raras

desse acervo(sob a orientação das professoras Lucy Gonçalves Fontes e Marysia Malheiros Fiúza), quanto da de preservação das obras (sob a orientação da professora Sônia de Conti Gomes).

Assim, vem dessa época o meu interesse pela BMBCA; todo esse meu envolvimento resultou no nascimento de um grande respeito e admiração por seu acervo antigo, bem como pela figura do seu idealizador, Baptista Caetano de Almeida.

Pelo valor e significado da referida biblioteca e pelas circunstâncias que envolveram a sua criação, no momento de fazer a escolha do tema para a dissertação, senti-me motivada e bastante entusiasmada com a perspectiva de poder aprofundar no conhecimento relativo àquela instituição. A esses somava-se o desejo de entender os motivos que levaram Baptista Caetano de Almeida a conceber tal empreendimento, tão arrojado para as Minas Gerais do início do século XIX.

Por outro lado, constituía-se também como elemento desafiador, compreender como os homens apreendiam os assuntos do seu tempo, ou, colocando tal questão em termos atuais, perguntar-se-ia de que forma os homens tinham acesso às informações.

1.1.1 Definindo os contornos da pesquisa

Ao participar do processo de seleção de candidatos ao curso de Mestrado em Ciência da Informação e, em função do interesse já despertado em mim pela Biblioteca Municipal de São João d'El-Rei, defini, como proposta de trabalho, estudá-la. Inicialmente tinha como objetivo pesquisar os aspectos relativos à preservação física das obras que compõem o seu acervo antigo,

quando seriam enfocados os seguintes pontos: que tipos de agentes deteriorantes atuaram no acervo, contribuindo para a sua degradação física; que elementos dificultaram ou impediram uma ação de preservação adequada daquelas obras; por que não foram dedicados a esta importante coleção os cuidados de que ela necessita, e que merece, para permanecer no tempo e continuar a ser o testemunho de um período tão significativo da história de Minas Gerais e do nosso país. Esses aspectos relativos a tal biblioteca me cativaram por apresentarem uma estreita ligação com minha área de atuação profissional, ou seja, a preservação dos acervos de bibliotecas, notadamente os acervos bibliográficos.

Dando início à pesquisa, fiz como geralmente fazem os pesquisadores que buscam respostas para as questões que se apresentam no tempo presente: voltei ao passado. Busquei reconstituir o passado daquela biblioteca para tentar entendê-la tal qual se apresenta na atualidade. Voltei às suas origens e me deparei com um universo que me era inteiramente desconhecido, desafiando-me a estudá-lo um pouco mais, ou seja, o contexto sócio-político-econômico e cultural que induziu e possibilitou o seu aparecimento.

Assim, tendo em vista as novas perspectivas de estudo que se colocaram - as origens da biblioteca e o contexto histórico-cultural que propiciou a sua institucionalização – passaram estes a se constituir o objeto central da presente pesquisa. Entretanto, estes novos enfoques não representaram uma mudança na proposta inicial (estudo dos problemas de preservação física do acervo) e sim um aprofundamento e ampliação da

mesma, tendo sido incorporado ao entendimento das dimensões dessa preservação física o olhar histórico-cultural. Caracterizar esse contexto é, em última instância, resgatar a identidade da BMBCA e, ainda, uma parte da sua memória que se vincula à própria história do nosso país; é buscar defender a sua preservação enquanto instituição e testemunho do nosso passado cultural.

Concretamente, a realização deste trabalho se fez tendo como cerne as seguintes indagações:

- Qual a contribuição que o entendimento do passado de uma instituição deste tipo pode nos fornecer para o entendimento de sua atual situação?
- Quais foram os elementos econômicos, políticos e culturais que propiciaram a criação daquela instituição?
- Qual a importância de se preservar o acervo daquela biblioteca?

Dessa forma, visando ampliar o entendimento de tais indagações, percebendo-as em sua vinculação histórica, optei por buscar compreender a criação de tal instituição, recorrendo aos elementos do contexto político e cultural de sua implementação, como norteadores.

Em aporte a esta perspectiva, vale lembrar o que, na introdução do livro “História do Brasil” seu autor, Boris Fausto assinala, com muita propriedade : *“não chega a ser cidadão quem não consegue se orientar no mundo em que vive, a partir do conhecimento da vivência das gerações passadas”*. (FAUSTO, 1998, p.13) Conhecer o passado para que possamos nos localizar no mundo presente é, então, essencial para nós, humanos.

A esse respeito, Rose-Marie INOJOSA (1978, p.32) também compartilha com a perspectiva de Fausto e acrescenta que, existe uma crescente tendência para uma conscientização do fato de que:

“A identidade de uma nação, como a de um indivíduo, é mantida graças aos testemunhos de sua atuação, de sua memória,[...] a identidade é essencial a sua própria sobrevivência e independência desta nação.”
INOJOSA (1978, p.32)

Face à perspectiva orientadora, tornou-se possível estabelecer as questões que fundamentaram a pesquisa, bem como os objetivos que conduziram à sua efetivação.

1.2 Questões fundamentais e objetivos

Este trabalho se estruturou a partir de duas indagações principais : quais foram os condicionantes históricos, políticos e econômicos presentes no contexto de criação da Biblioteca Pública Municipal de São João d'El-Rei? Quais foram as possíveis motivações que levaram Baptista Caetano de Almeida a atuar como um dos agentes do processo civilizatório em tal contexto?

Em decorrência das questões problematizadas delinear-se, então, os objetivos a serem buscados. Desta forma, constituiu-se como objetivo geral, identificar, compreender e analisar os condicionantes histórico-políticos presentes no contexto da criação da Biblioteca Pública Municipal de São João d'El-Rei, no início do século XIX, bem como identificar e compreender os fatores que levaram Baptista Caetano de Almeida a atuar como um dos agentes do processo civilizatório naquele contexto, e apontar as suas possíveis motivações para implementar, especialmente, a criação daquela instituição.

A consecução deste trabalho se fez em dois momentos indissociados. O primeiro buscou obter uma visão do contexto histórico-cultural e, o segundo, apreender a inserção e as razões que poderiam explicar a atuação de Baptista Caetano de Almeida naquela realidade.

1.3 Considerações metodológicas

Visando encontrar respostas para as questões anteriormente formuladas, buscou-se desenvolver procedimentos metodológicos específicos e adequados à complexidade do problema. Em decorrência da temática definida e das características do objeto da pesquisa, seu desenvolvimento se fez tendo como eixo a análise documental. A condução de tal processo se realizou buscando rastrear fontes prováveis para subsidiar o trabalho (visitas ao Instituto Histórico e Geográfico de São João d'El-Rei, à igreja Matriz de Camanducaia, consultas à Biblioteca Municipal de Camanducaia e aos Livros da Igreja de Nossa Senhora do Pilar em São João d'El-Rei), e ainda captar em fontes históricas - documentos oficiais da Câmara Municipal de São João d'El-Rei, relatos de viajantes, jornal do período – os elementos que pudessem esclarecer o problema proposto.

Considerando-se ainda, que as questões aqui abordadas se referem a um tempo passado (1797 – 1839) e que as respostas também advêm e se relacionam com o passado, este trabalho se desenvolveu com vistas a realizar os objetivos anteriormente citados. Desta forma, a condução da pesquisa se fez pelas definições metodológicas, pela reconstrução do cenário histórico-cultural, e ainda, na intermediação entre as fontes teóricas e documentais, que

propiciaram diferentes questionamentos, dando à pesquisa seu caráter processual.

Em termos teóricos e, como subsídio metodológico compreendia-se que ao se implementar uma pesquisa, constitui-se fator relevante a escolha do método, ou seja, o caminho e o instrumental que se adotará para se abordar a realidade pretendida. Concretamente, cada objeto requer um determinado método que lhe seja adequado, e que irá determinar a forma de aproximação com o mesmo, bem como os seus resultados. Os objetos de pesquisa, em função de sua especificidade, podem exigir uma abordagem que privilegie a dimensão quantitativa ou a qualitativa.

No que se refere à abordagem quantitativa, a mesma recorre à mensuração dos dados para se aproximar da realidade pretendida, enquanto em uma pesquisa qualitativa essa aproximação é feita através dos significados, enfatizando *“as especificidades de um fenômeno em termos de suas origens e de sua razão de ser.”* (HAGUETTE, 1987, p.55)

Com relação à pesquisa qualitativa nas ciências sociais, MINAYO traduz como preocupação da mesma o seguinte:

“ um nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, trabalha com o universo dos significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis” (MINAYO, 1994, p.21)

Dessa forma e face à especificidade do tema da presente pesquisa, a opção foi encaminhá-la numa perspectiva qualitativa, haja vista que privilegia a apreensão da historicidade, dos significados e das relações entre os homens,

elementos esses que, sob a ótica adotada, não são passíveis de quantificações para a consecução dos resultados.

Entretanto, vale ressaltar que a pesquisa qualitativa não é destituída de quantificações, porém, elas aparecem, não para valorar as questões e sim para auxiliar na compreensão das mesmas. Portanto, os dados quantitativos e qualitativos se complementam e interagem. Para MINAYO,

“ a diferença entre qualitativo e quantitativo é de natureza. Enquanto cientistas sociais que trabalham com estatísticas apreendem dos fenômenos apenas a região visível, ecológica, morfológica e concreta, a abordagem qualitativa aprofunda-se no mundo dos significados, das ações, das relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas.” (MINAYO, 1994, p. 22)

Assim, para viabilizar esta pesquisa no enfoque anteriormente apontado, recorreu-se às seguintes fontes:

- fundamentos históricos (do Brasil, de Minas Gerais, de São João d’El-Rei) que forneceram os subsídios para a reconstituição do contexto histórico, político, econômico e cultural que antecederam o surgimento da biblioteca;
- atas da Câmara Municipal de São João d’El-Rei- que são parte integrante do acervo desta biblioteca e que forneceram elementos para a reconstituição do contexto político da época e também da atuação de Baptista Caetano de Almeida naquela vila. Foram lidos aproximadamente 40 documentos originais, atividade desenvolvida com relativa dificuldade, em função do limitado conhecimento de paleografia;
- exemplares do “Astro de Minas”, jornal criado também por Baptista Caetano de Almeida em 1827 e que se constitui em uma rica fonte de pesquisa para a recuperação do cenário sanjoanense, de Minas Gerais e do país, no início

do séc. XIX. Foram consultados, através de leitora de microfilmes, 1174 exemplares daquele periódico, tendo sido despendidas na referida tarefa cerca de 104 hs;

- relatos dos viajantes que visitaram Minas Gerais no período em questão, dentre eles : Antonil, Burns, Burton, Luccock, Mawe, Pohl, Spix e Martius, Walsh – sendo relevante destacar que alguns viajantes chegaram, inclusive, a conhecer a Biblioteca Pública de São João d’El-Rei e fazem referência a ela. Esses relatos dos viajantes se constituem, assim, em uma fonte rica para a reconstrução do contexto que deu origem à biblioteca
- artigos e documentos publicados na Revista do Arquivo Público Mineiro.

Se o objetivo inicial era identificar o contexto de criação da BMBCA, no decorrer do processo de pesquisa e de reconstrução da trajetória de constituição da mesma, questões significativas emergiram, fazendo com que o centro deste trabalho se ampliasse, evidenciando o papel de Baptista Caetano de Almeida como um mecenas do processo civilizatório, criando a Biblioteca Pública, a Imprensa e a Sociedade Literária no contexto de São João d’El-Rei.

Por outro lado, vale destacar que, enquanto a pesquisa realizada junto a esse mesmo acervo em 1988 (Lucy G. Fontes, Marysia M. Fiuza, Sônia de Conti Gomes) tinha como foco identificar, organizar e disponibilizar o acervo antigo para a consulta, este trabalho enfatiza a relação entre o contexto histórico, as instituições criadas e o papel de Baptista Caetano de Almeida.

Concretamente, a interpretação dos dados desta pesquisa revela uma leitura pessoal, realizada a partir de uma determinada perspectiva teórica, e em função dos documentos pesquisados. Entretanto, vale apontar que as fontes que forneceram importantes subsídios para a compilação dos fatos referentes a Baptista Caetano - o jornal “Astro de Minas” e a biografia elaborada pelo seu irmão Francisco de Assis Almeida – seguramente apresentam uma visão unilateral daquele personagem. Porém, à medida em que não foram encontrados outros documentos que permitissem o confronto com as idéias constantes dos documentos, tem-se presente este aspecto limitador.

Quanto ao lapso de tempo abarcado pela pesquisa, deve-se salientar que, apesar da referência a fases distintas da nossa história, isto se dá tão somente para propiciar o entendimento das questões aqui levantadas, que se referem especialmente à compreensão da ação de Baptista Caetano de Almeida (1797 – 1839) personagem singular, objeto deste trabalho.

Assim, em decorrência da proposta inicial estabelecida, como dos subsídios teóricos que a sustentaram e, ainda, dos elementos advindos ao longo do seu desenvolvimento, tornou-se possível dividir o presente trabalho em seis capítulos.

O capítulo um – **“Apresentando a pesquisa”**- é composto pela Introdução que indica o tema da pesquisa, pelas questões fundamentais, pelos objetivos e, ainda, pela metodologia utilizada para a realização da pesquisa.

O capítulo dois – **“Revisitando o contexto histórico-político”**- remete à situação da sociedade brasileira, recapitulando pontos da história do Brasil e de Minas Gerais que foram indispensáveis para a contextualização e

compreensão do período focado e que se constituíram como condicionadores da criação da BMBCA. O capítulo retrocede às origens da Capitania de Minas Gerais, com suas peculiaridades, e descreve como surgiu e se desenvolveu a sociedade mineradora, mais especificamente, a da Vila de São João d'El-Rei.

O capítulo três – **“Biblioteca, Imprensa e Sociedade Literária: uma leitura sob o prisma da História”** – faz um breve relato do estado destas instituições no Brasil, destacando o poder de coerção desempenhado pela Coroa portuguesa no sentido de proibir a existência das mesmas, na colônia.

O capítulo quatro – **“O Homem Baptista Caetano de Almeida: suas origens e seus ideais”** – procura traçar o perfil daquele visionário a partir do ideal por ele propugnado: promover, através da criação de instituições que julgava essenciais – Biblioteca Pública, Imprensa e Sociedade Literária - a civilização e o progresso em São João d'El-Rei.

O capítulo cinco – **“ Baptista Caetano de Almeida: mecenas de um projeto civilizatório”** – descreve as instituições idealizadas e criadas por aquele mecenas no contexto de São João d'El-Rei. Ressalta a atuação da Biblioteca Pública, as atividades da Imprensa com destaque para o jornal “Astro de Minas,” e o projeto de criação de uma Sociedade Literária. Descreve-se, também, o papel destas instituições no sentido de tornar a vila mais instruída e romper com as trevas da ignorância, impondo a razão como elemento primordial no entendimento da realidade.

O capítulo seis – **“Conclusão”** - resgata, de forma sintética, os principais aspectos advindos da pesquisa, notadamente aqueles relativos a

Baptista Caetano de Almeida e às instituições por ele criadas. Aponta também os aspectos contraditórios que a pesquisa revela e indica, ainda, a importância deste trabalho na vivência do pesquisador, propiciando-lhe o entendimento aprofundado da relação passado-cidadania.

“Os colonos que a princípio se consideravam “os portugueses do Brasil”, acreditando que a única diferença entre os habitantes do império era de área geográfica, percebem, cada vez mais claramente, a incompatibilidade existente entre seus interesses e os da metrópole. A luta, que inicialmente se manifesta como uma luta de vassalos contra o rei, muda de sentido, convertendo-se em luta de colonos contra a metrópole.”

(VIOTTI da COSTA, 1974, p. 83)

CAPÍTULO 2

REVISITANDO O CONTEXTO HISTÓRICO-POLÍTICO

2.1 Sociedade brasileira no início do século XIX: uma visão panorâmica

Considerando que o presente estudo objetiva entender os fatores que propiciaram as condições para a criação da Biblioteca Pública de São João d'El-Rei, compreendendo-a em sua inserção no quadro político, econômico e cultural presente naquele contexto e, ainda, identificar as possíveis motivações de seu criador, torna-se necessário fazer a caracterização da sociedade brasileira no período em questão.

Assim, em função desta perspectiva, retornaremos aos anos finais do século XVIII, e ao início do XIX, período em que a sociedade brasileira vivenciava um momento de mudanças decisivas em sua história, geradas principalmente pelo descontentamento dos brasileiros em relação à política de exploração e às altas taxas de impostos adotadas pela Coroa portuguesa. Essa insatisfação insuflou discórdias, insurreições e revoltas com traços anti-lusitanos marcantes, culminando na separação do Brasil do domínio português.

Por outro lado, após a Independência, o Brasil despontou no cenário mundial do século XIX como uma nação que buscava traçar o seu próprio destino e identidade. Espelhou-se, então, na Europa como modelo inspirador de civilização. Para localizar tal momento de nossa história é interessante relembrarmos algumas questões que foram determinantes para a constituição da sociedade brasileira no período em questão.

Voltemos, de forma panorâmica, aos anos que se seguiram ao descobrimento, tomando como referência o ano de 1530, quando o território brasileiro, mais especificamente o seu litoral, foi dividido em 12 porções denominadas “*Capitanias Hereditárias*”¹. Elas eram grandes faixas de terra no litoral, doadas pelo rei a portugueses com interesse e condições de cultivá-las e protegê-las e, podiam ser deixadas, como herança, aos descendentes do seu proprietário, o *donatário*. Estes corprorificavam a autoridade dentro das capitanias e se comportavam como representantes da coroa portuguesa deste lado do Atlântico . Quanto à administração fazendária dessas capitanias era a mesma feita por um órgão da Corte, em Lisboa, o Conselho Ultramarino, que as administrava como unidades distintas, isto é, não havia uma padronização de procedimentos aplicada a todas elas, e cada acontecimento ou problema era considerado isoladamente.

Não havia, aqui na colônia, um órgão centralizador para tratar dos assuntos referentes às capitanias e todas as decisões eram muito lentamente encaminhadas. Essa morosidade nas decisões devia-se não só ao fato da administração se encontrar fisicamente distante mas, também, porque Portugal não tinha, naquele momento, a preocupação de investir na colonização, interessando-se apenas pela exploração dos produtos da terra. Em decorrência de tal procedimento, os trinta primeiros anos que se seguiram ao descobrimento foram marcados pela exploração do pau-brasil. Posteriormente, por um período de quase três séculos, a principal atividade econômica da colônia foi o cultivo e a transformação da cana-de-açúcar, produto que teve

¹ Após a Independência, surgindo o Império do Brasil, as capitanias transformam-se em províncias e, posteriormente, com a instituição da República passam a Estados. (BARBOSA, 1979, p.154)

uma boa adaptação ao solo brasileiro, principalmente nas terras do Nordeste. Essas atividades, propiciaram a instalação de grandes engenhos e o surgimento de uma estrutura social marcada pela dicotomia senhores x escravos. A esses estratos somava-se ainda a presença de alguns religiosos e de traficantes de escravos, mas em quantidade inexpressiva, não representando alterações no quadro de estratificação social.

Quanto ao povoamento do Brasil no período canavieiro, era o mesmo escasso, restringindo-se ao litoral e apresentando alguns núcleos de povoação dispersos, quase sem comunicação entre eles, bem como a sua administração e fiscalização. Na época de grande produção da cana de açúcar, algumas cidades foram fundadas, mas funcionavam mais como entrepostos comerciais do que como centros administrativos. A economia da colônia girava em torno das grandes propriedades rurais sob o comando do *senhor de engenho*.

A falta de uma centralização administrativa sediada na colônia fazia com que o poder local fosse fragmentado e disperso, fortalecendo-se, assim, ainda mais, o poder da metrópole. Mesmo com a instituição dos governos-gerais (1549) - inicialmente sediados no Nordeste, que era a região da economia canavieira e, portanto, a de maior importância na colônia - não ocorreu a centralização administrativa local. Conforme historicamente se evidencia, os “governos gerais” foram criados não com a função de administrar, mas de defender o território dos constantes ataques estrangeiros que vinham causando grandes prejuízos à Coroa.

A posição da metrópole, de apenas efetuar a exploração dos recursos naturais da colônia com fins lucrativos para si, sem considerar os interesses e necessidades dela, permaneceu inalterada por muito tempo, gerando a insatisfação daqueles que aqui nasceram ou viviam. O Brasil era considerado uma extensão de Portugal do outro lado do Atlântico e, portanto, os seus habitantes eram súditos da Coroa Portuguesa, a ela devendo obediência. Sua economia era voltada para o exterior e os lucros obtidos com a venda do açúcar não eram investidos em melhorias locais, mas totalmente absorvidos pela metrópole.

No final do século XVII e no início do XVIII, os paulistas encontraram ouro em terras do interior às quais chamaram de “Minas do Ouro”. Esta descoberta atraiu a cobiça de muitos aventureiros que para esta região se deslocaram, com o objetivo de se enriquecerem. A Coroa portuguesa vislumbrou, então, mais uma fonte de exploração e, com os recursos advindos do ouro foi adquirindo dos donatários ou de seus herdeiros, os direitos hereditários das capitanias, muitas vezes até contra a vontade deles.

Da região da “Minas do Ouro” foram retiradas toneladas de ouro que, por lei, eram enviadas ao Rio de Janeiro para serem transformadas em barras, quando também, se retirava a parte que era devida à Coroa, como imposto.

Vale entretanto destacar que grande parte do ouro extraído nesta época era de aluvião, ou seja, encontrava-se em meio ao cascalho dos rios e era retirado em bateias, esgotando-se rapidamente. Para extrair o ouro nas minas, era necessário o uso de técnicas e equipamentos especializados, o que

encarecia a operação. Em decorrência de tal fato, a produção do ouro diminuiu consideravelmente, mas a Coroa continuava a exigir a sua parte –100 arrobas/ano - fazendo aumentar, ainda mais, a insatisfação dos brasileiros contra a Coroa e gerando conflitos que culminaram com a Independência.

Torna-se relevante compreender esses fatos, que presidiram a constituição da sociedade mineradora, os desafios que ela foi obrigada a enfrentar e a sua estruturação social, a fim de entender os aspectos contextuais que permitiram a emergência e criação das instituições propostas por Baptista Caetano de Almeida.

2.1.1 A descoberta do ouro e a constituição da sociedade mineradora

Que a sede do ouro é sem cura

E, por ela subjugados,

Os homens matam-se e morrem

Ficam mortos mas não fartos

(MEIRELES, 1983, p.24)

A Capitania das Minas Gerais teve suas origens marcadas por características bem diversas das até então existentes. Ela não surgiu, como as demais, de uma concessão do rei a fidalgos nem da luta pela expulsão de estrangeiros e, muito menos, do interesse pelo cultivo das terras. Ela nasceu como resultado da ambição de alguns paulistas que, no final do século XVII, embrenhavam-se pelos sertões desconhecidos em busca de índios para o trabalho na lavoura mas, principalmente, movidos pela esperança de encontrar ouro e fazer fortuna.

Assim, em decorrência dessa busca obstinada fez-se, finalmente, a descoberta do rico metal, inicialmente no local que chamaram de Vila de Nossa Senhora do Carmo, hoje Mariana e também em Vila Rica, atual Ouro Preto. Essa região, conhecida como "*Minas do Ouro*", atraiu a atenção de aventureiros de todas as partes, que para lá acorreram aos bandos em busca de fortuna, o que promoveu uma interiorização da colônia antes restrita apenas ao litoral.

A notícia da descoberta do ouro era ansiosamente esperada pela metrópole, cujas finanças não estavam bem devido à queda da economia canavieira, em decorrência da quebra do monopólio português no fornecimento de açúcar ao mercado europeu. Tal situação resultou do aparecimento de novos fornecedores de açúcar, forçando a baixa dos preços e, conseqüentemente, a diminuição dos lucros portugueses.

Tudo leva a crer que os paulistas já haviam encontrado o ouro e o exploravam clandestinamente, sem entretanto comunicar o achado à Coroa. Isto porque, segundo as Posturas Reais vigentes, todo ouro que fosse encontrado em terras brasileiras pertenceria ao rei de Portugal. A partir de 1694 altera-se tal definição, determinando-se, então, que o ouro que se encontrasse seria de propriedade de seu descobridor desde que, o mesmo, entregasse à Coroa uma determinada parte do achado. Imediatamente após essa alteração, vários pontos auríferos foram registrados, o que nos permite inferir que eles já eram conhecidos e explorados, porém, de forma ilegal.

Quando os paulistas encontraram o ouro, julgaram-se senhores absolutos dos direitos da sua exploração e se sentiram injustiçados, quando

aventureiros vindos de todas as partes- principalmente da Bahia e até de Portugal – dirigiram-se para a região mineradora para garimpar. Também, dentro da própria colônia, houve uma grande corrida nessa direção, inclusive de antigos senhores de engenho com seus escravos, pois a economia canavieira já dava mostras de seu declínio.

Essa avalanche de aventureiros em busca do Eldorado, inicialmente, foi até incentivada por Portugal que, com isto, planejava extrair a maior quantidade de ouro possível para que, com os impostos arrecadados pudesse regularizar sua economia fragilizada. Depois de algum tempo, o governo português sentiu necessidade de criar mecanismos que dificultassem o acesso às minas. Em 1703 tentou proibir a travessia de portugueses para o Brasil, conseguindo, com essa medida, deter um pouco o afluxo dos aventureiros. Entretanto, eles sempre apresentavam uma justificativa convincente ou um padrinho que liberasse a sua vinda.

O desejo de enriquecer era grande e, como era de se esperar numa terra onde não existia lei, ocorreram arbitrariedades, disputas de territórios, subjugação de raças e outras mazelas. Para controlar os conflitos advindos dos desmandos na exploração do ouro e fiscalizar a arrecadação dos impostos fez-se necessária a presença local de um representante da Coroa portuguesa.

Por outro lado, para tentar diminuir as perdas que a Coroa sofria com a saída ilegal do ouro que não era taxado, ao longo dos caminhos foram instalados, em lugares estratégicos - beira de rios, divisa de comarcas, entroncamentos de caminhos, pé de serras - os “registros,” que eram pontos responsáveis pelo controle fiscalista e, deveriam evitar o contrabando do ouro.

Ali, em torno daquelas paradas obrigatórias logo se erguiam casas de taipa destinadas ao repouso, abrigo e abastecimento dos aventureiros, dos tropeiros, dos viajantes e dos mineradores, antes de seguirem viagem em busca do ouro.

Muitos arraiais e vilas mineiros surgiram dessa forma e, outros, ainda, surgiram devido à formação de aglomerados às margens dos rios, ao longo dos caminhos que levavam ao ouro, ou nos pés-de-serras .

Quando o povoado florescia, se erguia uma igreja para as celebrações religiosas, uma casa de comércio onde se podia comprar de tudo um pouco e um chafariz onde, com a desculpa de se buscar água, aconteciam os encontros para uma conversa.

Os elementos descritos anteriormente evidenciam que estes estabelecimentos desempenhavam um importante papel, porque representavam o aparecimento de uma vida social desconhecida da sociedade açucareira. No convívio nesses espaços as pessoas se encontravam, trocavam idéias e tomavam conhecimento dos últimos acontecimentos.

As notícias de fora do arraial, geralmente, chegavam junto com as mercadorias, escravos e tropas que os tropeiros e mascates traziam para vender e, do mesmo modo, ao irem embora, levavam, junto com os produtos da terra, as notícias locais para outros arraiais. As notícias do lugar eram atualizadas nos chafarizes através dos comentários dos escravos sobre a vida de seus donos e pelos encontros nas vendas e nas igrejas, por ocasião das celebrações religiosas, sendo que essas representavam o ponto máximo da vida social nesses lugarejos.

Os povoados iam adensando-se e se multiplicando, tomando uma estrutura mais complexa e gerando um fenômeno que na sociedade canavieira era desconhecido - a *urbanidade*.

2.1.1.1 A urbanidade: o traço distintivo da região mineradora

Conforme apontado anteriormente, o caráter urbano é o traço definidor da região mineradora, tanto na economia como na sociedade e sua influência nos cenários econômico e político brasileiros se faz com destaque. Segundo as palavras de Azevedo,

“Nenhuma atividade econômica teve maior influência na criação e no desenvolvimento das cidades do interior e, portanto, na produção do fenômeno urbano do que a indústria mineradora, não só na região das “minas gerais”, como, pelas suas repercussões, sobre o centro comercial e político que deslocou para o Rio de Janeiro e contribuiu para desenvolver e diferenciar, no sentido urbano.” (AZEVEDO, 1996, p.135)

Em Torres, encontra-se também a seguinte formulação que vem reforçar o aspecto urbano da sociedade mineradora :*“a zona do ouro foi a primeira área brasileira a conhecer vida urbana, cidades próximas umas das outras [...] as cidades mineiras eram as melhores do Brasil”.* (TORRES,1961, p. 450)

A urbanidade propiciou o surgimento de instituições e espaços que eram de uso e proveito comuns, ou seja, todos os membros da sociedade podiam usufruir ou compartilhar dos seus serviços ou benefícios. No convívio decorrente desta urbanidade, estabeleceu-se, naquele contexto, uma conotação para a palavra “público”, que até aquela época era destituída do sentido que passou a lhe ser atribuído. A confirmação desta ocorrência pode

ser percebida através da citação :*“o adensamento das populações urbanas nas Minas havia criado o “público” e, com ele, as condições da vida cultural”* (TORRES,1961, p. 561).

Essa urbanidade que proliferou na região das minas também desempenhou, posteriormente, um papel essencial no processo de independência do Brasil, porque possibilitou, pela proximidade dos lugarejos, uma maior comunicação entre as pessoas e a eficiente disseminação das idéias, inclusive as separatistas. Além disso, possibilitou a congregação dos sentimentos de insatisfação, mobilizando as pessoas e fazendo surgir um sentimento de defesa e pertencimento ao lugar, um incipiente nativismo. Segundo RODRIGUES (1982, p.86) *“essa capacidade de mobilização de contingentes humanos, que em várias oportunidades atuaram positivamente, deu à elite mineira acentuada projeção nacional”*.

Assim, torna-se patente que toda a convivência produzida pela urbanidade facilitava a troca de idéias e o desenvolvimento de um processo de comunicação, o que terminou por possibilitar uma disseminação mais rápida dos fatos que traziam algum interesse para o lugar, bem como a capacidade das pessoas se congregarem e tomarem atitudes em defesa desses interesses.

Por outro lado, a vida em espaços comuns gerou uma situação que exigia o estabelecimento de normas para regulamentar a convivência e que também possibilitassem ao governo ter algum controle sobre aquela população.

Em virtude dessas circunstâncias, foi nas regiões mineradoras que

primeiro se fez sentir a ação forte do Estado, instituído devido à necessidade de por fim aos sangrentos conflitos que ocorreram entre os paulistas e os forasteiros que para ali acorreram. Tais conflitos eram decorrentes de questões ligadas à exploração do ouro e da busca de fortuna. Na realidade, os paulistas descobridores do ouro sentiam-se seus únicos donos e com direitos exclusivos de efetuar a sua exploração e, portanto, queriam impedir a todo o custo, que os aventureiros baianos e portugueses, os quais chamavam de “*emboabas*”², tivessem os mesmos direitos. Partiram então para a luta armada.

Para que tivesse fim a luta emboaba foi necessária a intervenção do governo que, a partir desse episódio ficou alertado para a necessidade de se criarem órgãos administrativos tanto no âmbito da justiça quanto no fiscal.

Vale ainda destacar que a mineração não só provocou o rápido crescimento da população da região como também exigiu uma organização administrativa, na medida em que, fiscalizar e controlar tornaram-se as palavras de ordem da Coroa portuguesa, preocupada com a arrecadação dos impostos referentes ao ouro. Dentro de tal prisma destaca-se a formulação de Torres:

“As Minas, além da mais densa e variada aglomeração urbana que o Brasil conheceria até fins do século XIX – muitas cidades próximas umas das outras, em lugar da capital e o campo do resto do país – conheceriam outro fator de convivência e de debates de idéias, o Estado. As câmaras municipais, os tribunais, as intendências, campos de debates e de chicana, onde os homens letrados teriam a oportunidade de brilhar.”

(TORRES,1961, p. 559)

² *emboaba* = Segundo VILLALTA (1997, p.340) a palavra “emboaba” vem do tupi e significa “estrangeiro”. O termo foi utilizado pejorativamente pelos paulistas para designar os “forasteiros” que

D'ASSUMPÇÃO também enfatiza esses aspectos, destacando a dimensão de controle exercida pelos portugueses.

“A preocupação com a conveniente arrecadação de impostos e conseqüente efetivação da autoridade lusa foi o que provocou, desde o início da povoação do território, a necessidade de sua organização política, com a divisão em Comarcas e a criação de Vilas. [...] as Câmaras Municipais deviam abrir e calçar as ruas, fazer a captação da água, construir chafarizes, pontes e edifícios públicos, além de serem responsáveis também pela manutenção da ordem pública – o que explica a construção da Casa de Câmara, em geral sobre a Cadeia.”

(D'ASSUMPÇÃO, 1989, p.130)

Dessa forma e em função daqueles objetivos – controle e fiscalização - uma das primeiras medidas administrativas adotadas pela metrópole em relação à região das Minas do Ouro foi a demarcação territorial e a distribuição de datas e sesmarias³. Dando continuidade a essas medidas administrativas, em 1709 Portugal separou a Capitania de São Paulo e Minas da Capitania do Rio de Janeiro, criando a Capitania de São Paulo e Minas do Ouro e, separadamente a Capitania do Rio de Janeiro.

2.1.1.2 A sociedade mineradora : a especificidade de sua organização

A administração da nova Capitania de São Paulo e Minas do Ouro ficou centralizada em Minas (na Vila de Nossa Senhora do Carmo - Mariana) para possibilitar um acompanhamento mais efetivo da exploração do ouro,

disputavam com eles o controle das minas.

³ Data – jazida ou mineração de ouro ou de pedras preciosas

Sesmaria – terreno inculto que os reis de Portugal concediam a sesmeiros que se dispusessem a cultivá-lo.

controlar os conflitos e, principalmente, fiscalizar a arrecadação dos impostos referentes ao ouro. Neste novo cenário que se criou, o passo administrativo seguinte foi dividir o território das Minas do Ouro em comarcas e fixar os limites de suas jurisdições. Foram criadas as seguintes comarcas: a Comarca de Vila Rica (com sede em Vila Rica), a Comarca do Rio das Velhas (com sede em Sabará) e a Comarca do Rio das Mortes (com sede em São João d'El-Rei). (FIG. 2, Anexo 4)

A região mineradora possuía, então, uma administração local, com instituições destinadas ao seu controle e fiscalização. Além da urbanidade e da presença do Estado - regulando e fiscalizando - a nova sociedade possuía outras especificidades que a distinguiam no cenário da colônia.

No que se refere às possibilidades de enriquecimento, a sociedade mineradora oferecia maiores oportunidades porque, qualquer aventureiro com sorte, uma bateia e disposição para o trabalho pesado poderia se enriquecer, não necessitando de grandes investimentos.

Quanto à estratificação social apresentava uma certa diversidade devido ao grande número de ocupações a que se dedicavam os seus habitantes. Na realidade, o ouro demandava não só as atividades diretamente ligadas a sua extração, mas toda uma estrutura que a sustentasse, como: tropeiros, comerciantes de ferramentas e de toda espécie de mercadorias, estalajadeiros, ferreiros, caixeiros, mascates, padres, pessoal administrativo, lavradores, médicos, cirurgiões-barbeiros, boticários, carpinteiros, pedreiros, alfaiates, militares, artesãos e outros.

Por outro lado, mesmo a escravaria, em Minas, apresentava peculiaridades que a distinguia, porque os escravos não só podiam comprar a sua liberdade, como acumular recursos, incentivados pelas quantias em ouro que recebiam dos seus senhores, pela sua produção. A estratificação social não era mais tão estanque como na sociedade canavieira e a riqueza promovida pelo ouro possibilitava uma relativa mobilidade social.

Outro aspecto distintivo dessa sociedade era a existência de recursos para pagar o divertimento e investir em artes. Assim, nesta mescla social havia espaço para a atuação de músicos, pintores, escultores e atores que, muitas vezes, recebiam o pagamento pelos seus serviços em ouro.

Além disso, simultaneamente à extração do ouro, na região das Minas foi se compondo uma estrutura produtiva diversificada, desenvolvendo-se atividades agropastoris e manufatureiras que, no início, não eram muito expressivas, não chegando a suprir as necessidades internas da capitania, mas que cresceram e se firmaram como atividades lucrativas.

Dessa forma, a região mineradora vai tornando-se auto-suficiente, diminuindo sua dependência em relação aos mercados externos e chegando, mesmo, a fornecer excedentes para as capitanias vizinhas.

Por outro lado, em função do seu contexto, a sociedade mineradora era mais consciente e capaz de interpretar a realidade a sua volta, e assim percebia que a situação imposta por Portugal não trazia benefícios para a colônia. Ao contrário, apenas sugava tudo o que aqui se produzia, sem nada dar em troca.

Portanto, as vilas em Minas não tinham apenas uma função política e administrativa. Elas significaram também um espaço onde se desenvolveu um intenso comércio, vida social e religiosa movimentada e ainda manifestações artísticas e culturais. Tudo indica que, face a essas condições, essa sociedade desenvolveu em seu seio uma consciência nativista e emancipacionista que ensejou o desejo de libertar-se dos ditames de Portugal.

Vale ainda apontar, que no auge da atividade mineradora, a elite mineira composta de homens ricos, que dispunham de instituições públicas e desfrutavam de um governo local, destacava-se no cenário brasileiro. Apesar disso, não se governavam, o que era motivo de insatisfação porque os governadores da capitania, na grande maioria, eram portugueses e defendiam os interesses da coroa, sem considerar os problemas locais.

Acrescentando-se a esses, havia ainda o fato dos tributos cobrados sobre o ouro serem altos e injustos – Portugal havia estabelecido uma cota fixa sobre o ouro de 100 arrobas/ano - não considerando o quanto se explorasse desse metal. Ainda para piorar a situação e aumentar o descontentamento dos mineiros, instituiu-se, como ameaça àqueles que estavam em débito, o dia da “derrama”, quando seriam cobrados todos os impostos atrasados. Os mineiros já não suportavam tanta exploração, e, inconformados, queriam um governo próprio, que considerasse suas especificidades.

Assim, a crescente insatisfação dos mineiros com a política tributária sobre o ouro adotada por Portugal ganhou sustentação através do ideário do iluminismo, o qual pregava a *liberdade e a independência*, condições tão desejadas por eles naquele momento.

Portanto, será no contexto desta situação – inconformismo relativo ao processo de submissão que sofriram, difusão e internalização do ideário iluminista, somados às mudanças propiciadas pela vinda da Família Real - que se constituirão nos elementos subsidiadores para a compreensão dos elementos históricos e ideológicos sob os quais se efetiva a ação de Baptista Caetano de Almeida.

Prosseguindo dentro desta visão panorâmica da história, vejamos qual foi o impacto causado pela vinda da Família Real sobre o contexto da sociedade brasileira, especialmente no que se refere a São João d'El-Rei.

2.1.2 A chegada da Família Real e o impacto desse fato sobre a sociedade brasileira

A Corte portuguesa, uma comitiva com cerca de 15 mil pessoas, veio para o Brasil em 1808, fugindo ao cerco de Napoleão Bonaparte. Este fato mudou totalmente o destino do Brasil, porque passou de uma terra até então apenas explorada, a ser a sede de todo o império português e, inclusive vê-se elevada, em 1815, à condição de reino, com o mesmo peso de Portugal e de Algarves.

Nessa época, todos os aspectos da vida da colônia sofreram transformações que contribuíram decisivamente para o incremento do comércio e da vida econômica, política, cultural e social do país. Algumas das medidas adotadas no Brasil pelo regente após o seu desembarque contribuíram, de forma relevante, para ampliar os horizontes dos brasileiros. Dentre essas destaca-se a abertura dos portos ao comércio com outros

países. Esse fato significou o rompimento do monopólio comercial entre a colônia e a metrópole e também o fim do isolamento do Brasil porque possibilitou o contato dos brasileiros com outras culturas, além de levá-los a uma tomada de consciência em relação aos principais acontecimentos do mundo, fortalecendo a percepção de que era possível ao Brasil governar-se a si mesmo.

Mais do que nunca, a economia portuguesa dependia fortemente da colônia, porque o comércio dos produtos da terra, que antes era intermediado por Portugal, passa a ser feito diretamente pela colônia com outros povos, principalmente com os ingleses, após a abertura dos portos. Portanto, com a vinda da Corte, finalmente o Brasil tinha uma administração voltada para os seus próprios interesses, apesar de, naquele momento, eles se confundirem ainda com os de Portugal.

Em termos culturais, a vinda da Família Real, além de possibilitar o contato com povos de diversos países, representou também a primeira oportunidade de convívio dos brasileiros com uma elite letrada, já que os portugueses e os demais estrangeiros que viveram no Brasil até aquela data eram, regra geral, pessoas rudes, de pouca instrução, aventureiros em busca de fortuna.

Além disso, *“para atender aos requisitos da Corte e de uma população urbana em rápida expansão”* (FAUSTO, 1998, p.125), foram criadas instituições que tanto exigiam funcionários qualificados quanto contribuíam para viabilizar a ampliação do nível de conhecimentos do povo brasileiro, destacando-se, dentre estas, a Imprensa Régia, a Biblioteca Nacional e o

Jardim Botânico.

Em termos da reação do povo quanto a permanência da Corte portuguesa no Brasil, este se acostumou com a nova estrutura administrativa, social, cultural e econômica aqui estabelecida mas, como ela era provisória, temia-se que com o regresso do rei a Portugal - o que se daria inevitavelmente - o Brasil retrocedesse à condição de colônia. Não tardou para que o povo português exigisse o retorno de D. João VI que se viu, então, obrigado, em 1821, a partir, deixando aqui, governando em nome da Coroa Portuguesa, o seu filho e herdeiro do trono, D. Pedro.

O novo governante logo reconheceu que o processo de separação do Brasil já se encontrava em andamento e era irreversível, só lhe restando coordená-lo, para que a Coroa portuguesa não perdesse a sua hegemonia. Assim, em 1822, o Brasil torna-se independente de Portugal e a forma de governo adotada não foi a república, como haviam desejado os inconfidentes mineiros, mas a monarquia hereditária e constitucional.

Ao tornar-se independente o Brasil conquistou sua emancipação política, mas ainda não se consolidara, entre as províncias brasileiras, verdadeira unificação e identificação de interesses, ainda não se havia formado uma identidade nacional. Era preciso construir um perfil para a recém criada nação e dar-lhe uma identidade própria perante as nações do mundo.

Dentro desse quadro, a elite cultural brasileira, inspirando-se na corrente de pensamento iluminista, acreditava que, através da instrução do seu povo, poderia produzir homens capazes de modificar a realidade existente, diminuir a distância cultural que havia entre o povo brasileiro e o modelo

européu em que se inspirava e, assim construir uma nação.

Conforme revelam os elementos históricos, o ponto de referência do Brasil e sua principal fonte de informações era a Europa, tida como modelo ideal de civilização. Essa vontade de conformar-se aos padrões europeus é conhecida pelos estudiosos como *europização* e teve aqui no Brasil, seus reflexos em todos os campos de atividades, inclusive inspirando a elite brasileira no seu projeto de construir uma nação.

Segundo DIAS (1968, p.105-170), a corrente iluminista que exerceu maior influência entre os brasileiros foi aquela filiada a Voltaire e aos enciclopedistas franceses, cuja essência se baseava no incremento da ciência natural, da anatomia, da química e da física experimental, para promover as mudanças de que a sociedade necessitava.

Assim, nessa linha de pensamento, nossa elite acreditava ser preciso formar cientistas, pois, a eles competia *“construir a felicidade dos homens com inventos e descobertas úteis ao bem-estar e à saúde e proveito da sociedade”* (DIAS, 1968, p.106). Tinham portanto, como projeto, trazer para o Brasil o “progresso” e a “civilização”,⁴ através da instrução. Este processo de modernização do país ficou conhecido com o nome de “processo civilizatório”.

⁴ Progresso e civilização são termos complexos que têm merecido a atenção de estudiosos de várias áreas como a Sociologia, a Antropologia, a História, a Biologia, a Linguística, dentre outras. Entretanto vale observar que tais conceitos não são estanques, na medida que os mesmos se realizam de forma processual, estando em permanente mutabilidade; portanto constituem um ideal a ser permanentemente buscado. No Dicionário Básico de Filosofia, acompanhando a definição do termo “progresso” os autores colocam a seguinte explicação: *“a ideologia do progresso é típica do século XVIII. Segundo ela, a filosofia das Luzes teria descoberto na noção de uma marcha contínua para a verdade, a figura na qual melhor se exprime seu otimismo histórico”*(JAPIASSÚ, MARCONDES, 1996)

Dentro de uma perspectiva sociológica, “civilização” de uma sociedade, segundo ELIAS “é o que lhe constitui o caráter especial e aquilo de que se orgulha: o nível de sua tecnologia, a natureza de suas maneiras, o desenvolvimento de sua cultura científica ou visão de mundo, e muito mais.” (ELIAS, 1990,

A elite brasileira, sustentada pela ideologia do progresso e da civilização, tinha como objetivo introduzir, progressivamente, transformações na sociedade, no sentido de torná-la cada vez mais próxima do modelo idealizado.

Os brasileiros, e em especial os mineiros, acreditavam que a ferramenta que iria produzir estas transformações seria a instrução e, portanto, deram início a uma série de providências que possibilitariam a consecução de seus objetivos. Reforçando essa afirmativa vamos encontrar a citação de Chamon:

"A instrução era, para a elite mineira, uma das maneiras de se formar um cidadão, de ensinar a ele práticas e sentimentos constituintes da unidade e da nacionalidade[...]a civilização e o progresso desejados e celebrados pelos mineiros faziam parte de um processo mais amplo, inserindo-se numa marcha que era inerente a toda a humanidade"

(CHAMON, 1996, p.186)

Portanto, norteados pelo ideário do iluminismo e pela perspectiva de reproduzir a sociedade européia no âmbito da sociedade brasileira, a elite buscou implementar ações que pudessem conduzir à consecução daqueles objetivos.

Entretanto, antes de apontar as estratégias da elite para alcançar o modelo europeu retomemos a dimensão histórica, buscando evidenciar como este contexto se apresentava concretamente em São João d'El-Rei.

2.2 São João d'El-Rei : criação e florescimento

Pelos córregos, definham

Negros a rodar bateias

Morre-se de febre e fome

Sobre a riqueza da terra

(MEIRELES,1983, p. 24)

Como já foi visto, em função do ouro vários povoados surgiram na região das Minas do Ouro, sendo que alguns não tiveram vida longa, desaparecendo logo que o metal ali se escasseava. Outros floresceram e se desenvolveram, permanecendo e se transformando em arraiais, vilas e cidades, algumas existentes ainda hoje. Não só nos locais onde existia ouro se formavam aglomerados, dando início a núcleos populacionais, também ao longo dos caminhos e às margens dos rios se formavam aglomerados.

O roteiro de São Paulo às Minas do Ouro, posteriormente conhecido como “*Caminho Velho das Minas*,” foi o fator inicial do estabelecimento de vários povoados da região. Como exemplo desse último grupo pode-se citar São João d’El-Rei, que surgiu devido à sua localização como entroncamento nos caminhos que levavam os aventureiros vindos do Rio de Janeiro e São Paulo para a região das minas (FIG.4, anexo 4). Originou-se em torno de uma passagem localizada na região do Vale do Rio das Mortes⁵, lugar conhecido como “Porto Real da Passagem”, uma parada onde os paulistas pousavam e se reabasteciam de víveres para seguir viagem rumo às minas. Ali se estabeleceu em 1701, Thomé Portes del-Rey, paulista de Taubaté, que em

⁵ Segundo Antonil o nome desse rio originou-se de um episódio ocorrido às margens do mesmo, no qual morreram muitos homens que brigavam entre si sobre a repartição dos índios que traziam do sertão. A luta teria sido tão violenta e tão alto o número de mortes que as águas do rio teriam ficado tintas de sangue. (ANTONIL, 1982, p.405)

companhia de Fernão Dias e de Borba Gato havia se embrenhado pelo interior do sertão em busca das esmeraldas. Naquele local adquiriu o cargo de guarda-mor e o direito de explorar a travessia do rio, alugando embarcações.

Assim, em decorrência daquela circunstância, nas redondezas dessa parada surgiu um pequeno povoado que passou a viver em função de abastecer de víveres aos viajantes.

Em 1702 foram encontrados os primeiros veios de ouro na região do Rio das Mortes (Ponta do Morro e Morro do Lenheiro), provocando o afluxo de muitos aventureiros em busca de fortuna e, assim, acelerando o processo de ocupação da mesma, dando origem a vários povoados. Dentre eles, dois arraiais se destacaram: o *Arraial Velho do Rio das Mortes*, mais tarde chamado de Vila de São José do Rio das Mortes, Vila de São José d'El-Rei, hoje Tiradentes, e o *Arraial Novo de Nossa Senhora do Pilar*, ou *Arraial Novo do Rio das Mortes*, hoje São João d'El-Rei⁶.

Em 1713, D. João V elevou o *Arraial Novo* à categoria de vila que, em sua homenagem, recebeu o nome de Vila de São João d'El-Rei⁷. No ano seguinte a vila foi escolhida para ser a sede da Comarca do Rio das Mortes⁸,

⁶ Segundo BURTON (1976, p.111) “ a grafia correta é São João d'El-Rei. Todas as outras como Del Rei, Del Rey, D'El Rei e inúmeras modificações são obsoletas ou errôneas. O antigo hispano-árabe “El” é reservado, em português, para o Rei, e exige um apóstrofo; a partícula “d” não pode exigir letra maiúscula, e, em português moderno, escreve-se Rei e não Rey, que é espanhol.”

⁷ São João d'El-Rei foi a primeira vila que o governador da nova capitania – D. Brás Baltasar da Silveira - levantou. Até 1709 a Capitania de São Paulo e Minas era unida à do Rio de Janeiro . A nova capitania passou a ter sua sede administrativa em Vila do Ribeirão do Carmo - Mariana – deixando São Paulo sem governo próprio, o que era motivo de freqüentes queixas dos paulistas. Em 1720 o Conselho Ultramarino deu parecer favorável à criação de uma Capitania de São Paulo independente da de Minas. A partir de então a capitania mineira passou a ter como capital Vila Rica. (BARBOSA, 1979, p.600)

⁸ Quando o território das Minas do Ouro foi dividido em comarcas (do Rio das Velhas, do Rio das Mortes, de Vila Rica), a Comarca do Rio das Mortes ficou composta por sete termos: os da Vila de São João d'El-Rei, de São José d'El-Rei, de Barbacena, de São Bento do Tamanduá, de Campanha da Princesa, de Baependi e de São Carlos do Jacuí, o que correspondia a aproximadamente um quinto do território de Minas (BARBOSA, 1979). Também Luccock reafirma a grandeza da Comarca do Rio das

(FIG.3, Anexo 4) centralizando todas as suas atividades administrativas e, a partir de então, cresceu tanto em importância dentro da região das Minas, quanto em espaço urbano, ganhando várias edificações de vulto como pontes de pedra, igrejas, cadeia, Casa de Misericórdia, dentre outras.

É importante ainda acrescentar que, como sede da comarca, São João d'El-Rei centralizava as suas principais decisões, os atos políticos e os administrativos, notadamente quanto aos assuntos de ofícios de justiça, fiscais e de arrecadação de tributos. Ali também foram instaladas a Intendência e a Casa de Fundição do Ouro⁹. A administração da vila, era feita pela Câmara, que se compunha por cinco membros eleitos (dois juizes, dois vereadores e um procurador) e acumulava também as funções de polícia e até de justiça, quando necessário.

Acrescentando-se à dimensão anterior vale apontar que, além de uma estrutura administrativa, a vila possuía também uma vida comercial bastante ativa pois, ao contrário das outras áreas mineradoras, que só se dedicavam à extração do ouro, São João d'El-Rei, aquinhoadada com uma condição topográfica favorável (terras planas e abundância de água), desenvolveu, paralelamente, atividades agropecuárias e manufatura doméstica de tecidos grossos de lã e algodão, que eram utilizados principalmente para a vestimenta dos escravos. Essas atividades garantiram à vila o seu sustento e, com o aprimoramento das técnicas, também a possibilidade de negociar os excedentes de sua produção com as regiões vizinhas que, no auge da

Mortes declarando ser ela *maior que o reino todo de Portugal, rica e fértil por natureza, em muito alto grau.* (LUCCOCK, 1942, p.316)

⁹ Segundo TORRES, (1961, v.2, p.330) no princípio só havia a Casa de Fundição de Vila Rica, o que era uma verdadeira tragédia para os mineradores, obrigados a viajar até a capital para quintar o ouro, com todos os inconvenientes óbvios que isso acarretava (despesas, tempo que demorava para serem despachados, prejuízos que resultavam de sua longa ausência de suas lavras). Em 3 de fevereiro de 1730 sua majestade mandou que se fizessem, à custa da fazenda real, tantas casas quantas fossem necessárias.

atividade mineradora, chegavam a passar por grande escassez de alimentos.

Assim, favorecida por sua situação geográfica, no entroncamento das principais vias de escoamento da província, a vila servia de intermediária entre os que produziam víveres e os que se dedicavam exclusivamente à mineração e não tinham disponibilidade nem interesse por outras atividades. A princípio o comércio da vila era feito, de forma restrita, na região mineradora, fornecendo gêneros diversos tais como carne, couro, laticínios, etc. Posteriormente foi ampliando o seu mercado e passou a comercializar com outras regiões fora de Minas. Os comerciantes sanjoanenses levavam para o Rio de Janeiro os produtos da terra e de lá traziam mercadorias importadas que os mineiros e suas famílias demandavam, tais como ferramentas, utensílios, chitas, rendas, vinho, cerveja, livros, etc.

A intensa atividade comercial de São João d'El-Rei é descrita por Luccok, um viajante que esteve naquela vila(1808-1818), e nos traz o seguinte relato:

[...] “além do comércio do ouro, desfruta de considerável quinhão no comércio do país. Consistem as importações principalmente de artigos ingleses [...] inteiramente pagas com os produtos da região, tais como bois, cavalos e mulas; tocinho queijos e aves; algodão, açúcar e café; com uns poucos artigos manufaturados, tais como panos de algodão, chapéus e couros. “ (LUCCOK, 1942, p. 312)

No início do século XIX a produção do ouro começa a diminuir em toda a região deixando os mineradores em sérias dificuldades. No caso de São João d'El-Rei, o fato de ter desenvolvido a produção agropecuária e o comércio, como atividades paralelas à extração do ouro foi decisivo para que a sua economia não sofresse grandes impactos, quando as suas jazidas

começaram a se esgotar. As demais vilas que se dedicavam exclusivamente à mineração passaram por momentos difíceis, até encontrarem outra atividade produtiva.

2.2.1 São João d'El-Rei: importância e desenvolvimento

No caso de São João d'El-Rei, o ouro e as atividades agro-pastoris e comerciais possibilitaram o desenvolvimento da vila em vários aspectos.

No âmbito da educação, no que diz respeito à obediência à Lei Régia de 1721 que determinava a obrigação (nem sempre cumprida) de cada vila possuir um mestre, nomeado pelo governo português para ensinar a ler, escrever e contar, o que se depreende da literatura é o fato de que as iniciativas neste sentido foram sempre fracas. Ao que tudo indica, o ensino das primeiras letras se fazia sob a responsabilidade de um padre para atender o anseio dos pais que consideravam esta aprendizagem necessária e tinha, notadamente, um caráter particular. Após a instituição do “Subsídio Literário”,¹⁰ foi criada na vila em 1774, a “Aula Régia de Latim”, que representou a instalação da primeira unidade de ensino secundário na região. Daí para a frente, São João d'El-Rei vai, lentamente, compondo sua rede educacional, criando novas escolas - públicas e particulares - inclusive para moças.

Na área da saúde, a vila foi uma das primeiras a instalar uma Casa de Misericórdia (FIG.7, ANEXO 4) talvez em 1769, havendo porém, dúvidas

¹⁰ Subsídio Literário foi um imposto criado em novembro de 1772, que taxava a aguardente e as carnes e, cuja arrecadação era de responsabilidade das Câmaras Municipais e se destinava à criação e custeio de escolas e pagamento de professores. (BARBOSA, 1979, v.3, p. 538)

sobre a data exata de sua criação. Já naquele tempo, a vila se preocupava com obras de saneamento público e, uma das primeiras medidas tomadas nesse sentido foi a proibição de se enterrar os mortos nas igrejas, como era o costume em todo o Brasil até então.

Em termos econômicos, o excedente de recursos obtidos nas transações comerciais exigiu a criação de uma "Casa de Guardar Dinheiro" (que mais tarde transformou-se no Banco Almeida Magalhães- um dos primeiros estabelecimentos de crédito de Minas Gerais).

Vale, ainda, destacar que São João d'El-Rei possuía também teatro, serviços de correio (1798), iluminação pública a querosene, chafarizes públicos e outras instituições. Tornou-se, assim, uma das vilas mais promissoras da capitania, o que pode ser atestado pelos depoimentos de vários autores que descrevem o seu estágio de desenvolvimento. Vamos encontrar na "*Instrução para o governo da Capitania de Minas Gerais*" a descrição da Comarca do Rio das Mortes, em 1778, como sendo

a "[...] mais vistosa e a mais abundante de toda a capitania em produção de grãos, hortaliças e frutos ordinários do país, de forma que, além da própria sustentação, provê a toda a capitania de queijos, gados, carnes de porco, etc, [...] suas ruas são vistosas, os templos e mais edifícios têm alguma nobreza. Há na vila uma Câmara com dois juizes ordinários e mais oficiais competentes, uma Intendência do Ouro, um Ouvidor, um Juiz dos órfãos e um Vigário de Vara".

(COELHO, 1994, p.70)

A atividade comercial de São João d'El-Rei foi bastante impulsionada por ocasião da vinda da Família Real para o Brasil, em 1808, juntamente com toda a Corte, pois esse fato provocou um repentino aumento da população do Rio de Janeiro. Segundo FAUSTO (1998, p.125) o número de

habitante durante o período de permanência da Corte, passou de *"cerca de 50 mil para 100 mil pessoas"*.

Assim, esse somatório de fatos gerou grande demanda de alimentos, a tal ponto que os antigos fornecedores não tinham condições de suprir. Houve um aumento considerável no consumo de gêneros alimentícios e os sítios e fazendas localizados nos arredores do Rio de Janeiro não foram capazes de continuar a suprir a cidade. As propriedades rurais que anteriormente forneciam esses gêneros não estavam preparadas para viabilizar um aumento repentino da produção para atender às novas necessidades que se colocavam.

Desta forma, grande parte dos gêneros de maior consumo como bois, porcos, galinhas, carneiros, toucinho e queijos procediam de regiões distantes, o que exigia vários dias de caminhada em estradas precárias, ocorrendo, então, muitas perdas. Isso resultava em prejuízo e elevação do custo final das mercadorias.

Minas, por ser uma das regiões mais próximas da Corte, beneficiou-se economicamente com essa situação, passando a ser o maior responsável pelo seu abastecimento. Nesse cenário, destacou-se a vila de São João d'El-Rei, privilegiada pela sua localização geográfica, pois já contava com uma via de acesso ao litoral, a qual, no auge da exploração aurífera, servia de ligação entre as minas e o porto do Rio de Janeiro, onde o ouro era embarcado para Portugal. Além disso, aquela vila já havia desenvolvido diversas atividades agropastoris, possuindo um excedente disponível capaz de complementar, junto com outros fornecedores, o abastecimento da Corte. Era

também uma vila que já possuía experiência no comércio de gêneros, adquirida nas transações que efetuava com as zonas mineradoras.

Desse modo, o fluxo fornecedor, que antes desenvolvia-se no sentido do Rio de Janeiro para as Minas, inverte-se e São João d'El-Rei, bem como toda a região, passa a atuar como entreposto de alimentos.

Essa inversão no fluxo fornecedor pode ser confirmada no relato abaixo :

“Antigamente, o comércio com o Rio resultava numa balança desfavorável à vila e comarca [...] Desde porém, a vinda da Corte, o valor dos produtos aumentou tanto que não só a dívida se liquidou como a região se tornou credora da Capital, em avultada quantia.”

(LUCCOK,1942,p.312)

Depreende-se, então, que o fornecimento de gêneros alimentícios de São João d'El-Rei para o Rio de Janeiro favoreceu toda a região, porque incentivou a construção de uma rede viária que facilitou o escoamento dos produtos da região em melhores condições e menor prazo, diminuindo, assim, os prejuízos com as perdas. Até então, a abertura de estradas era proibida, sendo permitido o tráfego apenas nas oficiais, o que garantia a fiscalização e a taxaço do ouro. Para facilitar a entrada de gêneros no Rio de Janeiro, várias das “picadas” que já eram usadas como alternativa para escapar ao fisco foram oficializadas e passaram a compor a rede viária oficial.

Em aporte à afirmação de que São João d'El-Rei era uma vila que se destacava no cenário brasileiro, devemos considerar os relatos dos vários viajantes que tiveram oportunidade de visitá-la em um período posterior (os viajantes vieram ao Brasil a convite de D. João VI, portanto, após 1808) e

deixaram registradas as suas impressões favoráveis quanto à situação da mesma, comparando-a com as demais da província e expressando o seu entusiasmo diante de suas construções e do desenvolvimento do seu comércio além de ressaltar as maneiras refinadas de seus habitantes.

Um desses viajantes, um pastor protestante irlandês que visitou o Brasil em 1828-29, assim se refere a São João d'El-Rei:

“As ruas são pavimentadas com pedras arredondadas [...] É tão privilegiada a situação da cidade no que se refere à sua acessibilidade que, não obstante achar-se localizada no interior, em determinado momento o Marquês de Pombal cogitou em fazer dela a capital do Brasil. Possui sete igrejas e dois conventos, sendo a capela de um deles a mais bela da província; conta, além disso, com um excelente hospital, muito amplo, limpo e bem cuidado. [...] A cidade de São João é considerada, depois de São Paulo, a mais ativa intelectualmente de todo o Brasil. Seus habitantes são, de um modo geral, muito inteligentes. Eles apreciam com entusiasmo as diferentes medidas sucessivamente adotadas em favor da Independência do país, sendo firmes e sinceros apologistas do sistema constitucional e contrários à anarquia e ao despotismo.”

(WALSH, 1985, p. 74,79)
(FIG. 5, Anexo.4)

Outro depoimento relevante, também de um viajante que visitou a região no início dos oitocentos refere-se a São João d'El-Rei como sendo :

“[...] a parte mais cultivada da comarca, da qual é o celeiro [...] cultivava-se algodão que se fia à mão e com o qual se fabricam panos grosseiros para os negros; algumas vezes faziam dele panos mais finos para a mesa. As senhoras de São João d'El-Rei gostam muito de fazer renda, e são consideradas mais cuidadosas com coisas domésticas do que as das outras cidades.”

(MAWE, 1978, p.182)

Posteriormente, também D. Pedro I deu mostras de reconhecer a importância de São João d'El-Rei no cenário político brasileiro pois, em 1822, pela primeira vez depois que chegara ao Rio de Janeiro, deixa aquela cidade e

começa a penetrar o interior, em direção a Minas, sobrevivendo-lhe, então, “a noção de que regia um vasto reino e aprazia-se em conhecê-lo melhor” (TORRES,1971, p.775). Ainda segundo o autor, esta viagem a Minas foi decisiva para os destinos do país, pois “foi por esta ocasião que D. Pedro compreendeu que poderia ser o fundador de uma nação”. (TORRES, 1971, p.783)

A Vila de São João d’El-Rei era então considerada um polo do comércio atacadista, o centro político e social da Comarca do Rio das Mortes, onde se desenvolviam atividades educacionais, comerciais, culturais, artísticas e sociais da região¹¹.

O prestígio da vila no cenário mineiro era tão grande que, em 1835, uma representação da Câmara Municipal solicitou à Assembléia Provincial dos Deputados (Ouro Preto) que fossem transferidas para ali as escolas de Francês, Retórica, Lógica, Geometria e Desenho existentes na cidade de Mariana. A representação justificava o pedido alegando que Mariana possuía poucos recursos e São João d’El-Rei, ao contrário, oferecia abundância de víveres, além de uma Biblioteca Pública. O pedido foi analisado por uma “Comissão de instrução pública da Assembléia Provincial dos Deputados”, que reconheceu todas as vantagens de tal transferência, mas, apesar disso, não permitiu a mudança, argumentando que São João d’El-Rei não era o centro geográfico da Província.

Ainda neste mesmo ano de 1835, novamente discutiu-se, na Assembléia Provincial, uma outra mudança para São João d’El-Rei, desta vez, no sentido de vir a ser a vila a Capital da Província. Na ocasião, fundamentou-

¹¹ Em 06 de março de 1838 a vila foi elevada à condição de cidade.

se essa transferência no fato de que as estradas que davam acesso a Vila Rica encontravam-se em péssimo estado, devido à topografia acidentada da região, cheia de serras, e que todos os recursos disponíveis seriam exauridos, caso se resolvesse recuperá-las. Além disso, seu clima era muito frio, provocando doenças pulmonares, o que afastava alguns moradores, inclusive deputados provinciais de saúde frágil, que assim ficavam impedidos de exercer plenamente as suas legislaturas.

Reforçando a perspectiva da mudança, outro argumento usado pelos defensores da transferência da capital era o alto custo de vida em Vila Rica, tendo em vista que o seu solo não era próprio para o cultivo de alimentos que, assim, eram importados de outras localidades a altos custos. A estes acrescentava-se ainda que as viagens pelas péssimas estradas prolongavam em muito o trajeto fazendo com que os alimentos se deteriorassem no caminho. Apesar de toda a argumentação, a mudança da Capital não foi aprovada.

A partir do que se relatou anteriormente, pode-se inferir que a Vila de São João d'El-Rei havia atingido um tal estágio de desenvolvimento, chegando a colocar-se em uma posição de destaque no cenário mineiro, e encontrando-se suficientemente madura, em vários aspectos, merecendo a posição de centro administrativo, cultural e político da capitania.

Pode-se afirmar, então, que o nascimento de São João d'El-Rei se deu, como o de tantos outros arraiais de Minas, pela sua localização geográfica, como passagem obrigatória no caminho que dava acesso às minas, e que o seu crescimento se deveu à descoberta, ali, de significativos veios de

ouro. Posteriormente destacou-se em toda a província pelo comércio que ali proliferou com a finalidade de abastecer de víveres as regiões auríferas e também o Rio de Janeiro, quando da vinda da Família Real e toda a Corte para o Brasil.

Desta forma, o comércio de gêneros que se desenvolveu em São João d'El-Rei, tanto o realizado na própria região, quanto o que se deu em relação a outras províncias e capitanias, produziram uma acumulação de recursos que possibilitou a formação, ali, de uma elite, economicamente estável, diversa daquela existente nas localidades onde só se desenvolveu a mineração.

A forma mais comum de extração do ouro, em Minas, foi a exploração de aluvião (separação do ouro do cascalho dos rios), que não dependia do emprego de técnicas e equipamentos, sendo de extração mais fácil e menos dispendiosa, mas também de rápida extinção. Dessa maneira, quando se achava um bom veio de ouro, o proprietário da lavra enriquecia rapidamente, mas, da mesma forma, também empobrecia quando ele se esgotava. Em muitos casos, o minerador se via obrigado a mudar-se para outros lugares, em busca de melhor sorte. Era um trabalho predominantemente aventureiro e se constituía em um elemento de desagregação social. Assim, nas regiões onde se praticou exclusivamente a mineração, o que se via era uma população flutuante e inconstante.

Em São João d'El-Rei, ao contrário, formou-se uma população mais estável que se fixou ali, não só com o objetivo de extrair ouro mas também para trabalhar nas atividades agropecuárias e comerciais, dando, então,

origem a uma elite bastante heterogênea, composta não só por mineradores mas, também, por comerciantes e funcionários da administração, considerando-se que a vila era cabeça de comarca e, como tal, centralizava todas as atividades administrativas e de fiscalização da região.

Vale ainda apontar que a estabilidade econômica possibilitou a essa elite desejar progresso e civilização para a região, haja vista as grandes transformações pelas quais Minas havia passado no final do século XVIII e no início do XIX. A esta dimensão histórica da análise em questão soma-se a perspectiva ideológica do iluminismo – de forma sintética descrita a seguir - como um conjunto de elementos fundamentais que nos permitirão compreender a emergência das instituições propiciadoras do progresso e da civilização.

2.3 O ideário iluminista : os elementos da razão no cenário brasileiro

O *iluminismo*, revolucionário movimento intelectual que surgiu na Inglaterra no século XVIII e depois se disseminou por toda a Europa - com mais força na França e também na Alemanha - tinha como um de seus pressupostos o esclarecimento racional, ou seja, o uso da razão para explicar os acontecimentos e os fenômenos em todos os campos: religião, ciências, direito, economia e Estado.

A metáfora com as luzes, usada inclusive no próprio nome do movimento, evidencia a idéia de que a razão é a única forma aceitável de explicação do mundo, representante do conhecimento a iluminar as mentes e

opositora das trevas, que simbolizam a escuridão da ignorância e da irracionalidade. Para o pensamento iluminista, a razão é um instrumento de mudança, cujas ferramentas são a observação e a experimentação. Os iluministas consideravam que o homem poderia se emancipar através da razão e do saber, ao qual todos deveriam ter livre acesso. Eram contra tudo o que fosse desprovido de base racional e, portanto, as formas de explicação do mundo baseadas na fé cristã e na vontade dos soberanos eram rejeitadas nessa concepção.

Em função de tal perspectiva, repudiavam o poder absoluto dos reis, os quais, para exercê-lo se escudavam na justificativa de que ele provinha de Deus. Assim, as idéias iluministas representavam uma ameaça à estabilidade dos governos absolutistas, porque pregavam a igualdade civil e o fim das monarquias.

Em termos de preocupações filosóficas, os pensadores iluministas podem ser divididos em dois grandes grupos: um grupo que elege como tema fundamental as questões políticas e sociais e o outro, que trata dos aspectos relativos à liberdade econômica e a não regulamentação da economia pelo Estado. Dentre os primeiros destacaram-se Montesquieu, Voltaire, Rousseau, Diderot e D'Alembert. No segundo grupo destacaram-se, dentre outros, Quesnay e Adam Smith.

Conforme se evidencia na literatura, os principais representantes de cada grupo tiveram suas idéias divulgadas por todo o mundo, sendo que a Europa foi onde primeiro produziram frutos estes ideais, passando o continente, por isso, a ser um modelo de civilização a ser imitado pelas nações,

representando o ideal de perfeição e o mais conveniente estilo de vida. Conforme assinalam diferentes autores, as idéias iluministas tiveram influência decisiva no processo de Independência Americana (1776) e, principalmente, na Revolução Francesa (1789).

Quanto à situação no Brasil, também se fez presente a influência dos ideais iluministas. Eles entraram no país de várias formas, sendo que a mais comum foi pelas mãos dos filhos de famílias ricas, muitos deles da região das minas, que iam completar seus estudos na Europa, principalmente em Coimbra e voltavam imbuídos dos ideais iluministas que impregnavam a Europa. Em sua bagagem traziam muitos livros que eram lidos e discutidos em reuniões e, em suas mentes fervilhavam idéias para reformar este país da América, tão primitivo e diferente dos países do Velho Mundo.

Sendo assim, em função da experiência vivenciada e incorporada pelos estudantes a partir do modelo vigente na Europa, o pensamento iluminista encontra condições de despertar nos brasileiros a consciência e o desejo de libertação. Dentre eles, os mais contaminados foram os mineiros, porque estavam insatisfeitos com a posição de Portugal em relação às restrições ao comércio e à excessiva taxaço sobre o ouro.

Desta forma, a região das minas foi onde despontaram os representantes mais ativos desta mobilização, talvez porque ali fosse o lugar onde a insatisfaço estivesse mais evidente e também porque aquela sociedade, que já conhecia o pensamento iluminista, estivesse pronta para reivindicar mudanças. Além disso, a urbanidade possibilitou-lhes uma fácil comunicação, a rápida disseminação das idéias e a capacidade de mobilizar e

aglutinar a sociedade. As idéias iluministas representaram, então, naquele momento, a compreensão de que havia uma possibilidade de reverter a situação de dominação em favor dos brasileiros.

RODRIGUES, no prefácio do livro Colonizador- Colonizado de autoria de Eliane Lopes, destaca que:

“As idéias dos pensadores iluministas franceses, bem como as da Independência Americana, se estavam presentes- e estavam- com a liderança da Inconfidência Mineira, só estavam porque o terreno se encontrava preparado para recebê-las e incorporar seletivamente o que era mais útil para o momento.”

(LOPES, 1985, p.14)

Considerando os aspectos apontados, verifica-se que estes constituem fatores relevantes a se considerar, haja visto que as idéias somente podem produzir ações e se concretizarem quando representam uma resposta para algo que já está sendo buscado. Ao que tudo indica, assim aconteceu com a Inconfidência Mineira, quando as idéias iluminista de libertação e independência encontraram naquela sociedade um terreno propício, decorrente da insatisfação dos mineiros com a situação de exploração que vivenciavam.

Assim, em função de tal situação, os mineiros que compartilhavam o desejo de liberdade se reuniram, se organizaram e planejaram libertar o país do jugo português e aqui estabelecer a República, uma forma de governo que era diferente da adotada na Europa e que havia sido implantada nos Estados Unidos. Nessa ocasião cogitou-se inclusive, de instalar-se a futura capital desta República em São João d’El-Rei.

Entretanto, os idealizadores deste projeto para o Brasil foram traídos e os seus planos denunciados¹². O governo, ao ser informado do que se tramava, suspendeu a programada *derrama*,¹³ ocasião na qual se deflagraria o movimento e os insurgentes passaram a ser identificados como “inconfidentes” – indignos de confiança - porque haviam cometido uma traição à Coroa.

Em decorrência desses fatos, naquele momento o movimento foi abortado e a Independência não se concretizou no século XVIII, sendo que os mentores da revolta foram severamente punidos e considerados, ainda, traidores da pátria. Entretanto, a Independência foi apenas postergada, porque os brasileiros, naquele momento, se conscientizaram de que era possível combater a espoliação vigente, fazendo-lhe face, a fim de tornar este país livre e independente. Portanto, é no intuito de construir um nova nação em tudo diferente do estado em que viviam anteriormente, que, após a Independência, cresce, no Brasil, o desejo de progredir, não só na agricultura, pecuária, comércio e manufatura, mas, também, no que diz respeito às artes e ciências.

Complementando este quadro histórico, e face à necessidade de entender a dinâmica das instituições – biblioteca, imprensa e sociedade literária – naquele contexto, apresenta-se de forma sintética a situação das mesmas como elementos fundamentais à compreensão das ações de Baptista Caetano de Almeida.

¹² O delator foi Joaquim Silvério dos Reis, que revelou os planos da revolta em troca da promessa de perdão da dívida que possuía com o fisco.

¹³ derrama – cobrança dos quintos em atraso.

“ Só por meio da propagação das luzes se consegue o progresso das Artes e Ciências e, com estes a grandeza e o florescimento dos Estados.”

(FIGUEIREDO, 1899, p.839)

CAPÍTULO 3

BIBLIOTECA, IMPRENSA E SOCIEDADE LITERÁRIA:

uma leitura sob o prisma da História

3.1 Livros e Bibliotecas: uma aproximação histórica

As primeiras coleções de livros de que se tem notícia no Brasil são aquelas pertencentes aos jesuítas, primeiros educadores, que aqui chegaram em 1549 com o primeiro governador geral – Tomé de Souza. Os jesuítas vieram para o Brasil para ensinar aos índios a língua portuguesa e, através dela, a doutrina cristã. Com este objetivo, os primeiros livros que eles trouxeram foram os breviários, as Bíblias e os livros de teologia.

Esses primeiros educadores criaram colégios em várias localidades do país - Salvador, São Vicente, Espírito Santo, Ilhéus, Porto Seguro, Olinda – e seus alunos eram, a princípio, os filhos dos colonos e os filhos dos caciques indígenas. Os índios eram apenas catequizados, tornando-se mais dóceis e servis, o que facilitava o seu aproveitamento como mão-de-obra para a extração do pau-brasil. Recebiam apenas o ensino elementar, mas os filhos dos colonos recebiam também o ensino secundário, que era destinado à formação de clérigos. Embora nem todos os filhos de colonos se tornassem sacerdotes, todos eles, eram preparados para a vida intelectual segundo um modelo religioso.

Os livros adotados por eles, tanto para o ensino elementar como para o secundário, eram impressos em Portugal onde, desde 1576, vigorava um rigoroso processo de censura, segundo o qual somente eram liberados para impressão os manuscritos que atendessem aos requisitos de três tipos independentes de censura: a episcopal, a inquisitória (da Igreja Católica e exercidas pelo Santo Ofício) e a censura Régia (do poder civil, exercida pelo Desembargo do Paço).

Os livros encomendados pelos padres, geralmente eram liberados

para embarque porque eram apenas obras religiosas, uma vez que, na concepção deles o “*gentio*”¹⁴ era demasiado rude e selvagem para alcançar outro tipo de literatura.

Torna-se possível inferir, então, que são marcas relevantes na história da sociedade brasileira, no que se refere à educação e ao acesso aos livros, os aspectos de controle e coerção, buscando garantir a submissão e o aceite das regras do colonizador. Os métodos escolares dos jesuítas, que vigoraram por dois séculos, constituíram-se numa barreira à introdução da modernização tanto de Portugal como de suas colônias. A resistência daqueles religiosos em aderir aos novos métodos educacionais representava um verdadeiro entrave à entrada, no país, da revolução mental que sacudia a Europa na segunda metade do século XVIII.

Porém, esta barreira foi derrubada pelo ministro de D. José I, D. Sebastião de Carvalho e Melo (Marquês de Pombal), que introduziu em Portugal várias reformas. A reforma educacional ficou a cargo de Luís Antônio Verney, padre da Congregação do Oratório,¹⁵ que tinha, como propósito, introduzir em Portugal uma nova modalidade de ensino, privilegiando a razão e a pesquisa como base do conhecimento, tal como era a tendência na Europa. Como parte deste projeto Verney reformou a Universidade de Coimbra e instituiu o *Colégio dos Nobres*, em Lisboa. Foram proibidos os métodos educacionais e os livros dos jesuítas e, para aqueles que insistissem em continuar a adotá-los a pena seria a prisão e a suspensão do direito de ensinar

¹⁴ *gentio* = (Michaelis) Que, ou o que não é civilizado, índio.

¹⁵ Esta congregação passou a ditar a orientação educacional em Portugal após a expulsão dos jesuítas e restaurou o método antigo de se ensinar, principalmente, o latim que deveria ser transmitido de forma breve, clara e fácil, incentivando, assim o aluno a passar às “Ciências maiores”. (HOLANDA, tomo1, v.

em Portugal e em suas colônias. O monopólio do ensino dos jesuítas foi substituído pela adoção de novos livros e novos métodos pedagógicos, criando-se aulas régias (escola pública) de latim, grego e retórica, tanto em Portugal quanto nas suas colônias. Em Lisboa fundaram-se faculdades de Filosofia e de Matemática, laboratórios de Física e Química, observatórios astronômicos, museu de história natural, horto botânico - instituições que se incumbiram de operacionalizar estudos experimentais de linha racionalista.

Em 1772, o marquês de Pombal criou a instrução primária e a secundária, que deveriam ensinar a ler, escrever e contar. As aulas seriam gratuitas e destinadas não só a religiosos, mas, também, aos leigos. Esta parte da reforma foi instituída também no Brasil e os recursos para a sua manutenção seriam provenientes de um novo imposto que se criou - o *Subsídio Literário*. Entretanto, os recursos orçamentários foram insuficientes para custear a educação pública .

As reformas educacionais introduzidas pelo marquês de Pombal visavam ainda a dinamização da produção de matérias-primas na colônia para beneficiar a Metrópole e, com esse intuito, foram criadas escolas também voltadas para os estudos práticos e científicos. Ainda, como parte das reformas educacionais, em 1768 o Marquês de Pombal substituiu o sistema de censura em vigor (Censura Episcopal, Censura Inquisitória e Censura Régia) por um outro, centralizado apenas na Real Mesa Censória, sistema esse que vigorou até 1787.

Conforme indica a literatura, a Mesa Censória deveria ser um órgão de superintendência de ensino e de revisão de livros, e os critérios adotados

por ela no desempenho de suas funções eram condicionados pela defesa dos ideais da sociedade cristã e civil. A Real Mesa Censória, portanto, no cumprimento de seu dever, proibia os livros contrários à religião católica, aos princípios morais e à ordem política, cuja leitura poderia levar o país na direção do deísmo, ateísmo e materialismo.

Dentro desta ótica, a lista de livros proibidos pela Mesa Censória era encabeçada pelos autores franceses com destaque para os filósofos do iluminismo D'Alembert, Brissot, Buffon, Condorcet, Condillac, Diderot, Helvétius, La Mettrie, Mably, Marmontel, Montesquieu, Raynal, Rousseau, (na sua *Nouvelle Heloise*), Voltaire (na *Henriade*). Também foram proibidos alguns autores considerados *obscenos*, como Clément de Marot, Madame de La Fayette, Barthelémy, La Fontaine.

Acrescentando-se a estes também compunham a lista de autores proibidos, pensadores tais como Spinoza, Hobbes, Cesare Beccaria, Rosseo, Buchamamo, Hottomano, Bucherio, Altusio, Henou, Dane, Casman, Obrecht, Paren, Milton, Thomas Pine, Locke e Thomas Morus, que também eram vítimas da censura portuguesa. Além desses, como medida de precaução, a Mesa Censória proibia também os livros dos jesuítas (VILLALTA, 1997, p.370).¹⁶

Face aos aspectos descritos anteriormente, torna-se evidente que, no Brasil, os livros eram comuns apenas em poder de religiosos, sendo raros em casas de particulares. Somente no final do século XVIII começaram a aparecer, aqui, bibliotecas particulares, na maioria das vezes, pertencentes a famílias abastadas cujos filhos iam estudar na Europa, principalmente Coimbra,

¹⁶ No caso desses, após a sua expulsão do Brasil, seus livros se deterioraram em caixotes abandonados, ou foram vendidos a boticários como papel para embrulhar unguentos.

e de lá retornavam trazendo vários exemplares em sua bagagem. Outras coleções se formavam através da compra dos livros pertencentes a autoridades portuguesas que, após cumprida a missão para a qual tinham vindo ao Brasil, retornavam a Portugal e desfaziavam-se delas para aliviar o peso da sua bagagem.

Apesar da Coroa Portuguesa exercer um rigoroso controle nas alfândegas para impedir que os livros que continham o pensamento iluminista penetrassem no Brasil e contaminassem seu povo com ideais de liberdade e independência, a entrada ilegal desses livros crescia e aqui podiam ser encontrados, em número considerável, vários autores proibidos.

Segundo COSTA,

“[...]tal era o cuidado que havia contra as então chamadas “idéias francesas”, que já não bastava o exame dos livros pela Mesa Censória; os livreiros tinham de apresentar à aprovação do governo os catálogos dos livros que importavam, e de manifestar aqueles que remetiam para qualquer localidade do reino ou do Brasil. Os livros eram examinados policialmente na alfândega, e sendo de autor suspeito, eram queimados na praça pública, com pregão, pela mão do carrasco.”

(COSTA, 1956, p.57)

Ainda assim, muitos livros proibidos pela Mesa Censória, principalmente os franceses, entravam clandestinamente no país, de várias maneiras, e passavam de mão em mão. Desta forma, até nas mais longínquas regiões do interior do Brasil podiam ser encontradas obras que representavam o pensamento europeu. Segundo a declaração de Chizzotti – “*não houve autores, idéias, movimentos, livros e discursos de significação na Europa que não encontrassem no Brasil seus discípulos, cultores e plagiadores*” (CHIZZOTTI, 1975,

p.27) .

A venda dos livros liberados pela censura era realizada em lojas de artigos em geral sendo que, em 1821, já havia no Rio de Janeiro nove delas, a maioria, como em Portugal, pertencente a franceses.

Além dos livros liberados para a venda, essas mesmas lojas comerciavam, também, clandestinamente, os livros proibidos pela Mesa Censória, sendo que os livreiros que praticavam este tipo de comércio ilegal eram já conhecidos pela polícia e passavam por severa fiscalização mas, ainda assim, conseguiam colocar, tanto em Portugal como no Brasil, grande quantidade de livros censurados. Estes livreiros [...] *punham em circulação as publicações modernas por meio das quais o espírito crítico do enciclopedismo entrava neste desgraçado país marasmado pela imbecilidade* (SODRÉ, 1963, p.17).

Verifica-se, então, face aos elementos apontados que, apesar da vigilância, no país sobre a difusão das idéias em vigor na Europa, mecanismos para reverter uma tal situação eram buscados, permitindo que, mesmo sob o rígido controle existente, a crítica e o questionamento à ordem vigente tivessem condições de emergir.

O hábito de ler e a venda de livros cresceram consideravelmente com a vinda da Família Real e de toda a Corte portuguesa para o Brasil em 1808, e com a conseqüente transferência da estrutura administrativa do governo para cá (MORAES, 1979, p.44). Para exercer as funções administrativas necessárias ao funcionamento da corte eram exigidos os conhecimentos que estavam nos livros e as notícias que estavam nos jornais do mundo. D. João providenciou a criação de instituições que iriam possibilitar a apreensão do

saber necessário e que ampliasse o nível cultural do país. Surgiram assim, uma biblioteca pública¹⁷, teatros, imprensa, e também academias literárias e científicas.

Além das bibliotecas dos conventos (São Bento, São Francisco e outros), e da Biblioteca Real, o Rio de Janeiro, nessa época, contava ainda com outras, principalmente aquelas ligadas às instituições que D. João criou e que para o seu bom funcionamento exigiam a formação de bibliotecas. Dentre essas podem ser destacadas as seguintes bibliotecas: da Real Academia Militar, do Laboratório Químico-Prático, da Academia Médico-Cirúrgica, do Arquivo Militar e da Academia Militar dos Guarda-Marinhas. (MORAES, 1979, p.87)

Desta forma, a vinda da Família Real constituiu-se, nesse sentido, em um marco para a história cultural do Brasil, produzindo transformações em todos os aspectos da vida do país: social, econômico, político e cultural, o que pode ser evidenciado na seguinte formulação de Boris Fausto se referindo ao estímulo à leitura que ocorreu com a vinda da Família Real: *“o acesso aos livros e a uma relativa circulação de idéias foram marcas distintas do período”* (FAUSTO 1998, p.125).

Deve-se acrescentar, ainda, que a abertura dos portos e o comércio com outros povos foram estimulantes para a entrada de livros e de idéias predominantes na Europa do início do século XIX. Além disso, pela primeira

¹⁷ O acervo da Biblioteca criada por D. João veio de Portugal junto com todos os tesouros da Corte e constituía a Biblioteca Real. Era formado por obras muito valiosas e ricamente encadernadas, contendo mais de cem incunábulo. Inicialmente ficou abrigada no Hospital da Ordem Terceira do Carmo, sendo inaugurada em 13 de maio de 1811 (dia do aniversário do Príncipe Regente) e aberta ao público em 1814. Após a Independência, ela não mais retornou a Lisboa, porque o governo brasileiro pagou a Portugal a quantia de dois milhões de libras esterlinas pelos bens portugueses deixados aqui e, dentre eles, a biblioteca. Ela deu origem à atual Biblioteca Nacional. (MORAES, 1979, p. 81-89)

vez cogita-se seriamente da hipótese de se criar no país, o ensino superior e o das artes e assim, gradativamente, foram sendo criados os cursos superiores de Cirurgia, Medicina, Economia, Agricultura, Retórica, Filosofia, Botânica, Química, Geologia, Mineralogia, Desenho Técnico, Matemática e outros.

Outro aspecto importante em relação à cultura no Brasil decorrente da vinda da Família Real deveu-se ao fato de que para aqui deslocou-se toda uma elite culta, em tudo diferente dos antigos grupos de portugueses chegados em outras épocas, dentre os quais predominava a presença de aventureiros, degredados, homens sem cultura e sem berço, cuja marca era a busca de fortuna rápida. Esta nova leva de lusos era composta por nobres cultos e de hábitos requintados, familiarizados com os livros e as letras e que representava, como já vimos, a Europa deste lado do Atlântico.

Para os portugueses que aqui viviam e para os povos da terra, tornou-se evidente a distância que os separava dos costumes europeus. Diante desses recém chegados, os primeiros portugueses pareciam povos bárbaros, e sentiram a necessidade de se instruir para diminuir as desigualdades. Para eles *“ler e escrever tornaram-se atividades que continham em si mesmas um sentido anticolonialistas, representavam um esforço de libertação”* (SODRÉ, 1966, p.46). Segundo MORAES *“A transferência da Corte Portuguesa de Lisboa para o Rio de Janeiro veio transformar radicalmente a situação dos livros e das bibliotecas no Brasil”*.

Em síntese, a vinda da Família Real possibilitou não só a ampliação da relação dos brasileiros com a leitura e os livros como também incentivou a criação de bibliotecas em vários pontos do país. Vejamos como este processo se deu em Minas Gerais.

3.1.1 Bibliotecas em Minas: uma contribuição à identidade nacional

Com relação às bibliotecas, no caso de Minas, as mais importantes também eram as dos seminários e raras eram as bibliotecas particulares. Segundo VILLALTA estas se encontravam principalmente em mãos de pessoas de destacada posição social:

“Os donos de bibliotecas, em sua maioria, eram membros das elites, que combinavam a propriedade (de terras, gado e minas) ou o envolvimento no comércio a ofícios que exigiam uma educação mais esmerada. Assim, clérigos, advogados, médicos e funcionários públicos dos altos escalões destacaram-se como os principais proprietários de livrarias.”

(VILLALTA, 1997, p. 383)

Entretanto, em relação a outras capitanias, em Minas Gerais

“a propriedade de livros, ao que parece, disseminou-se mais que nas outras capitanias nos séculos anteriores, tendo sido favorecida pela constituição de uma civilização urbana, com um expressivo setor de serviços”.

(VILLALTA, 1997, p. 361)

As primeiras bibliotecas particulares mineiras formaram-se, inicialmente, com os livros que os jovens recém formados nas universidades européias, principalmente em Coimbra, traziam consigo ao retornarem ao Brasil. Esses jovens se reuniam para ler e discutir o pensamento iluminista e os novos ideais de liberdade que estavam nos livros trazidos por eles e que, emprestados, passavam de mão em mão, disseminando essas idéias e fomentando o desejo de libertação. Eles chegaram a organizar um movimento

com ideais separatista que, apesar de, naquele momento não ter obtido êxito nas suas propostas delibertação, deixou explicitada a insatisfação contra os rumos dados ao Brasil pelo governo português.

Os *inconfidentes*, como ficaram conhecidos esses homens que planejaram tornar o país independente de Portugal, foram denunciados, seu movimento desmantelado e os nomes dos insurgentes divulgados. A Coroa investigou os seus bens e, entre eles, em sua maioria, foram encontrados livros proibidos pela censura portuguesa. Das bibliotecas dos inconfidentes, a mais numerosa e a que possuía maior número de obras proibidas era a do Padre Luís Vieira da Silva, mas também foram apreendidas obras censuradas em poder de vários outros inconfidentes como: Padre Toledo, Padre Manuel Rodrigues da Costa, Cláudio Manuel da Costa, José Resende da Costa, Alvarenga Peixoto, José Aires Gomes, dentre outros.

Com a crescente insatisfação dos brasileiros quanto à política de exploração adotada pela Coroa portuguesa em relação ao Brasil e também com a conscientização dos brasileiros de que era possível, a exemplo dos americanos, ter-se um governo próprio e independente da metrópole, tornou-se possível a articulação e a conquista da independência, que veio a acontecer em 1822.

Após a Independência, ganha força o projeto de construção de um país com características próprias, e uma das importantes ferramentas alavancadoras desse processo seria a instrução. Neste contexto, o comércio de livros cresce de forma acelerada, porque a elite cultural deste novo país ansiava por se informar e definir os novos rumos nacionais. O livro sai, então,

da clandestinidade, e deixa de ser ilegal para se tornar necessário. De instrumento ameaçador da soberania portuguesa o livro passa a ser instrumento promotor da afirmação do Brasil como nação.

Assim, em função das necessidades impostas pela criação da Nação Brasileira, há a exigência do delineamento de um perfil para a mesma, que lhe garanta uma identidade própria perante as outras nações do mundo. A elite cultural brasileira toma para si esta tarefa e busca desempenhá-la, criando situações que possibilitassem ao povo melhorar o seu nível de conhecimento. Primeiramente seria promovido o esclarecimento *“daqueles que ocupavam o topo da pirâmide social, que por sua vez encarregar-se-ia do esclarecimento do resto da sociedade”* (GUIMARÃES, 1963, p. 5-7).

Desta forma, norteados pela perspectiva de construção de uma nação independente, há uma articulação da elite para implementação do seu projeto civilizatório, sendo necessário ressaltar, entretanto, que, ao assumir a Europa como modelo, tal adoção termina por levar à desconsideração do que era realmente, o povo, enquanto conjunto de membros concretos de uma comunidade, constituintes da sociedade brasileira. É notório, entretanto, que, dentro deste quadro, uma nova conotação será dada aos livros e às bibliotecas, na medida em que se acredita que os mesmos contribuirão para formar e consolidar a identidade nacional.

3.2 A imprensa periódica no Brasil

No Brasil Colônia, em obediência às ordens da coroa, nada se podia imprimir,

sob pena de prisão para aqueles que não respeitassem a lei. Ao que tudo indica, Portugal percebia que a leitura seria uma ferramenta que possibilitaria aos brasileiros a aquisição de uma consciência do seu poder e acabaria por gerar movimentos separatistas. Entretanto, a proibição de instalação da imprensa no Brasil era justificada pelo governo português com a argumentação de que manter uma imprensa aqui seria mais caro e dispendioso do que utilizar a de Lisboa. Tal perspectiva pode ser comprovada pela carta que D. João manda ao governador da Capitania do Rio de Janeiro, Gomes Freire de Andrada, proibindo o funcionamento, naquela localidade, da tipografia de propriedade de Antônio Izidoro da Fonseca, cuja abertura se dera por sua autorização. D. João argumenta que no Rio de Janeiro

“Não é conveniente se imprimam papéis no tempo presente, nem ser de utilidade aos impressores trabalharem no seu ofício, aonde as despesas são maiores que no Reino [...] portanto, se vos ordena que, constatando-vos que se acham algumas letras de imprensa nos limites do vosso governo, as mandeis seqüestrar, e remeter para este Reino por conta e risco de seus donos das mesmas letras e aos oficiais da imprensa que houver, para que não imprimam nem consintam que se imprimam livros, obras ou papéis alguns avulsos, sem embargos de quaisquer licenças que tenham para a dita impressão, comunicando-lhes a pena de que, fazendo o contrário, serão remetidos presos para este Reino [...]

(VEIGA, 1898, p.170)

Por trás da proibição de se instalar aqui uma imprensa estava oculto o receio da metrópole de que a colônia, ao se instruir, pudesse atingir um estágio de civilização que pusesse em risco a soberania do governo português e reivindicasse a liberdade. Por esse motivo foram sufocadas as primeiras tentativas de se criar aqui uma imprensa no século XVIII, pois *“manter as*

colônias fechadas à cultura era característica da dominação” (SODRÉ, 1996, p.21).

Com a vinda, em 1808, da Família Real, instalou-se aqui, oficialmente, a Imprensa Régia com o objetivo de imprimir toda a legislação e os papéis diplomáticos que tivessem origem em qualquer repartição real. Porém, mesmo essa documentação deveria ser submetida ao exame de uma junta para garantir que nada fosse impresso contra a religião, o governo e os bons costumes.

VEIGA informa que,

por decreto de 13 de maio de 1808, dia do aniversário do príncipe regente, posteriormente D. João VI, e ainda muito a medo e com irrisório aparato de fiscalização, estabeleceu-se no Rio de Janeiro a Imprensa. Conquanto as aludidas restrições e temores, é essa uma data de grata recordação, a ela se vinculando a origem definitiva e legal da imprensa brasileira, que tornou-se, poucos anos depois, sob a inspiração de patriotas, instrumento poderosíssimo de nossa independência e liberdade política.”

(VEIGA, 1898, p.171)

Além da documentação oficial, a Imprensa Régia imprimia também traduções de química, medicina, matemática e outras obras e foi, até a Independência, a única oficina tipográfica oficialmente existente no Rio de Janeiro. Neste mesmo ano de 1822 a Imprensa Régia iniciou a publicação de um jornal oficial “*Gazeta do Rio de Janeiro*” (o atual Diário Oficial), que publicava, além dos atos oficiais, festas da corte, movimento do porto e noticiava, ainda, o estado de saúde dos príncipes da Europa além dos aniversários da Família Real, mas, não apresentava questões polêmicas à

discussão.¹⁸ Mesmo assim, a criação desse jornal representou um grande avanço para imprensa nacional, porque deu ao país um poderoso veículo de comunicação, divulgando as informações de uma forma oficiosa. Esse ato teve uma importância tão grande que MARTINS (1998, p. 306) chega a afirmar que, com ele, ficou estabelecido o “*primeiro clarão da independência*”, opinião também compartilhada por Veiga, o qual afirma ser a imprensa um *instrumento poderosíssimo de nossa independência e liberdade política*” (VEIGA, 1898, p.171).

Antes deste periódico oficial, já existia e circulava clandestinamente no país um outro, com caráter um pouco mais crítico, denominado “*Correio Braziliense*” ou “*Armazém Literário*,”. Seu redator, Hipólito Costa, preferia editá-lo em Londres, porque aqui o processo era dificultado não só pela censura prévia como também pelos perigos a que estaria exposto ao falar das ações dos homens poderosos.

Além desse jornal, em 1809, na Bahia, foi criado um outro, redigido por portugueses, e que tinha como objetivo veicular notícias políticas sem, no entanto, fazer comentários ou influenciar a opinião pública.

É necessário ainda acrescentar que, com a autorização real para se instalar a imprensa no Brasil, vários jornais foram criados, em diversas localidades do país, como na Bahia (1811), em Pernambuco (1815), no Maranhão e no Pará (1821). O número de jornais crescia a cada ano, os quais

¹⁸ Nomes que teve este jornal : Gazeta do Rio de Janeiro de 10-09-1808 a 29-12-1821; Gazeta do Rio – de 01-01-1822 a 31-12-1822; Diário do Governo 08-01-1823 a 28-06-1833; Diário Fluminense 21-05-1824 a 24-04-1831; Correio Oficial 01-07-1833 a 30-12-1840 – de dezembro de 1840 a agosto de 1846 não houve jornal oficial – Gazeta Oficial do Império do Brasil 01-09-1846 a 31-07-1848; Diário do Rio de Janeiro 01-06 -1821 a 30-10-1878; Diário Oficial 01-10-1862 a 15-11-1889; Diário Oficial da República dos Estados Unidos do Brasil 21-11-1889 a 31- 12-1891; Diário Oficial 01-01-1892 até os dias

tinham também o formato e as tiragens aumentados. Em 1828 existiam em todo o país 32 jornais políticos e em 1835 já eram 54. Esses jornais discutiam assuntos políticos, interesses ou queixas populares, aspirações de independência e de liberdade dos brasileiros.

A maioria dos jornais deste período era utilizada, principalmente, para propiciar uma formação política ao povo, pois vários deles foram criados pelos próprios políticos, que viam o jornal como um espaço alternativo para a discussão de diferentes temas, muitos dos quais não eram debatidos nas assembléias, locais que seriam os fóruns legítimos para os mesmos. Em aporte a esta questão vale apontar as indicações dos autores CARVALHO e PRIOLLI, transcritas a seguir:

“ [...] os jornalistas lutavam na linha de frente das batalhas políticas e muitos deles eram também políticos. Muitos políticos, por seu lado, escreviam nos jornais onde o anonimato lhes possibilitava dizer o que não ousariam da tribuna da Câmara ou do Senado. A imprensa era, na verdade, um fórum alternativo para a tribuna.” (CARVALHO, 1981, p.44)

Conforme Priolli :

“A diferença entre o jornalismo e a política, aliás, era nenhuma. Escrever e militar eram as duas faces de uma mesma atividade, e não foi por outra razão que a Constituinte de 1834, convocada para reformar a carta outorgada por D. Pedro I, teve nove jornalistas entre seus 90 deputados – participação maior do que a registrada há poucos anos na Constituinte de 1988”.

(PRIOLLI, 1998, p.76)

A vinda da Família Real viabilizou, assim, a institucionalização da imprensa e, ainda, a emergência, no novo quadro político-econômico vigente, de novas necessidades demandadas pela sociedade, propiciando

comparativamente ao momento histórico anterior, um avanço na ordem social.

Em um primeiro momento, então, a imprensa serviu apenas como um instrumento burocrático do governo, visto pela sociedade como veículo de divulgação dos seus atos administrativos. Posteriormente, com a autorização para a criação de outros jornais, alguns sob a direção de políticos ou simpatizantes das causas públicas, a imprensa ganhou espaço e tornou-se uma tribuna na qual os políticos discutiam abertamente pontos que nem sempre ousavam colocar com tanta ênfase nas assembléias. Os jornais adquirem então, um caráter legitimador e tornam-se um espaço para o debate das questões políticas.

A seguir, ainda dentro de uma perspectiva histórica, veremos em que situação se encontravam as sociedades literárias no Brasil.

3.3 As Sociedades Literárias no Brasil

As sociedades literárias eram compostas por grupos de pessoas que se reuniam para discutir os problemas do seu tempo, com base em leitura prévia de autores clássicos ou contemporâneos. Era comum as sociedades literárias serem ligadas a bibliotecas, para que seus membros pudessem retirar dos acervos o embasamento para as suas discussões. Por outro lado, as sociedades literárias tinham uma função importante, porque se constituíam em um fórum de discussões e, também, supriam a falta de escolas nas várias localidades, trazendo a público temas de interesse. Nesta ótica, foram

importantes para estimular estudos e concorrer para o desenvolvimento social, conforme evidenciam as palavras abaixo reproduzidas:

“È reconhecida a utilidade das associações que, por meio de esforços communs, põem em pratica um fim comum. Derramão a civilisação, a instrucção, illuminão os povos, esclarecem os espiritos e augmentão as forças sociaes. Fazem apparecer os grandes propugnadores das lettras, artes e sciencias, despertão os espiritos estudiosos e constituem o exercicio mais util e fructifero do espirito humano. Agitando os pensamentos, vivificando os animos e dando vida aos raciocinios e liberdade às discussões, concorrem para o desenvolvimento social, estimulão os estudos e cimentão os bons principios. Discutindo em plena luz, abrindo a tribuna e dilatando a imprensa, adiantão o progresso dos povos, e fazem caminhar as idéas e os principios. São o conjuncto da força de todos, o esforço collectivo, que sempre é o mais forte; são escolas uteis.”

(AZEVEDO, 1946, p.265)

No Brasil, sob a sanção do governo português, foram criadas, no final do século XVIII e no início do XIX, algumas academias literárias, científicas, filantrópicas e também de cunho político. Podem ser citadas como exemplo, as academias criadas na Bahia em 1724 (Academia Brazilica dos Esquecidos), no Rio de Janeiro em 1736 (Academia dos Felizes) e em 1752 (Academia dos Seletos), outra na Bahia em 1759 (Academia Brazilica dos Acadêmicos Renascidos), no Rio de Janeiro em 1772 (Academia Científica), e, em outras localidades, congregando as inteligências desses locais para conhecerem seus principais problemas e refletirem sobre eles. (AZEVEDO, 1946, p.267)

Entretanto, com a crescente insatisfação dos braleiros com os rumos dados ao país pelos governantes, a atuação dessas sociedades passa a ter, sob a aparência de clubes literários, um objetivo secreto ou não

explicitado, o que lhes conferia um caráter político e reformador . Algumas dessas sociedades passaram a adotar uma filosofia liberal marcada pelas idéias iluministas, notadamente o racionalismo e a liberdade de pensamento. Constituíram-se, então, várias sociedades secretas de acentuado cunho anti-governista, chegando mesmo a ameaçar a estabilidade política. A Maçonaria foi o exemplo mais representativo de *sociedade secreta* no Brasil e cuja atuação as demais sociedades, que se pretendiam secretas, procuravam imitar. O governo português, por não dispor de condições para identificar a atuação das *sociedades* que se formaram no Brasil, passa então a temer a atuação quaisquer associações. As Sociedades Literárias eram as mais temidas, justamente pelo seu poder de penetração na sociedade, o que poderia levar os brasileiros, através da leitura e do confronto de idéias a reconhecerem a injusta exploração a que estavam submetidos e também a omissão de Portugal quanto aos interesses da colônia.

Como medida de segurança, o governo português fecha as sociedades cuja existência havia permitido anteriormente e proíbe a criação de novas. AZEVEDO deixa claro o temor do governo português ao tentar justificar tal proibição através da declaração de que, apesar da maioria dessas sociedades procurarem discutir e propagar princípios sãos, era preciso usar-se de cautela porque:

“de todo foco de luz podem reverberar raios mais ou menos intensos, e se são as sociedades oficinas da vida e esplendor das nações, podem também ser machinas de desordens e perigos. Algumas, levadas pelo espírito militar ou revolucionário, têm procurado derribar os governos; transformadas outras em centro de conspiração, têm se erguido como armas de guerras, porque como toda força que se organiza, as associações,

desde que não há ordem que as domine, excedem-se e constituem perigo". (AZEVEDO, 1946, p. 266)

As *Sociedades Literárias*, geralmente, eram propostas por jovens recém-formados nas universidades européias, homens conscientes dos problemas políticos do país e que ansiavam por liberdade e independência. As discussões que promoviam levavam seus participantes a se conscientizarem da situação de alienação e abandono em que se encontrava o Brasil e, ao mesmo tempo, forneciam alternativas para que tal condição fosse modificada.

Portanto, não sem motivos a Coroa temia com mais intensidade a criação de tais instituições, já que elas trabalhavam com as idéias, constituindo-se, dessa forma, em um instrumento significativo de mudanças sociais. Para a Coroa o mais prudente seria não permitir que elas se formassem.

Nas reuniões que aconteciam nestas *Sociedades Literárias*, eram discutidos temas de interesse do momento, e elas funcionavam, apesar da ausência de imprensa livre e da dificuldade geral de comunicação nestes lugares, quase como um espaço formador de opinião. Já as sociedades secretas, neste período, funcionavam como incipientes partidos políticos¹⁹, fazendo germinar opiniões que, de modo geral, estavam contra os rumos dados ao país pelos governantes. A esses aspectos soma-se, ainda, o fato dessas sociedades fazerem forte pressão contra o poder absoluto dos monarcas e, portanto, eram vistas como ameaçadoras à estabilidade dos governos.

¹⁹ Segundo José Murilo de Carvalho, até 1837 não se pode falar da existência de partidos políticos no Brasil. As organizações políticas ou parapolíticas que existiram antes da Independência eram do tipo sociedade secreta, a maioria sob influência maçônica.

Era tão grande o temor que Portugal sentia pela ação das sociedades de qualquer tipo que D. João expediu, em 30 de março de 1818, um alvará com força de lei, que proibia o funcionamento da maçonaria e de qualquer outro tipo de sociedade. Recomendava também que fossem destruídos os livros e instruções impressas ou manuscritas, e todos os documentos relativos às sociedades, por considerar que conspiravam contra o governo.²⁰ Apesar do auge da efervescência das sociedades secretas ter-se dado no período que antecedeu à Independência, mesmo depois dela o Imperador continua a temê-las e evitá-las.

Conforme apontado anteriormente, em relação à questão dos livros e das bibliotecas, da imprensa e das sociedades literárias, por se constituírem estes em potenciais instrumentos de conscientização e mudanças, vão todos estar sob permanente coerção e controle por parte do governo, de forma a impedir a propagação dos ideais de mudança e liberdade.

Em síntese, é sob a égide de elementos históricos, culturais e ideológicos que se tornará possível compreender a figura de Baptista Caetano de Almeida, um dos representantes da elite que, desejoso de transformar o país através do conhecimento e da razão, implementa a criação da Biblioteca Pública, da Imprensa e de uma Sociedade Literária em São João d'El-Rei. com vistas a viabilizar aqueles objetivos.

²⁰ A partir de 1831, com a permissão de D. Pedro I, seguindo o exemplo da França, várias sociedades foram criadas, especialmente as políticas, contaminando o país com o espírito de liberdade e organização social. Dentre elas destaca-se a Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional contando com a participação de Baptista Caetano de Almeida e que teve uma filial em São João d'El-Rei.

“Se a história imparcial conserva o nome dos Cesares, dos Alexandres e dos Ptolomeus ,[...] quanto te será mais agradável conservar o nome, a fama, a glória do gênio benfazejo [...] que se empenha em felicitar seos semelhantes offerecendo-lhes tão util Estabelecimento [...] augmentando nossa felicidade com tão preciosa offerenda, adquires a pacifica gloria de Benfeitor da humanidade, e a grata Posteridade, reconhecedora de teus beneficios terá com [...] emoção teu nome a par, se não acima dos Psistratos, Ptolomeus e Osymandias. ”.

rev. Francisco de Assis Brasil (LIVRO para a subscrição...)

CAPÍTULO 4

O HOMEM BAPTISTA CAETANO DE ALMEIDA:

origens e ideais

4.1 As origens e os ideais

Baptista Caetano de Almeida foi o primeiro dos onze filhos do casal Manoel Furquim de Almeida e Ana Bernardina de Melo,²¹ sendo neto, pelo lado paterno, dos paulistas Caetano Furquim de Campos e Isabel Sobrinha de Almeida e, pelo lado materno, de Batista Caetano de Melo e Maria Escolástica do Sacramento. Nasceu no dia 03 de maio de 1797, em Camanducaia (extremo Sul de Minas), onde passou a infância. Por volta dos treze ou quatorze anos de idade foi para São João d'El-Rei a fim de complementar seus estudos, indo morar com o seu tio paterno, o comerciante Pedro de Alcântara de Almeida, com quem aprendeu a trabalhar no comércio. (FIG.6, anexo 4)

Segundo Francisco de Assis Almeida, a educação formal de Baptista Caetano deu-se de forma irregular e, graças a seu próprio esforço:

“Não teve estudos regulares, porque em São João d'El-Rei somente havia uma aula de Grammatica latina, e nem uma outra escola de instrucção secundaria, nem imprensa, sendo muito poucas as pessoas que sabiam traduzir o Francez. Entretanto elle aprendeo essa lingoa, e como tinha talento natural, e apreciava muito a leitura, e instrucção, adquiriu conhecimentos practicos das cousas, e negocios publicos.”

(ALMEIDA, 1905, p.34)

O autor dessas linhas era irmão de Baptista Caetano e foi por ele criado após a morte de seu pai que se deu em 1818. Seu texto, escrito

²¹ Os outros filhos eram: as gêmeas Miquelina e Maria Gabriela, Joana da Matta, Antônio Bernardino, Emerenciana, Messias, Aureliano, Francisco e os gêmeos José Caetano e Caetano Furquim. (SANTOS, 1968, p.97)

em 1881, é carregado de emoção e gratidão e ele assim se refere ao irmão mais velho:

[...] “Baptista apesar de moço principiante no commercio, e morar muito longe da família, começou logo a ajudar sua mãe na educação e arranjo de seus irmãos, chamando para sua companhia dois delles, á quem educou, e mais tarde fazendo casar, e dotando tres irmans**, e por fim encarregando-se do tratamento, e educação moral e literaria de seus tres ultimos irmãos, Francisco de Assis e Almeida, Caetano Furquim de Almeida (que foi negociante nesta praça***) e José Caetano de Almeida aos quaes conseguiu formar em Direito pela Academia de São Paulo. Fez casar muitas parentes pobres, e ajudou a muitos, não só a parentes, como estranhos, e até estrangeiros, porque tinha em summo grao o espirito de caridade e beneficencia da qual não poucos abusarão.”²²*

(ALMEIDA, 1905, p.34)

A documentação relativa à vida e a obra de Baptista Caetano de Almeida nos leva a crer que ele era um homem determinado e fiel a seus propósitos pois, ainda segundo o autor a que estamos recorrendo, ele se destacou também no desempenho de atividades comerciais em São João d’El-Rei, onde vendia artigos de *secos e molhados*.²³

“Ahi foi tão bom o seu procedimento e tal a sua aptidão, que adquirio intima amizade e plena confiança de seus thios e primos e mais tarde formou com hum destes [Francisco de Paula de Almeida Magalhães] uma

²² *Baptista Caetano contava 20 anos quando seu pai faleceu e Francisco – autor deste texto- três anos. Os outros dois irmãos citados (José Caetano e Caetano Furquim) eram gêmeos e tinham apenas um ano quando seu pai faleceu.

** São elas : Maria Gabriella, Joana da Matta e Emerenciana. O termo *dotar* significa prover de dote, que era uma certa quantia em dinheiro ou bens que as mulheres ofereciam ao marido ao se casarem, para auxiliar nas despesas do novo lar.

** *trata-se da praça do Rio de Janeiro, pois Caetano Furquim, após terminar o seu Curso Jurídico, seguiu para a cidade fluminense de Vassouras onde se casou na família do Barão de Vassouras, grande produtor de café da região e fundou na Capital Federal uma casa para intermediar as negociações de café, que se tornou a mais conhecida do Brasil. Foi também um grande incentivador da construção da Estrada de Ferro D. Pedro II e da instalação das primeiras empresas de bondes do Rio de Janeiro. (SANTOS, 1968, p 152.)

²³ *Molhados* eram os gêneros alimentícios e *Secos* tudo o que não era alimento.

sociedade mercantil, destinada principalmente a salvar a casa antiga de seo thio, e primos”.

(ALMEIDA, 1905, p.37)

A referida sociedade comercial que tinha com o seu primo Francisco de Paula de Almeida Magalhães durou até 1828 e, no desempenho de suas atividades comerciais e no contato direto com os vendedores e compradores, relacionou-se não só com a vila e suas redondezas como também com grande parte da província de Minas e com a Praça do Rio de Janeiro, tendo fregueses de Goiás e até do Mato Grosso uma vez que, por essa época, São João d’El-Rei era um “*grande empório commercial* ” (ALMEIDA, 1905, p. 38).

Em 1828 desfez a sociedade com o seu primo e constituiu uma outra, com novos sócios, que ele apresentou à praça no dia 09 de agosto de 1828 através de um anúncio na seção “Avisos” do jornal “Astro de Minas”, destacando que os mesmos eram pessoas de sua confiança e já conhecidos naquela vila, realçando as qualidades pessoais e a experiência deles no comércio:

“Baptista Caetano de Almeida, tem concluido a separação de Sociedade com seo primo e amigo o Sr. Francisco de Paula d’Almeida, e por convenção amigavel o anunciante se encarregou da transação activa, e passiva da extinta Sociedade. O mesmo continua com a sua negociação em duas casas, huma debaixo da administração dos seos manos, e socios Martiniano Severo de Barros, e João Martins de Carvalho, e outra debaixo da direcção de José Bernardino Teixeira, e Sabino Januario do Sacramento, aquelles já bem conhecidos pela sua boa fé mercantil, e estes não menos pelo bom conceito, que hão adquirido, durante o temppo que administrarão diversas negociações do anunciante. As duas referidas casas se offerecem de setembro em diante, à prestarem sortimento de fazenda seca, molhados, e louça, para todos aquelles compradores, que se queirão sortir em tais generos, quer em grosso, quer

em retalho,²⁴ os quais deverão contar sempre com a mais exacta circunspecção, e boa fé da parte dos socios do anunciante. Tanto huma, como outra casa, são na Rua da Intendencia, e correrão, huma com a firma²⁵ de Martiniano Severo de Barros e C., e outra com a de José Bernardino Teixeira e C.”

(“ASTRO DE MINAS”, 09 de agosto de 1828)

4.1.1 Enraizamento e adaptabilidade a São João d’El-Rei

Baptista Caetano de Almeida se adaptou plenamente à vida em São João d’El-Rei , adotando como sua Terra aquela vila, e sendo por ela adotado. Segundo os documentos consultados, ele não voltou a viver em Camanducaia. Estabeleceu-se, criou raízes e, em 1827, casou-se com Mariana Alexandrina Teixeira Leite, uma jovem de dezenove anos, filha do Barão de Itambé e pertencente a uma das mais importantes e ricas famílias da região.

Um dos fatos que reforçam a idéia do seu enraizamento e adaptabilidade a São João d’El-Rei e o seu desejo de realizar melhorias naquela terra que adotara é o seu ingresso na Irmandade do Santíssimo Sacramento. Naquela época as irmandades eram corporações que se ocupavam, além da realização dos festejos e comemorações religiosas, dos encargos assistenciais da comunidade e, segundo BOSCHI (1986, p.14). funcionavam *“como agentes de solidariedade grupal, congregando, simultaneamente, anseios comuns frente à religião e perplexidades frente à vida social”*. Ao que tudo indica, tais aspectos eram motivadores para Baptista Caetano de Almeida permitindo-lhe ter uma ação concreta na comunidade.

O exercício da atividade comercial seguramente deu-lhe uma certa

²⁴ Grosso e retalho = significam “ atacado e varejo”.

popularidade, e também, a possibilidade de conhecer, através de conversas com os fregueses, os principais problemas locais. Esta experiência contribuiu para que ele se tornasse um bom entendedor das questões e necessidades existentes na região, fator que, provavelmente, lhe foi muito útil quando ingressou na vida política da vila.

Os dados relativos a Baptista Caetano indicam que, mesmo antes de possuir um cargo político, ele já se preocupava com o bem estar público e encontrava maneiras de atuar em prol dos menos favorecidos, ajudando não só os seus familiares mas, também, aos estranhos, trabalhando no sentido de minorar os vários problemas da vila.

As fontes consultadas evidenciam ainda a sua participação como membro administrativo da Santa Casa de Misericórdia, onde promovia Loterias beneficentes e se preocupava, especialmente, com o destino dos *expostos*.²⁶ Frequentemente contribuía também com quantias consideráveis para melhoria ou construção de obras públicas como ocorreu em 1822. Nesta data iniciou uma subscrição doando a quantia de cem mil réis para as obras de um chafariz, que foi construído nas proximidades da Igreja de São Francisco de Assis.

É importante ainda apontar que, em outra ocasião, reconhecendo a necessidade de se construir um novo prédio para a cadeia pública, já que o existente não oferecia as condições mínimas para abrigar os presos, iniciou uma lista de arrecadação de recursos entre as famílias locais mais abastadas, abrindo tal subscrição com a doação de um terreno de sua propriedade. Com

²⁵ firma = é a “assinatura”, “responsabilidade fiscal”

²⁶ “expostos” = assim eram chamadas as crianças enjeitadas, abandonadas pelos pais.

as doações, foi construído o prédio que se destinaria à Câmara, e teria a cadeia como anexo, como era o costume da época. O prédio foi concluído em 1849 e existe ainda hoje, sendo que, atualmente funciona como Prefeitura Municipal. (FIG.8, Anexo 4)

Prosseguindo em suas ações de caráter filantrópico, em 1830 contratou um ex-professor de História e Antigüidades da Universidade de Coimbra – Padre Francisco Freire de Carvalho - para lecionar literatura em São João d'El-Rei e manteve ali, por três anos, o curso de Belas Letras, contribuindo, assim, para dar um pouco de instrução aos jovens da vila. A instituição do Curso de Literatura em São João d'El-Rei foi noticiada no “Astro de Minas” com a seguinte nota:

“Huma sociedade de pessoas amantes da humanidade, conseguio do Sr. Padre Francisco Freire de Carvalho ex-professor de Historia, e Antigüidades da Universidade de Coimbra vir estabelecer a sua aula nesta Villa com o ordenado de 800\$ rs pagos pela sociedade. Nesta aula serão ensinados gratuitamnete os elementos da Grammatica Brasileira, Rhetorica, Poesia, Historia e Geografia. O Sr. Freire estará aqui no dia 20 do corrente.”
(ASTRO DE MINAS, 04 de março de 1830)

Apesar da nota informar que o ordenado do professor seria de responsabilidade de “uma sociedade de pessoas amantes da humanidade”, Baptista Caetano de Almeida pagou, com seus próprios recursos, todos os honorários, não só beneficiando com isso os seus irmãos, que estavam naquela classe mas, fundamentalmente contribuindo para que algo no qual ele acreditava pudesse realizar-se, ou seja, que a instrução atuasse nas pessoas, como um importante instrumento promotor de melhorias em uma sociedade.

Como político ocupou, além do cargo de vereador (1829) , o de juiz de paz²⁷ (no mesmo ano) e o de Deputado pela Província de Minas, eleito em três legislaturas - de 1830 a 1833, de 1834 a 1837 e de 1838 a 1841, sendo que este último mandato ele não conseguiu cumprir, por já se encontrar bastante doente.

No cargo de vereador, participava ativamente das sessões e apresentou várias propostas, sendo que algumas delas foram publicadas no “Astro de Minas” do dia 07 de abril de 1829 como:

- obrigatoriedade de leitura da Constituição (de 1824) pelos mestres, nas escolas Públicas, *“para que a juventude se acostumasse a valorizar a Constituição”* (para isto, ofertou 50 exemplares para as escolas públicas) ;
- sugestão da abertura de uma subscrição para a construção de duas pontes no Rio Servo, e também para a construção de um chafariz público;
- criação de uma visita mensal de inspeção aos *expostos*, com a presença de um médico ou cirurgião, um secretário e um procurador, sendo inspecionados *expostos* de até seis anos de idade e suas amas de leite;
- criação do projeto de Lei que fazia devolver às Câmaras Municipais a administração e a arrecadação do tributo imposto sobre o uso das pontes, estradas, etc, (este projeto foi aprovado pela Assembléia Geral).

Os elementos anteriormente descritos tornam possível uma percepção do papel importante desempenhado por Baptista Caetano de Almeida na vila de São João d’El-Rei, tendo em vista seu enraizamento nela, suas preocupações

²⁷A lei que criou o cargo de Juiz de Paz é de outubro de 1827. O Juiz de Paz era escolhido entre os vereadores eleitos e tinha como função, segundo matéria publicada no “Astro de Minas” de 26 de março de 1829, *“não só cuidar de evitar as rixas, mas procurar manter huma boa harmonia entre os habitantes de seos districtos, a fim de prevenir quaesquer desavenças prejudiciaes, e mutias vezes promotoras de graves consequências.*

com o desenvolvimento da mesma e sua participação no sentido de minorar os problemas de caráter social no âmbito daquela sociedade. Neste sentido evidencia-se a ação do mesmo em todas as esferas da vida social, notadamente em termos da estrutura econômico-social de São João d'EI-Rei, o que termina por garantir-lhe um destacado papel naquela vila.

4.2 A busca de instrução: a alternativa para o progresso e a civilização

“Nenhuma Nação pode ser grande e respeitada entre as outras sem que nela floresçam as artes e as ciências.”

Aureliano Coutinho -(FIGUEIREDO, 1899, p.842)

De acordo com os documentos consultados, torna-se possível inferir que Baptista Caetano de Almeida sempre desejou aproximar os sanjoanenses dos veículos de instrução, através da leitura de livros e de periódicos. Ao que tudo indica, ele acreditava que a instrução era uma das formas através das quais seria possível promover o progresso e a civilização de um povo. Com este pensamento ele se soma a uma elite cultural que se formara no Brasil após a sua independência e que acreditava ser a instrução um *“instrumento da liberdade, da igualdade, a fonte da moralidade pública, da prosperidade do Estado e do progresso da humanidade”* (CHIZZOTTI, 1975, p. 57) .

Por outro lado, vale ainda acrescentar que, sob o prisma de tal concepção, também são criadas instituições de utilidade pública em São João

d'El-Rei, tais como a biblioteca e a imprensa, através das quais seria possível “trazer a civilização para o seu mundo cotidiano” (CAMPOS, 1998, p.164). O acesso aos conhecimentos científicos e mundiais possibilitaria à vila partilhar dos assuntos nacionais e acompanhar tendências mundiais, promovendo, assim, as condições favoráveis para o seu desenvolvimento.

É preciso assinalar ainda, tendo sempre como ponto de apoio as fontes consultadas, que Baptista Caetano de Almeida era amante dos livros desde muito jovem e sempre que possível, procurava adquiri-los, com o que formou uma coleção com cerca de 800 livros em várias línguas (francês, inglês, espanhol, latim, italiano), focalizando vários assuntos; eram tratados de ciências, artes, assuntos da Igreja e obras antigas e raras relativas às literaturas latina, portuguesa, francesa e inglesa. Em sua coleção também não faltaram obras representativas do espírito iluminista dominante na Europa de então.

Assim, torna-se possível supor, a partir dos indícios detectados, que muitas das realizações de Baptista Caetano de Almeida em São João d'El-Rei podem ter buscado motivação nas idéias iluministas veiculadas nos livros que faziam parte de sua coleção. Em sua atuação na vila podemos destacar pelo menos três, dentre suas realizações, que demonstram o desejo de promover o progresso através da leitura dos livros e da divulgação de informações ao povo: a contratação de um professor para ensinar as primeiras letras²⁸, a criação da Biblioteca Pública e a criação da Imprensa.

²⁸ Ele traz para São João d'El-Rei, em 1829, um professor de História e Antiquidades em Coimbra, o Padre Francisco Freire de Carvalho, para ali instalar um curso de Belas Letras, o que de fato aconteceu por três anos (1830, 1831, 1832 e metade de 1833).

Baptista Caetano de Almeida planejava também a criação de uma sociedade literária, que seria um fórum destinado ao debate e à divulgação de idéias. A análise de suas propostas e atividades nos leva a crer, então, que tais ações têm suas raízes na filosofia iluminista, a qual pregava o progresso através da razão.

Prosseguindo no processo de delineamento da figura desse criador de instituições (Biblioteca Pública, Imprensa e Sociedade Literária), torna-se possível aventar que o mesmo era um simpatizante dos ideais liberais, os quais ansiava por propagar através da imprensa. Para tal, em 1827, adquire e manda vir para São João d'El-Rei uma tipografia, com a qual cria o seu primeiro jornal, o qual batizou, de forma sugestiva, com o nome de “*Astro de Minas*”. O jornal era encimado por um símbolo que também se relacionava ao espírito iluminista : o astro sol que com a luz da sabedoria afastaria as trevas da ignorância e iluminaria as mentes com a luz da razão. (FIG. 10, Anexo 4).

Dessa forma, tudo leva a crer que, para ele, o jornal se constituía em um instrumento alavancador do progresso de um povo, conforme ilustra a citação a seguir:

“Nenhuma sociedade pode ser verdadeiramente feliz sem que todos os seus membros tenham a necessária Sabedoria [...] Depois que foi inventada a Typographia [...], em todos os governos da Europa estabeleceram-se as luzes de hum modo admirável, formou-se uma massa progressiva de conhecimentos, que jamais poderá retrogradar [...]”.

(LIVRO para a subscrição...)

Colocados enfaticamente, os aspectos principais das iniciativas de Baptista

Caetano de Almeida para promover o progresso estão destacados por ALMEIDA :

“Com estes três factos, a saber, a imprensa e periódico, Bibliotheca, e este curso público, elle contribuiu poderosamente para se desenvolver e manter em São João d’El Rei o gosto pela instrucção, de forma que depois a cidade, antes muito atrasada, começou á dar muitos moços para as carreiras litterarias, e o proprio povo ficou mais civilizado”.

(ALMEIDA,1905, p.39)

É necessário, ainda, destacar que algumas dessas iniciativas não atingiram ou beneficiaram a todos, considerando-se que a maioria da população era analfabeta e composta por escravos. Elas privilegiavam principalmente aqueles que já tinham alguma iniciação nas letras e que, naquela época, representavam a minoria da população. Entretanto, é oportuno ressaltar que, mesmo não tendo atingido a todos, nem por isso suas iniciativas tornam-se menos relevantes, pois, como ele mesmo afirma, *“todas as cousas querem princípio, para depois serem continuadas, muitas vezes com inteiro proveito publico.”* (LIVRO para a Subscrição...)

Na realidade, o resgate da figura de Baptista Caetano de Almeida coloca em evidência sua participação e compromisso, não só com a Vila de São João d’El-Rei, mas também sua lealdade e preocupação com seus familiares. É possível inferir, a partir dos dados obtidos, que, como um sujeito integrado e comprometido com o seu tempo, busca manter a coerência entre as dimensões individuais e coletivas de suas ações, tendo em vista a preocupação com o bem comum.

“Conhecendo o estado actual deste paiz, que he falto no todo de illustracção, por não ter havido quem movido de Patriotismo desse o primeiro impulso a hu estabelecimento tão util, como necessario, qual o de huma Livraria Publica, e julgando eu que todas as couzas querem principio , para de pois serem continuadas, muitas vezes com inteiro proveito do Publico. Portanto, cheio da quelle fogo Patriotico, que me inspira o decidido amor do meu Paiz, tenho a honra de offerecer [...] minha pequena livraria[...] para principios de huma Livraria Publica desta Villa.”

Baptista Caetano de Almeida

(LIVRO para a subscrição...)

CAPÍTULO 5

BAPTISTA CAETANO DE ALMEIDA :

mecenas de um projeto civilizatório

5.1 As estratégias de Baptista Caetano de Almeida para a

implementação de um projeto de civilização

Os ideais de Baptista Caetano de Almeida, também compartilhados por alguns de seus contemporâneos, incluíam ilustrar a sociedade sanjoanense para contribuir com um projeto maior, que se encontrava difundido por todo o Brasil recém independente, qual seja o de construir uma nação, tendo a Europa como espelho. Com vistas a realizá-lo, acreditava-se ser necessário melhorar o nível de conhecimento do povo e isto só se daria através da sua instrução. Esta poderia ser alcançada através das seguintes iniciativas: criar escolas para ensinar a ler e escrever, incentivar a leitura dos mais destacados autores da época e, ainda, propiciar uma tomada de consciência em relação aos acontecimentos mais importantes do mundo, promovendo a compreensão de como as outras nações se conduziam, naquele momento, diante dos mais variados problemas e situações.

No pensamento de Baptista Caetano de Almeida, a realização de grande parte daqueles ideais se viabilizaria através da criação de uma biblioteca, cujo acervo poderia ser usado por todos os que por ele se interessassem. Ele já possuía uma rica coleção de livros, os quais vinham sendo adquiridos ao longo dos anos. Tratava-se de uma coleção dos mais representativos autores de todos os tempos, os quais estariam à disposição dos leitores para se dar início à formação de uma biblioteca pública para aquela vila. Além dos livros, essa biblioteca deveria também adquirir as mais importantes folhas periódicas de todo o mundo, para que os sanjoanenses se mantivessem atualizados com a marcha civilizatória que impulsionava as

sociedades, naquele momento.

Assim, dentro da perspectiva deste idealizador, a leitura dos autores, tanto os clássicos como os representantes da filosofia iluminista, e, ainda, dos jornais estrangeiros e brasileiros, permitiria aos membros de uma sociedade literária que se formaria integrada à biblioteca pública construir um arcabouço de conhecimentos que os tornaria aptos a fazer uma análise mais apurada dos acontecimentos mundiais à luz da razão.

O objetivo desta sociedade literária seria, assim, gerar discussões em torno de temas polêmicos e de interesse para a vila e para o País mas, não de forma aleatória, os membros participantes deveriam ter conhecimento prévio dos temas e buscar nos livros as teorias que os fundamentava. O resultado das suas pesquisas seriam discutidos em reuniões e os extratos seriam divulgados, por escrito, para que o maior número possível de pessoas tivesse acesso a eles.

Assim, visando concretizar a realização de tal ideal, Baptista Caetano de Almeida doa a sua coleção particular para dar início à formação da Biblioteca Pública, contando com a possibilidade de que esta cresceria, com as doações que, certamente, outras pessoas, sensibilizadas pela mesma causa, também fariam, seguindo a sua iniciativa. Em seguida, projeta a criação da sociedade literária, dando-lhe o nome de “Sociedade Phylopolitechnica”. Complementando o projeto, adquire uma tipografia para imprimir o extrato das discussões da sociedade literária, as quais deveriam ser divulgadas. A tipografia seria também responsável pela publicação de um jornal local.

Como veremos posteriormente, Baptista Caetano de Almeida

encontrou logo de início vários obstáculos para a concretização de seu projeto sem, no entanto, se deixar abater por eles. Alguns entraves eram de ordem política e iam contra deliberações governamentais, outros eram de ordem conjuntural, ou seja, a sua proposta era inovadora e o contexto desconhecia situações semelhantes. A esses entraves também se somavam as dificuldades financeiras, pois tratava-se de um projeto que ele liderava, com a participação de um grupo restrito e, de certa forma incompreendido no âmbito da sociedade, o que termina por requerer que seus idealizadores tenham de arcar com as despesas de sua viabilização.

Vale apontar que ele, anteriormente, havia participado e, mesmo, encabeçado, com doações substanciais, outras iniciativas particulares, como a construção de uma ponte de pedra, de um chafariz público e de um novo prédio para a cadeia, posicionamento consoante com o costume da época, ou seja, quando o governo não designava recursos para uma obra pública, o próprio povo se reunia e a realizava, com recursos arrecadados por listas de doações, que recebiam o nome de *subscrições*. Em função dessa prática cultural, Baptista Caetano de Almeida, por várias vezes, tomou a iniciativa de iniciar tais subscrições e bastava o seu nome encabeçar uma lista para que as pessoas aderissem à mesma, tal era o seu espírito empreendedor, o que lhe garantia credibilidade junto aos seus pares.

Entretanto, esta sua nova iniciativa era bastante específica, por não se tratar de algo concreto, como uma ponte ou um chafariz. O projeto em questão propunha um benefício cuja visualização de resultados nem todos estavam em condição de alcançar, e mesmo aqueles que lhe reconheciam a

importância, nem sempre concordavam em priorizá-lo.

Face aos dados anteriormente sistematizados em relação à recuperação histórica, bem como os elementos idealizados por Baptista Caetano, torna-se possível dar uma visão geral das instituições por ele criadas cujo objetivo, denotado por suas próprias palavras, era contribuir, de forma patriótica, para a instrução do país. Assim, sob a perspectiva daquele mecenas é que buscaremos nos aproximar e descrever as instituições criadas àquela época: a Biblioteca Pública, a Imprensa e a Sociedade Literária.

5.2 A Biblioteca Pública de São João d'El-Rei: uma ação no processo civilizatório

*“O estabelecimento de uma Biblioteca pública em um país é,
sem dúvida, a primeira data de sua civilização.”²⁹*

Francisco de Assis Brasiel

A Biblioteca Pública de São João d'El-Rei foi criada em 1827 e, a partir de 1916 passou a ser conhecida pelo nome de seu criador, Baptista Caetano de Almeida. Sua instalação ocorreu sob a influência da ilustração e, como tal, comungava com seus princípios, ou seja, esclarecer as mentes através do racionalismo ao qual todos deveriam ter acesso.

Segundo o pensamento de Baptista Caetano de Almeida, o acervo da Biblioteca Pública teria melhor proveito se as suas obras fossem discutidas em grupo, gerando confronto de idéias, com o objetivo de fazer entender os

fatos à luz da razão. Para que isto fosse possível, ele planejou a implementação de uma Sociedade Literária, que funcionaria junto à biblioteca e receberia o nome de “Sociedade Phylopolitechnica”. Nas reuniões que se fariam nesta sociedade literária, deveriam ocorrer discussões de temas cujos extratos deveriam ser comunicados por escrito a todos os seus membros, inclusive aqueles que moravam em localidades mais afastadas e não podiam participar de todas as reuniões. Este comunicado deveria ser feito através de um jornal mensal, que seria produzido pelos membros atuantes da Sociedade.

Em decorrência de tal posicionamento, e, para tornar possível essa divulgação, foi necessário trazer uma tipografia para São João d’El-Rei, iniciativa protagonizada por Baptista Caetano de Almeida, em 1827, introduzindo assim a imprensa naquela vila. A vinda da tipografia deu ensejo à criação do primeiro jornal naquela localidade, o “Astro de Minas”, um periódico de cunho político e tendência liberal e, ao que parece, seguidor dos princípios da filosofia iluminista.

Atualmente, a composição do acervo de uso corrente daquela biblioteca é semelhante aos das bibliotecas públicas brasileiras em geral, ou seja: obras de referência, como dicionários, enciclopédias, almanaques, além de livros didáticos, literatura brasileira e periódicos informativos. Os usuários da BMBCA são, na sua maioria, estudantes de primeiro e segundo graus, que buscam esse acervo como complemento às atividades escolares. Nesse aspecto, ela tem dado grande contribuição à comunidade estudantil, suprimindo a falta de bibliotecas nas escolas da região.

²⁹ Discurso do bibliotecário no dia da abertura da biblioteca (Livro para a subscrição ...).

A outra parte do acervo, que aqui será identificada pela denominação de “acervo antigo”, é de acesso restrito e consultado principalmente por historiadores e pesquisadores. Compõe-se, basicamente, de três tipos de documentos: a documentação antiga da Câmara Municipal de São João d’El-Rei, os primeiros jornais daquela cidade (dentre eles o “*Astro de Minas*” - primeiro jornal de São João d’El-Rei e também uma das realizações de Baptista Caetano) e uma coleção de cerca de três mil livros publicados desde o século XVI até o século XIX. Grande parte do “acervo antigo” é composta por obras comprovadamente raras e citadas em repertórios especializados.

O “acervo antigo” da BMBCA já era conhecido pelas professoras da Escola de Biblioteconomia da Universidade Federal de Minas Gerais, Lucy Gonçalves Fontes, Marysia Malheiros Fiuza, as quais, em 1974, haviam realizado um levantamento das coleções de documentos dos séculos XVIII e XIX existentes em São João d’El-Rei. Nessa biblioteca elas encontraram, além dos documentos e jornais, uma grande quantidade de livros antigos para os quais não havia qualquer forma de organização bibliográfica, nem classificação, não estando eles nem mesmo registrados ou patrimoniados.

Acrescente-se, ainda, que as obras encontravam-se em avançado estado de degradação física, em decorrência de fatores como: ambiente inadequado para uma boa preservação, ataque de insetos, além de terem elas sido submetidas a várias mudanças de local, durante a sua vida. Somando-se a isto, detectava-se, ainda, o relativo descaso das autoridades – talvez por desconhecimento - ao não dispensarem a este acervo o tratamento que lhe é

devido pela sua importância como a representação dos elementos constitutivos da memória histórica daquela cidade. A falta de organização e o adiantado estado de degradação física em que se encontravam as obras àquela época constituíam empecilhos para a sua consulta.

Considerando-se esses fatos, era necessário fazer algo para reverter aquela situação e possibilitar a utilização de obras tão importantes. Face a este quadro e visando minorar o estado de abandono da biblioteca, em 1988 as professoras anteriormente citadas, juntamente com a professora Sônia de Conti Gomes, especialista em Preservação de acervos bibliográficos, elaboraram e tiveram aprovado um projeto que resultou num convênio celebrado entre o Governo do Estado de Minas Gerais, através da Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais, a Prefeitura Municipal de São João d'El-Rei, representada pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura e a UFMG, através da Escola de Biblioteconomia.

Os trabalhos desenvolvidos pelas professoras conduziram à obtenção de importantes resultados, destacando-se, dentre eles, a identificação das obras raras e valiosas que pertencem ao acervo, a elaboração de um catálogo listando essas obras identificadas, a organização do acervo por ordem de assunto, o treinamento de funcionários da biblioteca quanto à adoção de medidas preventivas em relação à conservação do acervo, dentre outros resultados.

Porém, se a pesquisa acima citada detectou tais aspectos, este trabalho busca resgatar o contexto histórico de criação da mesma, bem como a relação entre as possíveis motivações de seu idealizador, Baptista Caetano de

Almeida, e a conexão destas com o ideário racionalista, ou seja, com o objetivo de libertar o país da ignorância. Neste resgate histórico, vejamos como se deu a trajetória da criação da Biblioteca Pública de São João d’El-Rei.

Baptista Caetano de Almeida, empenhado no propósito de fundar em São João d’El-Rei uma biblioteca pública para dar início ao seu projeto de promover a ilustração daquela vila para assim, colaborar com o objetivo maior de construir uma nação digna, fez encaminhar em 24 de julho de 1824, por intermédio do presidente da Província, uma petição à Corte, solicitando autorização para criar, ali, uma *Livraria Pública*³⁰. Ela seria iniciada com uma coleção de livros de sua propriedade e se instalaria na Casa da Câmara. Na mesma ocasião, solicitou também que fossem isentos do pagamento dos impostos, no Registro de Matias Barbosa³¹, os livros que a biblioteca viesse a adquirir no Rio de Janeiro para o seu acervo.

No pedido de autorização para criar a Livraria Pública em São João d’El-Rei, Baptista Caetano de Almeida destaca a importância e a necessidade de se poder contar com um estabelecimento desta natureza para promover a ilustração de um país.

³⁰ Muitos autores do período em questão usam ora o termo “biblioteca”, ora “livraria” ao se referirem ao mesmo tipo de instituição. Ao consultar dicionários mais antigos da língua portuguesa, foram encontrados os seguintes significados para os termos: No Grande Dicionário da Língua Portuguesa – (Moraes) **Livraria**: estabelecimento de compra e venda de livros. Depósito de livros dispostos ordenadamente; biblioteca. **Biblioteca**: (do latim bibliotheca) coleção de livros posta em estantes ou armários. Livraria. O edifício ou a sala, ou as salas, em que os livros são sistematicamente guardados e arrumados. Estantes ocupadas por livros. No Grande Dicionário Português (Vieira) – **Livraria**: Loja de livros; estabelecimento onde se vendem livros, biblioteca; casa com estantes onde se guardam livros; coleção, reunião de livros em uma biblioteca. **Biblioteca**: (do grego biblion, livro e thêkê, depósito) lugar destinado para Ter livros; sala com estantes em que os livros estão catalogados, e em condições de se poderem achar, e se conservarem.

³¹ Matias Barbosa era um registro (funcionava como uma alfândega) localizado no caminho entre o Rio de Janeiro e as Minas do Ouro, onde eram cobrados os tributos para a entrada de mercadorias vindas do Rio. Segundo LUCECOCK, (1942, p. 279) este registro se constituía na “*grande alfândega da província de Minas Gerais.*”

“Tendo eu sido desde os meos primeiros annos muito amante da litteratura e tendo por isso empregado alguns centos de mil reis em alguãs obras políticas e históricas; e conhecendo o estado actual deste paiz, que he de falta no todo de illustração, por não ter havido quem movido de Patriotismo desse o primeiro impulso a hum estabelecimento tão util, como necessário, qual o de uma Livraria Publica; e julgando eu que todas as couzas querem princípio, para depois serem continuadas, muitas vezes com inteiro proveito do publico. Por tanto cheio daquelle fogo Patriotico, que me inspira amôr do meu Paiz, tenho a honra de offerecer a V. Exa. não só a minha pequena Livraria, como a Enciclopedia Methodica, Diccionário das Artes e Agricultura, e alguãs outras interessantes obras, que reunidas completarão talvez oitocentos volumes, para principio de huã Livraria Publica desta Villa”.

(LIVRO para a subscrição ...)
(FIG. 9, Anexo 4)

A instituição da Biblioteca Pública foi aprovada em 20 de setembro de 1824, por portaria assinada pelo ministro João Severiano Maciel da Costa, ministro do Império, porém não contou com a isenção dos impostos dos livros que viessem a ser importados do Rio de Janeiro. Apesar de ter sido aprovada a petição para a instalação da biblioteca, esta só ocorreu em 1827.

Finalmente, em 15 de agosto de 1827, dá-se a primeira reunião dos seus associados, já na instalada biblioteca, e, após 4 dias (portanto, no dia 19 de agosto de 1827), foi ela aberta ao público. Inicialmente, acomodada na Casa de Misericórdia (FIG.7, Anexo.4), local que, segundo Baptista Caetano de Almeida, não era condizente com a grandeza de tal estabelecimento cultural, ali permaneceu até 06 de setembro de 1828, quando foi transferida para a Casa da Câmara.

Dessa forma, pelo empenho e determinação de Baptista Caetano de Almeida em trazer um pouco de ilustração para a vila, é criada a biblioteca que viria a ser uma das primeiras, senão a primeira Biblioteca Pública de Minas Gerais, um estabelecimento que, segundo o seu criador, iria concorrer “*para o augmento da instrução da mocidade de nossa pátria*”. (LIVRO para a subscrição...)

Buscando integrar os diferentes segmentos sociais na iniciativa da Livraria Pública, Baptista Caetano de Almeida, em 20 de agosto de 1827, escreve uma carta aos Deputados da Província, participando-lhes a abertura da biblioteca, expressando-se nos seguintes termos:

*“ Augustos e Digníssimos Senhores Deputados
Foi com o mais sincero e ardente desejo de ser
útil a minha Pátria, que eu em 1824 (30 de Julho) ofereci
ao Governo desta Província a minha pequena Livraria,
para com ela se poder erigir nesta Vila de São João d’El-
Rei uma Biblioteca Pública [...] e consegui enfim com
geral aplauso dos meus concidadãos abrir uma pequena
Livraria Pública, em um dos salões da Misericórdia, no dia
19 do corrente agosto [...] Eis, pois, Augustos e
Digníssimos Senhores, o tributo que como filho grato
ofereço a minha Pátria – possa ela prosperar sob os
auspícios de vós, Augustos Legisladores, e servir assim
de utilidade aos meus compatriotas, e de estímulo as
diversas povoações desta, e outras Províncias do
Império.”*

(LIVRO para a subscrição...)

Quanto ao seu primeiro bibliotecário, Francisco de Assis Brasiel,³² provavelmente contaminado pelo entusiasmo do criador da Biblioteca Pública, ressalta em seu inflamado discurso de posse a importância do

³² Outros bibliotecários da Biblioteca Pública de São João d’El-Rei ao longo de sua trajetória: o cirurgião Casemiro Lúcio de A. C. Rangel, Fernando Augusto Pereira Lima (1859), Francisco Antônio da Costa, padre Francisco Amâncio de Assis, Joaquim E. de Oliveira Mello, Francisco C. Lopes, Antônio Ferreira Barbosa, Arcádio Bernardino das Neves, Antônio Homem de Almeida, dentre outros.

estabelecimento, deixa para as personalidades presentes uma pergunta: “E o que he o homem sem a Sabedoria”? e continua justificando a importância do órgão recém-criado, aberto a todos os que por ele se interessassem.

Ressaltando sua argumentação explícita:

”não basta que hum, ou outro Membro, que huma ou outra classe da Sociedade seja sabia, he preciso que a Sabedoria se estenda à massa geral dos Povos, pois as mais importantes verdades lançadas no meio de hum Povo rude, ou inda não capaz de as conhecer, e avaliar, são como a mais brilhante luz, que, interceptada pelos corpos opacos, ou absorvida pelos escuros, se confunde com as trevas”.

(LIVRO para a subscrição...)

Após um ano de funcionamento na Casa de Misericórdia, a biblioteca é transferida para um dos salões da Câmara, que a esta altura, funcionava no antigo Largo da Câmara em São João d’El-Rei. O acervo da biblioteca passou por outras mudanças, sendo que, em 1915, foi para o prédio onde hoje funciona a Prefeitura Municipal, (FIG.8, Anexo 4) e, em 20 de dezembro de 1970, para um prédio construído para abrigá-la, localizado no Largo de São Francisco (FIG.1, anexo 4). Quando a coleção da Biblioteca Pública passou por esta última transferência para o novo prédio, trouxe consigo também a documentação antiga da Câmara Municipal de São João d’El-Rei que compõe-se de acórdãos, termos de vereança, atas das sessões da Câmara, contas e recibos públicos, impostos, ordens régias, despachos e demais documentos da administração pública, a maioria dos quais datando do século XIX. Atualmente o “acervo antigo” da Biblioteca Pública encontra-se na biblioteca da FUNREI, onde, presume-se, existem melhores condições para a

sua preservação física.

A mudança do acervo da Casa de Misericórdia para o prédio da Câmara foi comentado pelo jornal “Astro de Minas” com a seguinte nota:

“Aos seis dias do mez de setembro de mil oitocentos e vinte e oito na Santa Casa de Misericordia, onde se achavão reunidos o Ilmo Provedor e mais Officiaes foi accordado em fazer trasladar a Biblioteca publica que se achava interinamente nesta Santa Casa, para hum dos Salões da Casa da Câmara, não só por ficar alli mais bem accomodada, decente e util aos Cidadãos desta Villa, como pelo incomodo, que aqui causava, por se achar em huma das Sallas no interior das enfermarias: sendo por isso necessario conservar abertas as portas, do que resultava infinitos inconvenientes: o que tudo tendo entrado em consideração fez com que a actual Mesa, desejando a boa ordem desta Casa; e outro sim a prosperidade e decencia de tão util estabelecimento, qual huma livraria publica sempre apreciada em paizes civilisados, se compromettesse a promptificar, como de facto promptificou a sua custa aquelle Salão da Casa da Camara, fazendo pintar, olear, e prepara-lo do mais com toda a decencia ser para alli transportada a dita livraria, visto que em virtude de ordem superior foi o mesmo Salão designado para este estabelecimento pelo Doutor Ouvidor desta Comarca: e para constar assignarão o presente termo feito por mim Jose Joaquim Corrêa, Escrivão que o escrevi”.

(ASTRO DE MINAS, 09 de setembro de 1828)

Do que foi relatado anteriormente, evidenciam-se, primeiro, o empenho de Baptista Caetano para a instalação da Biblioteca Pública e, ainda, as dificuldades encontradas para que ela ocupasse seu legítimo espaço, em consonância com o valor que o mesmo imputava aos livros.

Apesar de ter havido uma aparente aceitação à instalação da biblioteca, a mesma se fez colocando em confronto os elementos da contradição entre o desejo da ilustração e o desafio de mudança que provavelmente o novo propiciaria.

5.2.1 A coleção de livros de Baptista Caetano de Almeida

Devido à falta de documentação, não foi possível fazer a identificação precisa das obras que constituíam a coleção primitiva e que deu origem a esta biblioteca. Entretanto, o próprio Baptista Caetano nos fornece, sobre isso, informações importantes, ao destacar, no encaminhamento feito por ele à autoridade local solicitando autorização para efetuar tal doação³³, a presença na coleção, da “*Enciclopédia*”.

Trata-se da obra dos franceses Diderot e D’Alembert, editada na França no período que vai de 1751 até 1766, e cujo impacto sobre toda a Europa foi fortemente percebido, sendo, mesmo, imputado a ela o crédito pelo desencadeamento de um processo de disseminação de idéias que iria culminar na Revolução Francesa, de 1789.³⁴ Pelo teor do seu conteúdo e as idéias que veiculava, a Enciclopédia chegou a ter sua publicação proibida mas continuou a ser editada e a disseminar os ideais iluministas dos quais era a mais fiel representante.

É importante esclarecer que, naturalmente, antes da publicação desta obra o termo *enciclopédia* já era conhecido, mas o que a enciclopédia iluminista traz de avanço é a forma que seus autores utilizaram para fazer a sistematização e consolidação de todo o conhecimento, buscando sempre o máximo possível de exatidão empírica, e valorizando o conhecimento com

³³ Livro para a Subscrição voluntaria ... op cit

³⁴ A partir de 1782 tal publicação é totalmente remanejada e passa a se chamar “Enciclopédia Metódica,” tendo chegado ao continente americano, apesar de todas as proibições. (FALCON, 1986, p.84)

base na razão, no método científico e no espírito crítico. Ela foi produzida para elaborar, de maneira exata e certa, uma síntese dos conhecimentos da época, e para ser um instrumento de divulgação dos mesmos, nada admitindo sem comprovação.

Sempre que a *Enciclopédia* é mencionada, imediatamente provoca sua associação com o pensamento *Iluminista*, do qual pode ser considerada destacada representante, tão evidentes parecem ter sido as implicações recíprocas entre aquela obra e tal linha de pensamento. Conforme apontado por FALCON, a partir da citação do próprio D'Alembert, seriam os seguintes os objetivos da *Encyclopédie ou Dictionnaire raisonné des sciences, des arts e des métiers, pour une société de gens de lettres* :

“A obra ora iniciada tem dois objetivos: enquanto Enciclopédia, deverá expor, na medida do possível, a ordem e o encadeamento dos conhecimentos humanos; como dicionário “raisonné” das ciências, artes e ofícios, deverá conter a respeito de cada ciência ou arte, liberal ou mecânica, os princípios gerais que constituem as suas respectivas bases, bem como os pormenores mais essenciais constitutivos do seu corpo e substância”.

(FALCON, 1986, p. 81)

O mesmo autor, para ratificar este objetivo, cita também Diderot, um dos colaboradores na produção da mesma :

“O objetivo de uma Enciclopédia é o de reunir os conhecimentos que estão esparsos sobre a superfície da terra, expor o sistema geral desses conhecimentos a todos os homens, e transmitir àqueles que virão depois de nós esse mesmo sistema, pois é preciso que os trabalhos dos homens dos séculos passados não tenham sido inúteis para aqueles dos séculos que ainda estão por vir”.

(FALCON, 1986, p.81)

Baptista Caetano de Almeida, então, ao destacar a presença da Enciclopédia na coleção que doa à Biblioteca, deu provas de reconhecer sua importância para aquele momento da vida deste país, recém liberto do domínio português e desejoso de caminhar de forma independente, em direção à construção de uma nação forte e respeitada.

A maioria dos livros que compõem o acervo antigo da BMBCA são do século XIX mas a coleção também apresenta muitos livros dos séculos XVI ao XVIII e que foram reunidos no século XIX. Ali estão presentes os mais destacados nomes dos representantes do pensamento iluminista, notadamente os franceses, como Diderot, D'Alembert, Rousseau, Raynal, Voltaire, dentre outros. Também podem ser encontrados autores das diversas fases do iluminismo, tratando dos mais variados assuntos, como teoria política, história (principalmente história francesa, inglesa e também americana), ciência (mãe do iluminismo), agricultura e comércio.³⁵

A coleção da biblioteca impressiona também pela variedade de línguas das suas publicações – português, francês, inglês, latim, espanhol e italiano - com predominância do português e do francês, havendo, ainda, um número significativo de dicionários de línguas que, presume-se, foram adquiridos com o objetivo de facilitar a leitura daquelas obras em língua estrangeira.

Quanto aos periódicos, a biblioteca possuía algumas coleções, podendo ser destacadas dentre elas o jornal francês *Le Moniteur* (do qual possui a coleção completa de 1789 a 1806) e que era de cunho científico e

³⁵ Em seu artigo sobre as coleções de Baptista Caetano de Almeida e José de Resende Costa, BURNS faz citação das obras existentes na BMBCA relacionando-as às correspondentes fases do iluminismo.

literário, o português *Jornal de Coimbra* (1812- 1816), o Investigador português em Inglaterra (1811 – 1819), o *Correio Brasiliense* (1801-1821) e as *Memórias da Academia Real das Sciencias de Lisboa* (iniciado em 1797), que consistia em um verdadeiro sumário do estado do iluminismo em Portugal. Muitos desses periódicos talvez tivessem pertencido à coleção que originou a biblioteca, pois as datas de suas publicações são anteriores à criação da mesma.

Assim, mesmo considerando limitadas as informações que se referem à identificação da coleção inicial dessa biblioteca, mas tendo em vista a importância de se apresentar uma noção geral em relação à mesma, no tópico subsequente são descritos os elementos relativos ao desenvolvimento de seu acervo.

5.2.1.1 O desenvolvimento da coleção

Apesar do grande empenho de Baptista Caetano de Almeida em conseguir isenção de impostos para os livros importados do Rio de Janeiro para a Biblioteca Pública, e do seu entusiasmo em fazer crescer sua coleção para maior proveito de todos, não foram localizados, nos documentos pesquisados, registros de compra de livros. Entretanto, no jornal “Astro de Minas”, podem ser encontrados comunicados de doações esporádicas feitas por cidadãos à Biblioteca. (Anexo 1)

Em 1842 o acervo da biblioteca foi enriquecido com a incorporação da valiosa coleção do Conselheiro José de Resende Costa, composta por 406 livros, que foi deixada à biblioteca, em testamento, conforme se acha registrado na documentação da Câmara. Os Resende Costa – pai e filho – participaram do movimento da Inconfidência Mineira sendo que o pai foi exilado na África, retornando depois ao Rio de Janeiro, onde faleceu. Ambos eram simpatizantes das idéias francesas, que liam nos livros de sua coleção, a qual era composta unicamente por livros *profanos*³⁶ *com destaque para os proibidos franceses*, dentre eles, Boileau, Fénelon, Molière, Racine, Voltaire e Marmontel.

As coleções de Baptista Caetano de Almeida e de Resende Costa, atualmente, encontram-se totalmente mescladas mas, o que é importante destacar é que as mesmas representam uma linha de pensamento que durante algum tempo influenciou e se tornou o ideal de alguns brasileiros, contribuindo para alterar os rumos que o nosso país tomaria. Dentro de tal perspectiva leia-se o que diz Burns:

*“Os livros destas coleções refletem a nova abordagem de estudo: observação, pesquisa e investigação. Por meio do pensamento racional e das leis naturais eles tentam explicar todas as facetas da vida. Em resumo, esses livros expressam as idéias que introduziram a Europa na Idade Moderna”.*³⁷

(BURNS, 1964, p.433)

³⁶ “profano” = significa tudo o que não trata de religião (Michaelis)

³⁷ BURNS (1964, p.433). “*The books in these collections reflect the new approach to study: observation, inquiry, and investigation. They attempt by means of rational thought and natural laws to explain all facets of life. In short, these books express the ideas which ushered Europe into the Modern Age.*”

Durante sua existência, a Biblioteca Pública assina folhas periódicas de vários locais da província de Minas Gerais e também de outras províncias. Dentre elas podem ser citadas o Universal, o Malagueta, o Echo da América do Sul e outros que se encontravam à disposição de quantos desejassem consultá-las, conforme pode ser lido no anúncio do “Astro de Minas”

“Não podendo a maioria dos cidadãos desta Villa aproveitar-se da leitura dos Periodicos nos dias uteis pela complicação dos seus empregos, annuncia-se que nos dias Santos de tarde se franqueará a sua leitura na Biblioteca Pública, onde haverão não so os jornaes da Provincia como os da Corte, e outras algumas Provincias.”
(ASTRO DE MINAS, 09 de junho de 1831)

Tendo em vista os elementos constituintes da Biblioteca indicados na descrição antecedente, é possível inferir que a mesma primava pela qualidade, amplitude e atualidade do acervo, tendo como objetivo difundir o saber no âmbito de São João d’El-Rei.

Assim, considerando-se esses aspectos, vale buscar entender qual foi o impacto dessa instituição sobre a sociedade sanjoanense, discussão que se efetiva a seguir.

5.2.2 Impacto da criação da Biblioteca Pública sobre a sociedade sanjoanense

A criação da Biblioteca Pública representou, para a elite cultural sanjoanense, um avanço no processo civilizatório que havia empreendido e era motivo de grande orgulho. Era apresentada a todos os seus visitantes como um cartão de visitas que colocava a vila em um patamar próximo ao dos padrões culturais europeus. Um desses visitantes, ao passar por São João d’El-Rei em

1828/29, conheceu a biblioteca e, em relato posterior, deixou registrada a sua admiração por encontrar em um local tão distante as obras dos autores mais destacados no mundo e assim se refere a ela:

“ Os livros desse incipiente estabelecimento nas montanhas do Brasil, onde até há bem pouco tempo era interdita a difusão de qualquer tipo de conhecimento, somavam cerca de 1.000 volumes dispostos ao longo das paredes, numa sala bem arrumada, com uma mesa de leitura no centro. Além das obras em português e espanhol, havia muitas outras em francês; a “ Enciclopedie”, obras de Voltaire, Rousseau e Raynel, juntamente com outras que apareceram na fase final da Revolução Francesa. Ficamos surpresos, porém, ao encontrarmos num lugar tão remoto alguns livros ingleses, entre os quais o “ Revolucionário Plutarco”, “ Riqueza das Nações” de Smith; “Geografia” de Pinkerton; o “Paraíso Perdido”, “ Viagem Sentimental” e “ Trials for Adultery”, ao lado de alguns periódicos, entre eles o Times e o Chronicle(...) Além desses periódicos, todos os jornais publicados no Brasil são recebidos ali e colocados na sala de leitura”.

(WALSH, 1985, v.2, p.77)

A descrição de Walsh revela ainda que Baptista Caetano de Almeida

e demais parceiros tinham um projeto de ilustração para a sociedade sanjoanense, do qual a biblioteca era peça fundamental. A citação seguinte esclarece e apoia tal afirmação:

“Essa biblioteca é apenas uma parte de um programa mais vasto proposto por uma Sociedade Politécnica que se pretende estabelecer na cidade [...] sendo dois os objetivos do seu projeto – a criação de um ginásio literário onde as pessoas poderão obter conhecimentos através de estudos e debates ou do choque de idéias e inteligências, e de um gabinete de estudos, cuja finalidade seria extrair das várias publicações literárias de outros países as informações que constituiriam novidade no Brasil, divulgando todas as variadas descobertas feitas na Europa após reduzi-las a uma linguagem acessível ao povo do lugar”.

(WALSH, 1985, v.2, p.78)

No que se refere ao aspecto da manutenção da biblioteca, tudo indica que seu criador tinha consciência de que apenas fazer a doação de uma coleção de livros não seria suficiente para alcançar os fins desejados. Esta convicção pode ser comprovada por uma carta que ele envia ao Dr. Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho, com a finalidade de convidá-lo para a inauguração da biblioteca. Nesta correspondência, Baptista Caetano de Almeida ressalta a necessidade de se promover a sua manutenção e chama a atenção para a inutilidade de se reunirem obras sem que providências fossem tomadas para sua manutenção e conservação. Assim, assinala: *“Então seria reunir os livros e deixa-los entregues as traças que os consumerião”*. (LIVRO para a subscrição...) Com esta citação talvez ele também quisesse ressaltar que a instituição recém-criada devesse ser utilizada com a finalidade de promover mudanças, caso contrário, seria apenas um amontoado de papéis à espera da deterioração.

Ele alerta, ainda, para a necessidade de aumentá-la, atualizando-a sempre com os lançamentos mais representativos de cada área de assunto e, também, com a aquisição de periódicos nacionais e estrangeiros, os quais representavam, no entender de Baptista Caetano de Almeida, a *história do tempo publicada*. Ele sugeria que fossem adquiridas *“todas as folhas periódicas do Brasil além de uã mais interessante da França, outra de Portugal, outra da Inglaterra e de Cadiz, hum dos pontos mais conhecidos de Espanha”* (LIVRO para a subscrição ...).

Todas essas providências, inegavelmente, iriam manter os leitores atualizados com os conhecimentos científicos e com os últimos acontecimentos

mundiais. Por outro lado, a aquisição de todo esse material representativo demandariam grande importância em dinheiro. A solução encontrada para suprir a falta de recursos necessários para manter e aumentar a biblioteca foi, como já havia sido feito em outras ocasiões, lançar uma subscrição. O livro de registro da subscrição destinada à manutenção da Biblioteca Pública encontra-se, ainda hoje, nos Arquivos da Câmara, localizados na própria Biblioteca, intitulado “*Livro para a Subscrição voluntária a benefício da manutenção da Livraria Pública de São João d’El-Rei havendo começado a 15 de agosto do anno de 1827*”. (FIG. 9, Anexo 4)

Como resultado de tal estratégia, Baptista Caetano de Almeida consegue sensibilizar 90 “subscritores”, os quais deveriam contribuir com uma quota mínima de cinco mil reis anuais (alguns assinaram mais de uma ação, sendo apuradas, no total, 125 ações) que seriam destinados à compra de livros e à sua manutenção, bem como ao desenvolvimento da imprensa criada também por ele. Entretanto, nem todos foram pontuais nos pagamentos e eram freqüentemente solicitados a cumprirem com as doações prometidas, conforme se pode ver em anúncios publicados no jornal “Astro de Minas”:

João Baptista Pinto de Almeida como Thesoureiro da Meza Administrativa da Biblioteca Publica desta Villa avisa aos srs, que fizerão a philantropica acção de voluntariamente subscrever para tão util estabelecimento, que segundo o Regimento feito pela Comissão, as acções devem ser pagas hum mez depois das eleições. Mas como isso não sera possível a todos, roga aquelles dos seus subscritores a quem for possível entrar com alguma quantidade o fação para poder-se continuar com a despeza de Periodicos, tinta, papel e Empregados, cuja despeza tem até o presente sido feita a credito.”

(ASTRO DE MINAS, 06 de dezembro de 1827)

Apesar de tantos esforços para sensibilizar as pessoas, Baptista Caetano de Almeida não conseguiu arrecadar as quantias necessárias à manutenção da biblioteca, e termina por arcar com todas as suas despesas, inclusive com o pagamento do salário do bibliotecário – cento e setenta mil réis anuais – e de um contínuo – trinta mil réis anuais. Entretanto, mesmo não tendo recebido o apoio financeiro para a manutenção da biblioteca, recebe o reconhecimento de alguns sanjoanenses pela iniciativa, como se pode ler no “Astro de Minas”, quando um leitor se refere a ele com as seguintes palavras:

“O seo patriotismo assaz tem sido demonstrado por suas acções sempre coherentes, não se poupando a sacrificios e despesas; e ainda mais, encarando impavido, e vencendo obstaculos, que a emulação, e a estupidez não têm deixado de suscitar. A quem se não a elle, se deve huma Biblioteca publica que temos, tão util, como necessaria em hum Paiz onde os Livros chegão por tão alto preço; e a mocidade ávida de instrucção he pela maior parte destituida dos meios de compra-los? Eis quazi derribada huma barreira, opposta ao adiantamento publico. Como poderiamos agora sem ir a lugares distantes communicar os nossos pensamentos, se elle sem mais interesse do que a propagação das luzes, não nos pozesse no gozo de hum dos maiores bens da nossa Constituição, estabelecendo a Typographia? Eis a continuação do ataque a barreira da ignorancia”.

(ASTRO DE MINAS 08 de dezembro de 1827)

Entretanto, só após 1839 a Câmara assume oficialmente a manutenção da Biblioteca Pública. Segundo levantamento realizado pela professora Lucy Gonçalves Fontes, o pagamento de um bibliotecário por parte da Câmara apareceu registrado em livro de “Receita e Despesa” somente a partir de 1887, com a quantia de 41.666\$.

Posteriormente, em 1845, em homenagem ao criador da Biblioteca

Pública, a Câmara manda colocar ali o retrato de Baptista Caetano de Almeida, que hoje se encontra desaparecido. Entretanto, somente após 89 anos de funcionamento da Biblioteca Pública, em resolução de n.º 386 de 21 de junho de 1916, vem o reconhecimento público da iniciativa daquele mecenas, passando aquela instituição, em sua homenagem a chamar-se “Biblioteca Pública Municipal Baptista Caetano de Almeida”.

5.3 A imprensa em São João d’El-Rei: ampliando o projeto civilizatório

Jornal – “História do tempo publicada”

*Baptista Caetano de Almeida
(LIVRO para a subscrição ...)*

A instalação da imprensa em São João d’El-Rei se deveu ao esforço de Baptista Caetano de Almeida que, de acordo com os dados, considerava o jornal um importante veículo de instrução da população e, portanto, empenhou-se, com todas as suas forças, para tornar este projeto possível, adquirindo, com seus próprios recursos, uma tipografia para aquela vila.

Ele reconhecia que este era um empreendimento grandioso e tinha consciência de que poderia não ter êxito na sua execução. Mas, apesar disso, não se abateu e quis tentar trazer a imprensa para São João d’El-Rei, lutando

para conseguir o seu objetivo.

Assim, na abertura da primeira edição do “Astro de Minas”, ele explicita:

“Se he digno de louvor aquelle, que à frente dos exercitos expõe a vida em defesa da Pátria, quando inimigos a querem invadir; se he credor de elogios o que, possuindo grandes conhecimentos adquiridos a custa de mil vigílias, procura ilustrar com elles aos seus Concidadãos, não deve certamente ser desprezado o que, não podendo deffende-los com as armas, nem illustra-los com luminosas composições, procura ao menos transmittir-lhes algumas ideas, ou proprias ou colhidas de bons Periodicos ou finalmente comunicadas por pessoas philanthropica [...] desanimar-nos-hia certamente, se só antolhassemos as dificuldades, e perigos de tão árdua empresa; mas nos olhamos também para a felicidade do nosso Paiz: se a epoca he perigosa, a Patria demanda algum sacrificio, e o soffrer pela Patria he agradavel ao coração de hum Brasileiro [...] Esta empreza excede muito nossas forças; bem ò conhecemos; mas, se não a conseguirmos restar-no-hà ao menos a consolação de a termos intentado.”

(ASTRO DE MINAS, 20 de novembro de 1827)

Baptista Caetano de Almeida conseguiu realizar o seu propósito e a oficina da sua tipografia foi instalada inicialmente (1827) à Rua Direita, passando, a partir de setembro de 1835, a funcionar no local denominado “Caes da Ponte do Rozario” e, depois, na Rua de São Roque, 54.

Viegas considera que a imprensa chegou a São João d’El-Rei *com grande atraso*, (VIEGAS,1953, p.60) talvez fazendo um paralelo com outras províncias, ou mesmo com relação a Vila Rica³⁸, que já possuía a sua imprensa desde 1823.

O “Astro de Minas” (FIG.10, Anexo 4) foi o primeiro jornal a ser

³⁸ Quando a imprensa chegou a São João d’El-Rei, Vila Rica possuía, além do “Compilador Mineiro” (13/10/1823) e do “Abelha do Itaculmy”(14/01/1824 a 11/07/1825), mais quatro outros periódicos, criados em 1825 : “Universal”(18/07/1825 a maio 1842), o “Companheiro do Conselho”, o “Patriota Mineiro”, o “Diário do Conselho do Governo da Província de Minas Gerais” (SODRÉ, 1966, p. 36).

criado em São João d'El-Rei e saía três vezes por semana: às terças, quintas e sábados e podia ser adquirido nas oficinas do próprio jornal, na loja do Sr. Coronel Nicolao Soares do Couto, em Ouro Preto, e, no Rio de Janeiro, na loja do Sr. João Pedro da Veiga. O preço da assinatura por trimestre era de 2.\$500 réis, por semestre 5\$000 réis e 10\$000 réis por ano.³⁹ Durante sua existência, o jornal circulou sem interrupções, no período de 20 de novembro de 1827 até 06 de junho de 1839, num total de 1769 exemplares publicados.

Na abertura do primeiro número do “Astro de Minas” explicitam-se as seções em que se divide o jornal, sendo que, na primeira das quatro páginas, são destacados os assuntos oficiais e de interesse geral. Nas demais páginas aparecem as seguintes seções :

- *Correspondência*⁴⁰ - era um espaço onde os leitores participavam, com suas opiniões, e tinham sua identidade omitida, mas o jornal se reservava o direito de recusar as notas que não fossem devidamente assinadas⁴¹, as que não estivessem em consonância com a Lei e as que contivessem o que era chamado de “personalidades”.⁴²

³⁹ Informações constantes no próprio jornal.

⁴⁰ De acordo com explicação de WALSH, 1985, v.1, p. 184) “*correspondência*” consiste de uma carta ao editor acusando alguns indivíduos com os quais o autor teve alguma discussão; geralmente contém as mais extraordinárias difamações, até então nunca publicadas. O editor do jornal é isento de qualquer responsabilidade, contanto que não se negue a imprimir e distribuir a resposta da pessoa difamada.

⁴¹ As notas eram encaminhadas ao redator devidamente assinadas e acompanhadas de um pseudônimo pelo qual seriam publicadas, preservando-se a identidade do autor.

⁴² Segundo esclarecimento do redator do Astro de Minas a um leitor que se identifica como “o sertanejo”, o qual não compreendeu o sentido da expressão “personalidades” em novembro de 1827,

“huma correspondência contem personalidades, não so quando trata de qualquer pessoa pelo seo proprio nome de hum modo, que offenda a honra, e reputação dessa pessoa; mas ainda quando patentea faltas, e omissoes, particulares que huma simples adevvertência pode corrigir. Quando um Empregado publico exceder os limites de sua authoridade em menoscabo das Leis existentes, e de Constituição, opprimindo, e vexando os povos, julgamos do nosso dever inserir correspondências, que provem semelhantes attentados (vindo ellas assignadas conforme a Lei, ou documentadas sendo preciso) para que cheguem ao conhecimento de S.M.I. e C..[Sua

Naquela seção eram colocadas questões que podiam variar, como: pedido de leitores para que se comentasse um determinado assunto ou tema em voga ou que estivesse gerando controvérsias - como o celibato dos padres, as irregularidades na cobrança indevida de impostos, o estado deplorável das cadeias, dentre outros.

- *Variedades* - neste espaço eram publicados artigos diversos, como comunicados, traduções ou qualquer anedota.
- *Avisos* – aqui eram divulgados os elementos relativos aos interesses locais, geralmente comerciais, como: escravos fugidos, compra e venda de escravos, anuncio de chegada de mercadorias; venda e aluguel de casas e chácaras; venda de publicações na Tipografia do Astro; venda de piano, livros e outros artigos importados; roubo de objetos; cobrança e renovação de assinaturas do Astro de Minas. Na seção “Avisos” geralmente eram encontrados assuntos do interesse rotineiro da vila, como demonstra a transcrição abaixo :

“D. Margarida de Cortona de Aguiar Andrade annuncia ao respeitável Publico desta Villa, e Comarca, que pretende abrir em sua casa na Rua da Ponte, hum Collegio de educação de meninas aonde se propõem a admittir pensionistas de fora, e da terra, no qual ensinará, a ler, escrever e contar, e as prendas próprias de huma senhora, como sejam cozer, cortar, dançar, bordar, ler e falar a lingoa Francesa, e os principios de Muzica. Todas as pessoas que

Majestade Imperial e Constitucional] e se dem as providencias necessarias; mas, quando Empregados, que aqui tem superiores, cometterem faltas por ommissao ou commissao, julgamos que as partes queixosas devem dirigir-se aos superiores de taes individuos para lhes diffirir conforme for de justiça [...] a Typografia he publica e acceitará qualquer composiçao, huma vez que seo Author fique responsavel pelos abusos contra a Lei da Liberdade da Imprensa, se os houver.”

Na seção “Avisos” da edição do “Astro” do dia 12 de fevereiro de 1829, encontramos um aviso de “correspondência” recusada por não estar de acordo com a Lei de Imprensa “ O Sr. “Hum apaixonado da boa ordem” queira mandar buscar sua Correspondencia, para mudar algumas expressões menos decorosas; ou dar-lhe o destino, que lhe parecer”.

se quizerem utilizar do seo prestimo neste ensino, poderão dirigir-se a annunciante a fim de se convencionarem quanto a ajustes e assevera ao respeitavel Publico que empregara todos os seos esforços possiveis para bem dezempenhar a honroza, e penoza, tarefa que se propõe, dirigindo a educação das Jovens Donzellas que lhe forem confiadas”.

(ASTRO DE MINAS, 28 de junho de 1828)

Os temas que eram mais freqüentemente veiculados no jornal e que tinham lugar em suas primeiras páginas eram, na parte de política e de administração pública, os decretos e resoluções da Assembléia Geral Legislativa que apresentavam interesse para a província, sendo que alguns – os de maior interesse – eram seguidos de comentários e esclarecimentos. Havia a publicação, na íntegra, das leis e decretos que interessavam diretamente à vila, acompanhada de suas interpretações e possíveis implicações na vida das pessoas, abrindo espaço ao público para questionamentos que eram oportunamente esclarecidos.

Além disso, também eram bastante divulgados os discursos do Imperador e dos Senadores e Deputados que pudessem ter alguma repercussão na província, as notícias nacionais e estrangeiras recolhidas nos melhores periódicos, as notícias e comentários sobre a dívida externa do Brasil, sobre a Guerra de Buenos Aires, sobre a Lei de Liberdade de Imprensa.

O jornal também fazia convocação para eleições, publicava a prestação de contas públicas e tecia comentários sobre temas de ordem rotineira como a falta de pagamento dos professores e dos policiais, as mudanças nos ministérios. Comentava, ainda, assuntos alfandegários e publicava editais. Os comerciantes de São João d’El-Rei podiam, através do

jornal, fazer um acompanhamento da venda dos seus produtos, porque ali eram publicados os preços dos produtos da província de Minas alcançados no Rio de Janeiro.

Já a partir dos primeiros números do jornal percebe-se que Baptista Caetano de Almeida cultivava o hábito de ler vários periódicos, dos quais reproduzia e comentava alguns artigos que julgava proveitosos para aquela vila. Dentre estes periódicos podemos citar o *Echo da América do Sul*, um jornal que se imprimia em língua francesa, no Rio de Janeiro; a *Gazeta do Brasil*, o *Astrea*, o *Diario Fluminense*, a *Aurora Fluminense*, o *Universal* (Ouro Preto), o *Malagueta*, o *Analysta*, o *Observador Constitucional*, o *Telegrafo*, o *Argos*, o *Mutuca*, o *Defensor da Legalidade*, o *Posição Constitucional*.

O “*Astro de Minas*” tinha como epígrafe⁴³, inicialmente, a máxima de Bonnin : “*Plus l’instruction deviandra commune à tous les hommes, plus aussi les delicts seront rares dans la societé*”⁴⁴, que indica a perspectiva e a crença de Baptista Caetano na força do conhecimento como alavancadora de mudanças sociais.

Em 31 janeiro de 1829, o jornal passa por algumas mudanças em seu formato de apresentação, excluindo-se o desenho do sol, que aparecia nas edições anteriores, e trocando-se a epígrafe de Bonnim pelo artigo 179 § 4 da Constituição do Império, o qual dizia:

“Todos podem comunicar os seus

⁴³ A grande maioria dos jornais da época, trazia, na abertura, uma epígrafe que revelava a sua tendência e orientação. As epígrafes, geralmente, eram versos ou máximas, retirados da obra de autores conhecidos, de discursos, de trabalhos políticos ou da própria Constituição. Nesta época era comum citar os escritores políticos franceses para a fundamentação de tendências. Posteriormente, tornou-se freqüente a citação de tratadistas ingleses e norte-americanos.

⁴⁴ “Quanto mais a instrução for comum a todos os homens, mais os delitos serão raros na sociedade”.

pensamentos por palavras, escritos e publica-los pela imprensa, sem dependencia de censura; com tanto que hajão de responder pelos abusos, que cometerem do exercicio deste Direito, nos casos e pela forma da Lei determinar.”

O jornal não fornece explicações para tais mudanças, mas, no que diz respeito à epígrafe adotada, pode-se concluir que a escolha recaiu sobre um tema que estava sendo bastante discutido em todo o Brasil - a Lei de Liberdade de Imprensa - assunto exaustivamente explorado pelo “Astro de Minas” e por toda a imprensa brasileira, com grande participação do público leitor, que buscava esclarecer dúvidas e também trazia dados para ajudar a elucidar a questão.

Mais tarde, também esta epígrafe foi substituída pelo texto dos artigos 145 e 174 da Constituição do Império, que apareciam simultaneamente no alto da folha dividindo-a em duas colunas. Abaixo deles vinha o mote: *“Independência ou Morte”*.

O artigo 145 dizia :

”Todos os brasileiros são obrigados a pegar em armas para sustentar a Independência, e integridade do Império, e defende-lo dos seus inimigos externos ou internos”

E o artigo 174 da Constituição do Império rezava que:

“Se passados quatro annos, depois de jurada a Constituição do Brasil, se conhecer, que algum dos seus artigos merece reformas, se fara a proposição por escrito, a qual deve ter origem na Camara dos Deputados, e ser apoiada pela terça parte delles”.

Nas edições dos dias 09, 12, 14 e 16 de abril de 1832, estes dizeres ainda foram acrescidos da citação de J.J. Rousseau: *“Povos livres, lembrai-*

vos desta máxima – a liberdade pode se adquirir; mas depois de perdida, não se pode recobrar.”

Finalmente o jornal adotou a legenda: “ *A verdade, odiada pelos tiranos, é a única salvaguarda dos governos livres* ” (CARVALHO, 1994, p.44).

Nesta altura, devemos lembrar que, ao que tudo indica, Baptista Caetano de Almeida era um simpatizante das idéias liberais e, portanto, defendia o respeito à Constituição como base para se governar o país, afirmando a independência e indo contra o autoritarismo e o abuso do poder. Isto talvez possa justificar a escolha das citações na epígrafe de seu jornal.

Quanto à aceitação da instalação da imprensa, a sociedade sanjoanense recebeu tal fato com desconfiança no primeiro momento e, até mesmo, com uma certa rejeição por parte daqueles que achavam que teriam suas intimidades devassadas. Só após a circulação da primeira edição passaram a entender o “espírito “ do jornal e quais eram os seus propósitos. O redator publica um pequeno trecho expondo o ocorrido:

”Quando se soube que o senhor Baptista Caetano de Almeida tinha mandado vir uma typographia para esta Villa, a maledicencia principiou logo a assoalhar, que era para insultar famílias, e para patentear a vida privada dos cidadãos, que se tinha feito huma tal aquisição. Esta voz que a principio foi mui fraca, engrossou-se de tal sorte depois da vinda da Typographia, que chegou a illudir a algumas pessoas alias cordatas. Apareceo o primeiro numero do nosso Periodico, e por elle se conheceo verdadeiramente o alvo, em que levavamos a mira; então algumas dessas mesmas pessoas, que illudidas por falsos boatos, prevenidas contra o nosso Periodico, procuravão talvez empece-lo, vierao espontaneamente augmentar o numero dos nossos subscriptores, signal não equivoco de já estarem desenganadas que o nosso fim era muito diferente, do que se dispunha.”

(ASTRO DE MINAS, 11 de novembro de 1827)

O redator do “Astro de Minas” era o reverendo Francisco de Assis Brasiel, que acumulava também o cargo de bibliotecário⁴⁵, o que vem demonstrar a estreita relação que ocorria entre as duas instituições concebidas por Baptista Caetano de Almeida - o jornal e a Biblioteca Pública. Outra evidência que comprova o entrosamento entre as duas instituições é o fato de sempre se usar o jornal para divulgar interesses da biblioteca, como se pode ler a seguir :

“Hontem fez-se a reunião da Mesa Administrativa da Biblioteca desta Villa para a leitura do Projeto de Estatutos da Sociedade Philo-polytechnica, que por permissão de S.M.I. se vai estabelecer nesta Villa offerecido pelo seo Director o Doutor Aureliano de Souza Oliveira Coutinho; obra digna certamente de todo o elogio não só pelas luminosas ideas que apresenta o seo illustre author, mas ainda pelo bom arranjo dellas. A sessão foi aberta com um eloquente discurso que breve offereceremos ao Publico”.

(ASTRO DE MINAS, 04 de dezembro de 1827)

Seguindo a experiência iniciada por Baptista Caetano, em maio de 1829 aparece em São João d’El-Rei um novo periódico, o “Amigo da Verdade”, que recebe as boas-vindas do “Astro de Minas” :

“Com summo praser annunciamos aos nossos leitores a apparição nesta Villa do novo periodico – Amigo da Verdade – e, pelo que pudemos colher do primeiro numero, julgamos sera mais um Defensor, que teremos nas fileiras Constitucionaes. Estimamos, que o nosso novo Collega desempenhe o promettido no seu Prospecto, e visto que pela sua Epígrafe reconhece a necessidade do choque das opiniões para o descobrimento da verdade, nos persuadimos de que não estranhará que, quando não formos da sua, manifestemos

⁴⁵ Segundo descrição de WALSH(1985, v.2, p.77) “o bibliotecário é um padre mulato, de aparência curiosa – baixo, gordo, com vasto chapéu colocado de banda e o rosto afundado no peito”.

a nossa; e como não julgamos dotado de hum genio travesso e inquieto, e nem possuidos de desmedida philaucia, sugeitar-nos-hemos de muito bom grado à censura justa, moderada, e sem acrimonia daquelles de nossos artigos, que lhe desagradarem. Pela nossa parte, desde já promettemos responder-lhe sempre com verdade, lisura, e moderação “.

(ASTRO DE MINAS, 09 de maio de 1829)

O relacionamento entre os dois jornais nem sempre foi tão amistoso quanto o prometido. Eles se envolveram em várias discussões que, inclusive, foram bastante proveitosas para esclarecimento e formação de opinião por parte de seus leitores.

São João d'El-Rei também foi uma das primeiras localidades mineiras a criar um jornal destinado ao público feminino. Na edição do “Astro de Minas” n.º 316, pode ser lido o seguinte anúncio:

“Brevemente se publicara nesta Villa hum novo Periodico dedicado as Senhoras Brasileiras. Seos Redactores desejosos de concorrer para a instrucção do bello sexo, procurarão materias apropriadas a tal fim: artigos os mais simples de política, literatura, poesia, extractos de historia, e noticias serão a materia desta interessante folha. Publicar-se-há por ora huma por semana.”

(ASTRO DE MINAS, 26 de novembro de 1829)

Em síntese, a criação do jornal “Astro de Minas” representou uma grande abertura para a consolidação da prática da imprensa em São João d'El-Rei que, até hoje traz, como característica, ser atuante no esclarecimento da opinião pública e na politização da sociedade. Naquela cidade emergiram vários jornais, destacando-se dentre eles o “Jornal do Poste”, que, ao que tudo indica, manteve, como traço marcante, ser um espaço para o debate das idéias.

5.3.1 Outras atividades da Tipografia do “Astro de Minas”

Na tipografia de Baptista Caetano de Almeida não se imprimia apenas o jornal “Astro de Minas,” mas, também, outras publicações que eram vendidas ao público ali mesmo, em suas instalações, e em outros pontos, conforme pode ser lido em anúncio no “Astro de Minas:

“Reimprimio-se nesta Typographia a obra intitulada “A vitima da Inquisição de Sevilha” e acha-se a venda nesta Typographia, e nas casas dos Srs. Martiniano Severo de Barros e, José Teixeira Coelho, e Manoel Moreira da Rocha e C. pelo preço de 480; ella contem 118 paginas em 8º.”

(ASTRO DE MINAS, 01 de dezembro de 1829)

Outra obra da qual se tem notícia ter sido impressa nas oficinas daquele jornal é a “Carta aos eleitores mineiros,” de Bernardo de Vasconcelos. A tipografia também se dispunha a ser um ponto de vendas de várias obras, estando algumas delas relacionadas no Anexo 3 deste trabalho. Também era possível efetuar-se, na Tipografia, assinaturas de alguns periódicos, como o *Matutina Meia Pontense*, o *Periódico de Goyaz*, o *Estrela Marianense* e outros, ou adquiri-los em avulso.

O “Astro de Minas” manteve sua publicação, sem interrupções, por doze anos consecutivos. Entretanto, na seção “Avisos”, pode-se ler a seguinte nota que nos leva a crer que o jornal tinha mudado de dono, não mais pertencendo a Baptista Caetano de Almeida, embora, para tal fato não tenha sido possível encontrar explicações no próprio jornal:

“Francisco José de Sales, actual proprietario da Typographia do Astro roga encarecidamente a todos os Srs. Assignantes, que não tem pago as suas assignaturas, o obsequio de as mandarem satisfazer, pois

do contrario se virá na precisão de suspender a publicação de huma folha, que tantos beneficios julga ter prestado a Patria; este estabelecimento faz despesas grandes e muitos dos Srs. Assignantes se descuidão do pagamento de suas assignaturas, não podendo o actual proprietario sustentar a folha por lhe faltarem forças: portanto espera que os Srs. Assignantes em atenção ao expellido se esforçarão para tais pagamentos.”

(ASTRO DE MINAS, 16 de outubro de 1834)

Em síntese, torna-se possível afirmar que os dados relativos à instalação da imprensa em São João d’El-Rei não só evidenciam o caráter visionário de Baptista Caetano de Almeida mas, também, revelam a determinação do mesmo para a consecução dos seus objetivos.

5.4 A Sociedade Phylopolitechnica

*“Hum foco de luz para espalhar a illustração com uniformidade
preciza concentrar os raios disperços, e diffundir de
novo os concentrados aos pontos obscuros”.*

Dr.Aureliano Coutinho - (FIGUEIREDO, 1899, p. 826)

Como já foi dito, Baptista Caetano de Almeida, junto com outros simpatizantes dos mesmos ideais, pretendia criar em São João d’El-Rei uma sociedade literária que promovesse, em suas reuniões, discussões de temas escolhidos por seus membros. Tais discussões se fariam após a leitura de textos relacionados aos assuntos propostos e o resultado das mesmas seria divulgado para conhecimento de todos. Para isso, seria necessária uma ação conjunta das três instituições projetadas por Baptista Caetano de Almeida, pois

seriam utilizados, o acervo da biblioteca, onde os membros da sociedade iriam buscar os subsídios para seus debates e, também, os serviços da tipografia para imprimir e divulgar os resultados dos mesmos.

Dessa forma, conforme apontado anteriormente, além de ser um fórum em que se efetivavam as discussões, a sociedade literária deveria arcar, através da contribuição de seus associados, com a manutenção destas duas instituições - a biblioteca e o jornal.

A primeira reunião da mesa administrativa da biblioteca foi aberta com um discurso do seu diretor, o Doutor Aureliano de Sousa Oliveira Coutinho, homem ilustre e influente da sociedade sanjoanense, na qual exercia funções públicas. Aí, ele destacava a importância e a necessidade de se criar uma Sociedade Literária que adotasse e protegesse a Biblioteca Pública, além de promover o maior proveito de seu rico acervo, reforçando a idéia de um estabelecimento que deveria contribuir para a propagação das “luzes”.

Na oportunidade o Doutor Aureliano fez também um apelo aos subscritores, sensibilizando-os e tocando os seus sentimentos patrióticos, no sentido de não permitirem que uma instituição como a biblioteca deixasse de florescer devido à falta de colaboração de alguns. Em seu inflamado discurso, convocava a todos para dar sua contribuição e apoio às iniciativas de Baptista Caetano de Almeida, referindo-se especificamente à biblioteca e à imprensa:

“Não basta porem, srs, tão generosa offerta: ella ficaria condenada ao pó, e ao esquecimento, se o mesmo honrado Cidadão, se todos nos, animados de hum igual zelo pelo progresso das letras, não cooperassemos de nossa parte, e quanto em nos coubesse para pôr em acção, e dar alma e vida a estes dous tão uteis, como interessantes corpos. [...] Exhortai-vos, srs, para que de vossa parte não desanimeis nessa protecção, já por vos

começada, seria seguramente fazer offensa ao vosso Patriotismo, e luzes. “

(LIVRO para a subscrição...)

Ainda nessa mesma fala de abertura, o Dr. Aureliano ressalta o papel da instrução como promotora de mudanças e importante componente na construção das nações

“Vos sabeis que a idade de ouro de cada Nação foi sempre aquella em que as artes e sciencias obtiverão huma decidida protecção já de seus Príncipes, e já mesmo de Instituições particulares; sabeis que nenhuma Nação pode ser grande e respeitada entre as outras sem que nella florecção as artes; e sciencias”.

(LIVRO para a subscrição...)

Portanto, partindo-se da consideração relativa à biblioteca e à imprensa e face ao aspecto estratégico das mesmas, deu-se início à criação de uma sociedade literária - cujo nome seria Sociedade Phylopolitechnica - que deveria contribuir para a manutenção e ampliação da própria biblioteca, adquirindo as obras mais representativas que se publicassem, bem como assinando os principais periódicos editados na Europa e, mesmo, dentro do país.

De acordo com a perspectiva de seus idealizadores, a *Sociedade Literária* estimularia os cidadãos sanjoanenses a usufruírem, com melhor proveito, do acervo da biblioteca, pois suas obras seriam lidas pelos associados da sociedade, discutidas em reunião e os extratos desses debates seriam publicados em um periódico que poderia ser adquirido sob assinatura. Tal *Sociedade* teria, também, como objetivo apoiar a imprensa local recém-criada, já que faria uso das suas instalações e equipamentos para divulgar a síntese das suas discussões, as quais teriam como objetivo principal professar

a liberdade de expressão e de pensamento.

No que se refere aos objetivos da *Sociedade*, são os mesmos destacados pelo Dr. Aureliano em seu inflamado discurso:

“ A sua instituição tem pois por fim trez objectos de nenhum modo indifferentes para a propagação das luzes:

1. accender por meio da emulação o amortecido espirito da literatura;

2. obrigar pelo meio indirecto a leitura dos Periodicos Nacionaes, e Estrangeiros, e de outras peças, não so os socios, mas ainda os que o não são, os quais sendo assignantes do nosso periodico mensal, movidos sem duvida da curiosidade serão levados a sua leitura, na qual deverão achar os extratos desses periodicos, e as mais peças nelle inseridas;

3. finalmente buscar aos dous uteis estabelecimentos da Biblioteca Publica e da Imprensa nesta Villa huma desinteressada, e constante administração e proteção.”

(FIGUEIREDO, 1899, p. 841)

Após decidir-se pela criação da *Sociedade Literária*, os subscritores da Biblioteca Pública, então, reuniram-se e escolheram como futuro diretor da Sociedade Phylopolitechnica o próprio Doutor Aureliano de Sousa Oliveira Coutinho, cuja função inicial consistia em elaborar uma proposta para os estatutos da Sociedade. O Doutor Aureliano aceitou o convite e, imediatamente, dedicou-se a tal tarefa, que, após concluída, foi submetida ao exame dos demais membros da mesa, sendo depois enviada à Corte para avaliação. A proposta seria examinada pelo Imperador e, em caso de aprovação, a Sociedade se instalaria e começaria a funcionar de acordo com os estatutos.

Eram grandes o entusiasmo e a expectativa dos futuros sócios com relação à aprovação dos estatutos para o funcionamento da nova instituição. O

jornal “Astro de Minas” n.º 74, do dia 08 de maio de 1828, traz a seguinte nota sobre o assunto:

“Em 19 de agosto de 1827, depois de vencidas mil dificuldades, conseguiu o Sr. B. C. Almeida o fim de seus filantropicos desejos estabelecendo a Biblioteca Publica apesar de que para a sustentação de hum estabelecimento, que faz honra `a essa Villa, visse concorrer com a sua quota alguns Cidadãos benemeritos, que com gosto accederão a tão util fim, logo previo o mesmo sr., que só com estas subscrições mal poderia persistir precioso Estabelecimento, e que por falta de empregados que delle curassem, seriam victimas das traças differentes obras estimaveis, e raras, que se ali encerrão: lembrou-se então de mandar vir à sua custa huma Typographia, que além de mil serviços, que poderia fazer (e tem feito) a esta Provincia, ajudasse na conservação da Bibliotheca”

Prosseguindo, a nota destaca também o caráter benemérito de Baptista Caetano de Almeida, enfatizando o seu papel de provedor na manutenção da Biblioteca, e assinala a possibilidade alternativa de se organizar uma sociedade protetora da mesma, de forma a beneficiá-la. Tal questão se apresenta formulada da maneira seguinte:

“porque todos sabem, que esta he devida ao patriotismo deste Cidadão benemerito, que tem feito todas as despesas até o presente: esta idea fez nascer a da organização de huma Meza, cujos Membros eleitos d’entre os subscriptores, cuidando de tudo quanto podesse utilizar à Bibliotheca, se empregassem igualmente na redação de hum Periodico mensal, trabalho honroso, e que alem de adiantar os conhecimentos dos que nelle se empregassem.” (idem)

Parece que o expediente de se criar uma sociedade literária ligada a uma biblioteca pública não era incomum em tal período, no Brasil. Segundo Walsh :

“foram criadas bibliotecas públicas em várias cidades provinciais, e esse projeto inclui a anexação a elas de instituições literárias e científicas, uma forma mais eficaz de tornar mais úteis os conhecimentos contidos nos livros que as compõem”.

(WALSH, 1985, p.208)

De acordo com a proposta de seus próprios estatutos, a pretendida sociedade literária professaria a liberdade de pensamento e expressão e teria como coação externa apenas as leis sociais e religiosas.

Em termos de estrutura, ela seria composta de sócios correspondentes de todas as províncias, bastando, para isso, efetuar-se uma matrícula. Seus membros seriam as pessoas que assinaram a subscrição para a manutenção da Biblioteca, porque, com este ato, já haviam comprovado ser admiradores dos livros. Novos sócios seriam admitidos mediante apresentação de seus nomes por um dos já associados e posterior aprovação por dois terços dos mesmos.

Os requisitos necessários para admissão de novos associados seriam: o novo membro ter sido indicado por um sócio, ser um homem de *“bons costumes e consideração na sociedade civil, ser amante da literatura em geral, das artes e das ciências”* (FIGUEIREDO, 1899,p. 836). Para se tornar membro da Sociedade Phylopolitechnica, além da recomendação, o candidato deveria ser pessoa de bons costumes e consideração na sociedade civil, além de ser amante da literatura em geral, das artes e das ciências.

Em termos de localização física da Sociedade, ela ocorreria em anexo à Biblioteca e era intenção dos membros da Mesa Administrativa adquirir futuramente um prédio para a instalação dos seus três organismos –

Gymnasio Litterario, *Gabinete d'Estudos e Directoria* (este último se encarregaria das questões administrativas da Sociedade)– além de um Gabinete de História Natural, que lhe seria acrescido posteriormente.

O “*Ginásio Literário*” seria o organismo no qual as pessoas interessadas em aperfeiçoar-se pelo debate de assuntos de todas as áreas poderiam obter conhecimentos através de estudos, discussões e confrontos de idéias. Em suas reuniões, que se dariam aos sábados, seriam discutidos vários assuntos cujo eixo central seriam as ciências, as artes e as letras, sendo que, ao longo do tempo, esses assuntos poderiam ser ampliados de acordo com o estado e as luzes da sociedade sanjoanense. Os sócios poderiam propor temas para discussão e concorrerem a prêmios, tendo em vista a importância e o interesse despertado por eles no público presente. Segundo os estatutos, seriam rejeitados os temas que escandalizassem o sistema político, religioso ou o decoro civil.

O “*Gabinete de Estudos*” teria por finalidade reunir um grupo de homens esclarecidos, membros efetivos da Sociedade, os quais deveriam extrair das publicações literárias que compunham a coleção da Biblioteca Pública os assuntos que pudessem suscitar discussões interessantes e, depois, divulgá-los em linguagem acessível, para maior proveito de todos. Este procedimento tinha por objetivo colocar os sócios no *nível das luzes da Europa*. Para fazer a divulgação dos extratos destas discussões, a Sociedade pretendia criar um periódico com circulação mensal, que seria impresso nas oficinas do “Astro de Minas”. Portanto, adquirir e divulgar conhecimentos através de leitura e discussão de obras eram objetivos explicitados nos

estatutos da Sociedade, que rezavam:

“Hum foco de luz para espalhar a illustração com uniformidade precisa concentrar os raios disperços, e diffundir de novo os concentrados aos pontos obscuros. Nosso instituto pois para gozar de huma vida de relação precisa hum outro Instituto, que abra huma porta ao ingresso das luzes, e outra ao derramamento dellas”.

(FIGUEIREDO, 1899, p.826)

Os dois institutos, Ginásio Literário e Gabinete de Estudos, se complementariam em suas funções, visto que o Ginásio literário seria a porta que permitiria a entrada das luzes e o Gabinete de Estudos aquela que possibilitaria o seu derramamento. O primeiro nutriria a Sociedade com os conhecimentos necessários para se alcançarem as luzes através do confronto de idéias, e o segundo os difundiria, recolhendo e transmitindo o resultado das discussões através de um periódico mensal.

Percebe-se, então, que dentro do projeto de Baptista Caetano de Almeida para tornar a sociedade sanjoanense instruída, as três instituições – Biblioteca Pública, Imprensa e Sociedade Literária – teriam como objetivo atuar de forma simultânea e com funções encadeadas. Segundo os documentos consultados, na ação conjunta entre elas destaca-se a atuação da *Sociedade Literária*, que retiraria da Biblioteca Pública os subsídios para as discussões culturais e divulgaria o extrato das mesmas através da imprensa. Nesse tripé a Sociedade Literária seria o eixo que coordenaria as ações das outras duas e, portanto, nesse papel, deveria protegê-las e expandi-las.

Entretanto, apesar do entusiasmo de Baptista Caetano de Almeida, do Doutor Aureliano e dos subscritores da Biblioteca Pública, o projeto dos Estatutos, tão detalhadamente elaborado e encaminhado ao Sr. Pedro de

Araújo Lima, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império para se submeter à avaliação imperial, não foi aprovado e tal Sociedade não chegou a se estabelecer.

Para justificar tal recusa, esse ministro declara que tal instituição, segundo o Projeto de Estatutos apresentado, é uma *“sociedade livre e professa liberdade de pensamento e expressão, em todos os assumptos de conhecimentos humanos”* (FIGUEIREDO, 1899, p.839), fato que poderia trazer transtornos para a política e a religião, apesar de, na proposta, estar explicitado que nos debates da pretendida Sociedade seriam rejeitados os assuntos que *“escandalizassem o sistema político e religioso e o decoro civil”* (Idem, p.839).

Outro temor do Sr. Pedro de Araújo Lima era quanto aos *correspondentes* os quais, segundo ele, poderiam ser de *“todo o orbe culto e litterario”* e isto poderia ser perigoso por facilitar *“correspondências sinistras com estrangeiros, estando a Sociedade tão remota da Corte, e sem inspecção de autoridade”* (idem, p. 839)

Argumenta ele que:

[...] *“taes estabelecimentos litterarios só se authorizão nas Capitaes, ou maiores Cidades, onde também haver os elementos, meios e recursos proporcionados, estando aos olhos do Governo”.*

(idem, p.839)

Na realidade, o que se temia é que também esta Sociedade Literária tivesse, além das intenções explicitados nos seus estatutos, objetivos secretos que pudessem ameaçar, de alguma forma, o bom andamento da ordem pública. Como a sociedade proposta se encontrava em local distante da Corte e, portanto, a fiscalização da sua atuação seria difícil, o mais prudente, aos

olhos do governo, naquele momento, foi proibir a sua instalação.

A opinião da população a respeito desta proibição era a de que o Governo receava que as Sociedades difundissem o conhecimento no país, esclarecendo a população e tornando-se, assim, uma ameaça à estabilidade do governo. A respeito disto, WALSH afirma que:

[...]“a aversão do imperador às Sociedades secretas é agora [1828] tão intensa que ele se recusa a permitir a criação de qualquer tipo de sociedade, não importa quão justa e louvável seja sua finalidade”.

(WALSH, 1985, v.2, p. 209)

Tal aversão se deve ao fato de que as idéias revolucionárias e emancipatórias foram bastante difundidas através de Sociedades de vários tipos criadas no Brasil no período que antecedeu à Independência, com destaque para a maçonaria, que, já nos fins do século XVIII, começou a surgir em vários pontos do país e tinha como tema sempre presente em suas reuniões a liberdade, a discussão e a divulgação dos ideais iluministas. Elas tiveram uma forte atuação na mobilização e conscientização dos brasileiros e, portanto representavam uma séria ameaça à estabilidade política.

A partir de 1831, D. Pedro libera, no Brasil, a formação de “sociedades”, inclusive ingressando em algumas delas. Nessa ocasião, Baptista Caetano de Almeida se encontrava bastante envolvido com os seus projetos políticos, no desempenho de suas atividades como Deputado geral, e não ressuscitou o projeto da Sociedade Phylopolitechnica. Entretanto, foi um dos fundadores, no Rio de Janeiro, da Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional, que repudiou as tentativas de poder absoluto pretendidas por D. Pedro em 1833. Esta sociedade também teve seus adeptos

em São João d'El-Rei.

Apesar de não ter sido autorizado o funcionamento oficial da Sociedade Phylopolitechnica, seus membros encontraram uma outra forma de não deixarem esvair-se totalmente os seus objetivos. Para isso, faziam uso da imprensa local. No “Astro de Minas” eram encontradas, freqüentemente matérias que tratavam de temas polêmicos. Este jornal trazia a público traduções de artigos publicados em jornais ou livros estrangeiros, principalmente franceses, colocando idéias que reforçavam o direito à liberdade.

Portanto, a criação do “Astro de Minas” representou para a sociedade sanjoanense a conquista de um espaço de debates e denúncias no qual os indivíduos podiam manifestar sua insatisfação com os atos do governo e discutir questões pertinentes aos seus interesses e os do país em geral. Esse era também um espaço formador da opinião pública, na medida em que ali se encontravam os subsídios para as discussões e reivindicações.

Concretamente pode-se depreender que, na atuação do jornal “Astro de Minas” se corporificavam parte dos objetivos pretendidos pela Sociedade Phylopolitechnica.

Assim, os aspectos apresentados, no que se refere às instituições – Biblioteca, Imprensa e Sociedades Literárias – evidenciam a ação de Baptista Caetano de Almeida como um mecenas que contribuiu para o processo civilizatório, buscando aproximar o país do modelo europeu através do rompimento com o atraso e a ignorância.

CAPÍTULO 6

CONCLUSÃO

Ao iniciar esta pesquisa tinha-se, como motivação, entender a importância e o significado da Biblioteca Pública de São João d'El-Rei, bem como evidenciar o papel do seu criador Baptista Caetano de Almeida, no contexto daquela época, início do século XIX. A essas intenções acrescentava-se, ainda, uma interrogação a respeito de como, naquele momento da história, os homens apreendiam os assuntos de seu tempo e, de que forma, para usar-se uma linguagem atual, eram as informações obtidas e difundidas naquela sociedade.

No desenvolvimento do trabalho, novas indagações foram-se colocando, destacando-se, dentre elas, a questão específica do contexto histórico-cultural e a problemática relativa ao ideário iluminista. Estes se constituiriam nos elementos centrais que permitiriam o entendimento dos aspectos que impulsionaram a criação e a dinâmica daquela instituição. Houve necessidade ainda de apreender, em maior profundidade, a figura de Baptista Caetano de Almeida, enquanto criador da Biblioteca Pública naquela vila.

Buscando respostas a essas questões foi necessário elaborar o referencial teórico e mergulhar nas fontes documentais, estabelecendo-se, então, a relação entre ambos, de forma que tal quadro teórico subsidiasse a análise e a interpretação dos dados. Esse processo permitiu localizar e compreender historicamente a situação das instituições – Biblioteca, Imprensa e Sociedade Literária – no Brasil, naquele momento. A estas questões acrescentaram-se ainda o entendimento do ideário iluminista, bem como a apreensão e o desvelar das ações de Baptista Caetano de Almeida naquele contexto.

Assim, a partir de um trabalho de confronto, ganharam destaque as ações e o posicionamento daquele mecenas que buscava, como objetivo, aproximar a realidade nacional dos parâmetros europeus, de forma a viabilizar um processo de ilustração.

Resgatando de forma sintética os elementos advindos da pesquisa estes evidenciaram a situação histórica da sociedade brasileira, das instituições viabilizadoras do projeto de ilustração segundo a ótica daquele momento – Biblioteca Pública, Imprensa, Sociedade Literária – e revelaram a importância de Baptista Caetano de Almeida como homem visionário e liderança daquele processo.

Assim, buscando sistematizar as resultantes advindas do processo de pesquisa, aponta-se as questões centrais em termos dos objetivos propostos para a mesma.

No que se refere aos aspectos econômicos, políticos e culturais presentes em São João d'El-Rei, àquela época, destaca-se que a sociedade mineradora apresentava-se com características distintas daquela que vigorava na sociedade canavieira. Conforme revelam os dados, em sua estrutura tinha presença marcante o Estado, um significativo nível de urbanidade e, ainda, a nítida presença de diferentes estratos sociais com relativa mobilidade entre si.

Somados a esses aspectos, aliava-se também nesse ambiente, a influência do ideário iluminista através do qual se advogava o uso da razão como cerne da vida social. Assim, em tal contexto, o ideal de liberdade e independência se destacava fazendo com que os homens se aproximassem

do modelo europeu, na crença de que, através da instrução, se implementaria a mudança na sociedade.

Complementando os aspectos antecedentes verifica-se a presença de uma condição econômica estável, propiciada tanto pela extração do ouro quanto pelo desenvolvimento de atividades agropastoris e comerciais, as quais vieram possibilitar a emergência, na vila de São João d'El-Rei, de uma elite econômica e cultural que, espelhando-se nos centros mais avançados da época, pretendia reproduzi-los no âmbito daquela sociedade.

É, portanto, como um representante da elite de São João d'El-Rei que emerge, de forma significativa, por sua estratégia e perspicácia, Baptista Caetano de Almeida, como um mecenas do processo civilizatório. Conforme apreendido através das fontes documentais, era, o mesmo um comerciante e político bem relacionado tanto em São João d'El-Rei, em Minas Gerais e também no Rio de Janeiro. Tal condição lhe permitiu não só ser um profundo conhecedor das situações e necessidades locais, quanto ampliar sua visão em relação aos problemas presentes no País, no final do século XVIII e no início do século XIX.

É preciso ainda indicar, paralelamente a essa dimensão política e econômica que o caracterizou, o seu lado humanitário e erudito. Em termos humanitários, destaca-se seu permanente interesse em relação ao bem comum, através de doações e assistência às necessidades da vila.

Quanto à dimensão de sua erudição, esta pode ser percebida não só a partir do material que compõe a coleção que ele doa à biblioteca pública,

quanto pelo teor do pedido que envia às autoridades ao fazer esta doação, ocasião na qual ressalta o seu amor pelos livros.

Por outro lado, esse seu caráter erudito é também perceptível nas inserções apresentadas por ele no jornal “Astro de Minas”, bem como nos relatos do seu irmão Francisco de Assis Almeida.

É oportuno ainda apontar que a pesquisa também revela sua sintonia com as preocupações filosóficas vigentes à época, denotada, tanto pela expressiva presença de autores vinculados ao iluminismo em sua coleção, quanto pela marca liberal de suas ações. Vale salientar que, além dessas características que o distinguiam, acrescenta-se-lhe o caráter de homem visionário e empreendedor, capaz de articular e mobilizar as pessoas, sensibilizando-as para as causas por ele defendidas.

Merece, ainda, ser citado, pelo que se depreende dos dados, que, na elaboração e implementação de suas ações, ele se orientava por um profundo sentimento patriótico, conforme evidenciam seus diferentes posicionamentos. Ao que tudo indica, Baptista Caetano de Almeida considerava como questão de honra e um dever cívico ampliar as condições culturais dos seus semelhantes, empenhando-se de forma determinada na obtenção de bons resultados e garantindo inclusive os recursos para que elas se realizassem.

Assim, visando concretizar seus objetivos, contrata um professor de primeiras letras, doa sua própria coleção de livros para iniciar uma biblioteca pública, instala na vila a imprensa e planeja criar uma sociedade literária. Para ele, tais instituições desempenhariam papéis estratégicos na realização de

seus ideais, e suas ações deveriam se dar de forma entrosada e encadeada. A primeira delas - a biblioteca pública – teria como objetivo oferecer os subsídios necessários para que os sanjoanenses tomassem conhecimento das principais teorias dos grandes pensadores da humanidade, seja dos autores que lhes eram contemporâneos, seja dos pertencentes à Antigüidade, além de se manterem atualizados com as notícias e acontecimentos do mundo através dos vários periódicos que ela assinava.

Por outro lado, os assuntos de interesse geral poderiam ser debatidos em uma sociedade literária, tendo como base para discussão os autores presentes nos livros doados à biblioteca. Dessa forma, seus associados seriam freqüentes usuários da biblioteca, devendo, portanto, assumir o compromisso de mantê-la e aumentá-la. Do ponto de vista de Baptista Caetano de Almeida, as mudanças na sociedade sanjoanense só ocorreriam se o debate e os esclarecimentos dos assuntos do interesse de todos não ficassem restritos a um grupo fechado.

Partindo desse ponto de vista, seria necessário, então, divulgar os extratos relativos aos temas debatidos, para que o maior número de pessoas pudesse ter acesso aos mesmos. Essa difusão seria da competência da imprensa, que deveria levar aos pontos mais distantes daquela e de outras províncias, em linguagem acessível, as resultantes das discussões.

É necessário reafirmar a importância do papel de Baptista Caetano de Almeida na criação da biblioteca, da imprensa e da sociedade literária, no sentido de garantir que, através das mesmas os homens tivessem acesso aos assuntos do seu tempo. Portanto, ao propiciar essas condições

dar-se-ia a possibilidade de integrar-se participando dos debates, das discussões e das questões cruciais existentes naquele momento.

Vale ressaltar que Baptista Caetano de Almeida tinha a preocupação de que o acervo da biblioteca fosse representativo das mais variadas tendências ideológicas e, para tal, defendia que a aquisição de livros e periódicos contemplasse a diversidade das publicações vigentes à época. Acrescenta-se sua visão estratégica, à medida em que implementa a imprensa e a sociedade literária como instrumentos relevantes na consecução de seus projetos, e desta forma propicia, ainda que tenha sido privilegiada uma classe social, o acesso à informação.

É inegável que, ao criar essas instituições, buscava não só produzir mudanças em São João d'El-Rei, mas, concretamente, garantir que os homens tivessem acesso aos assuntos do seu tempo, contribuindo, desta forma, para a criação de um país livre e independente, que autonomamente definisse seus rumos. Conforme suas palavras, *“todas as couzas querem principio, para depois serem continuadas, muitas vezes com inteiro proveito do publico.”*

Portanto, as três instituições, atuando integradamente, visariam a um só projeto, ou seja, construir uma nação. Para tal, recorreria à instrução de forma que na sociedade se incorporasse a civilização e o progresso, com vistas a aproximá-la dos moldes das novas nações avançadas do mundo.

Resumidamente, a reconstituição histórica apontou algumas evidências, tanto em relação à situação econômica, política e cultural da sociedade brasileira e, sua especificidade em São João d'El-Rei, quanto à

perspectiva ideológica vigente no âmbito daquela elite. Este processo nos permitiu apreender a figura de Baptista Caetano de Almeida como um mecenas do processo civilizatório, bem como, analisar e inserir a criação da Biblioteca Pública de São João d'El-Rei dentro de uma visão ampla, demarcando assim os condicionantes de sua história e identidade.

Vale aqui, retomar e reiterar as preocupações em relação àquela biblioteca. Assim, tanto em função de sua história, e ainda, advogando que ela seja preservada em sua integridade física, dadas a importância, não só da raridade do seu acervo, mas, fundamentalmente, pelo que ela significa como pensamento que norteou as ações dos homens daquele tempo.

Dentro de tal perspectiva, compreender o contexto em que aquelas obras foram adquiridas e utilizadas propiciaria, também, um resgate dos fatos e um reatamento produtivo do diálogo presente-passado, constituindo-se como elo importante da história cultural do país. Entretanto, se os dados advindos da pesquisa nos revelam o caráter contraditório das instituições culturais no País, por outro lado, mostram também a pertinência e a necessidade de defender a preservação daquela biblioteca.

Em termos concretos, é fundamental a atenção ao passado/presente da Biblioteca Pública de São João d'El-Rei, tendo em vista que a ação de Baptista Caetano de Almeida, tomando como luz norteadora a razão e o esclarecimento, deixou marcas na história merecedoras de serem resgatadas, não apenas como memória da cidade de São João d'El-Rei, mas, também, como riqueza da sociedade brasileira em seu conjunto.

É importante porém, atentar para o fato de que os dados trazem ainda à tona as seguintes indagações:

- Não é desafiador perguntar-se qual seria o lugar ocupado pelos elementos não pertencentes à elite no contexto daquelas instituições – biblioteca, imprensa, sociedade literária – e dos ideais nelas concretizados?
- Não teria a sociedade literária intenções secretas, ocultadas sob os objetivos explicitados no regimento proposto?
- Não estariam os idealizadores da sociedade literária pretendendo tornar a atuação da mesma como a de um incipiente partido político, ou ali se discutiriam apenas questões rotineiras, sem qualquer intenção de influenciar a opinião pública?
- Não é questionável que a concepção do projeto de ilustração tenha tido sua elaboração, aparentemente sem a participação de outros estratos sociais?
- Não seria a questão do transplante do modelo europeu para estas regiões e a idealização do externo, sem considerar as especificidades culturais do país, uma visão escamoteada da realidade?
- Não permanece essa ótica enviesada como sobrevivência, em nossa prática cultural?
- Não será passível de dúvida o caráter benemérito de Baptista Caetano de Almeida, na medida em que se pode aventar que suas propostas teriam como objetivo subjacente dar sustentação a sua carreira política?

Se tais aspectos contraditórios se apresentam, não há, entretanto, a partir dos dados pesquisados, elementos que nos permitam responder a

estas questões. Elas constituem interrogações que se abrem como desafios a outros pesquisadores e a novas investigações, o que, provavelmente, permitirá apontar novas faces, tanto em relação a Baptista Caetano de Almeida quanto à Biblioteca Pública de São João d'El-Rei e, conseqüentemente, da história de Minas Gerais.

Entretanto, apesar de reconhecer como prováveis e passíveis de interrogação os aspectos que emergem em oposição ao fio condutor deste trabalho, não se pode deixar que eles obscureçam a importância e o significado da Biblioteca Pública de São João d'El-Rei e de Baptista Caetano de Almeida. Este, como homem visionário do seu tempo, buscou criar as condições para que a sociedade sanjoanense incorporasse os elementos da ilustração, rompendo com o estado de ignorância vigente e construísse uma identidade nacional.

Há, porém, um aspecto que deve ser lembrado, e para o qual, não foram encontrados esclarecimentos plausíveis: Baptista Caetano de Almeida e seus contemporâneos acreditavam que, ao implantarem aquelas instituições, notadamente a biblioteca pública, tornar-se-iam detentores do título de legítimos beneméritos, garantido plenamente pela posteridade, na medida em que, minorando o atraso, espalhariam as luzes do saber e da ilustração. Entretanto, alguns pontos que emergem da pesquisa são surpreendentes: somente após 89 anos de existência a Biblioteca Pública de São João d'El-Rei, fundada por Baptista Caetano de Almeida recebe o nome do seu criador. Além disso, seu retrato, que havia sido colocado na biblioteca em sua homenagem em 1845, encontra-se, hoje, desaparecido.

Em termos do percurso vivenciado quando da realização deste trabalho, verificamos que ele nos permitiu entender a importância dos

elementos históricos como condicionantes das ações dos sujeitos, fornecendo os elementos que ampliaram a compreensão em relação à Biblioteca Pública Baptista Caetano de Almeida. Ao realizá-lo tornou-se possível não só apreendê-la em sua organização, qualidade e importância enquanto acervo, mas, também, visualizá-la como resultante do desejo de uma liderança e em decorrência de um tempo histórico específico, viabilizando o resgate e a apreensão de sua identidade.

Por outro lado, ao efetivar-se esse percurso, a preocupação que o fundamentou foi, não a de fazer um trabalho historiográfico, mas efetivar um processo de interrogação à história, buscando-a como um caminho para o entendimento da figura de Baptista Caetano de Almeida e das instituições por ele criadas e do ideário que influenciou a criação da Biblioteca Pública de São João d'El-Rei.

É válido, ainda, destacar que essa experiência de pesquisa, ao ser assimilada e incorporada ao acervo das minhas vivências pessoais trouxe nova significação à questão apresentada por Boris Fausto, especialmente no que se refere à relação passado-cidadania.

Portanto, é oportuno, aqui, lembrar mas, principalmente, assimilar, como verdade crucial, a citação de FAUSTO, que abriu o presente trabalho: *“Não chega a ser cidadão quem não consegue se orientar no mundo em que vive, a partir do conhecimento da vivência das gerações passadas.”*

• • •

Baptista Caetano de Almeida faleceu em São João d'El-Rei, em 1839, aos 42 anos de idade, vítima de tísica, uma doença que abreviou a sua atuação no cenário político daquela vila, deixando entretanto, marcas significativas de sua trajetória na história da cidade. Está enterrado no Cemitério da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo, Confraria da qual era membro. Sua esposa morreu três anos mais tarde, acometida pela mesma doença.

ABSTRACT

The foundation of the Public Library of São João d'El-Rei is discussed and Baptista Caetano de Almeida, its founder, is presented in the overall context of that village at the beginning of the 19th century. The Brazilian society is described from the time of the discovery up to the end of the 18th century and beginning of the 19th century. Special attention is given to the mining society and specifically to the case of the village of São João d'El-Rei in that context. Aspects related to books and libraries, the press and literary societies from that period are shown from a historical point of view. The theoretical and methodological aspects of the research are presented as well as the primary sources used, particularly the records of São João d'El-Rei City Council and the newspaper "Astro de Minas" (editions between 1827 and 1839). The close relationship between the institutions (the library, the press and the literary society) and the overall cultural and historical context become clear as a result of this research. The role of Baptista Caetano de Almeida is also revealed as one of great importance due to his contribution to the civilizing of that region. He was an idealistic man of a visionary character, who shared Enlightenment ideals and saw in those institutions a way to contribute to a break from ignorance and barbarianism, in order to construct a national identity.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes primárias

LIVRO para a Subscrição voluntária a benefício da manutenção da Livraria Pública de São João d'El-Rei – 1824

ATAS da Câmara Municipal de São João d'El-Rei

Jornal *Astro de Minas* nov.1827 a junho de 1839

LIVROS E ARTIGOS

- 1 ALMEIDA, Francisco de Assis e. Apontamentos biographicos de Baptista Caetano de Almeida, natural da Camandocaia, actual Cidade de Jaguary, da Provincia de Minas Geraes. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, tomo X, p.37-40, jan./jun. 1905.
- 2 ANTONIL, André João. **Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas**. Belo Horizonte : Itatiaia, 1982.
- 3 APPEL, Myrna Bier (org.) **Caminhos para a liberdade** : a Revolução Francesa e a Inconfidência Mineira – as letras e as artes. Porto Alegre : UFRG. [19--]. 273p.
- 4 AZEVEDO, Moreira de. Sociedades fundadas no Brasil desde os tempos coloniais até o começo do atual reinado. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, v. 190, p. 265-327, jan/mar, 1946.
- 5 BARBOSA, Waldemar de Almeida. A imprensa em Minas Gerais. In: **História de Minas** : formação histórica. Belo Horizonte : Comunicação, 1979. v.2, p. 504- 518.
- 6 BARREIROS, Eduardo Canabrava. **As vilas del-rei e a cidadania de Tiradentes**. Rio de Janeiro : José Olympio. (Documentos Brasileiros, n.172).
- 7 BOSCHI, Caio César. **Os leigos e o poder**. São Paulo : Ática. 1986

- 8 BURNS, E. Bradford. **A history of Brazil**. New York, London : Columbia University. 1970.
- 9 ----- The enlightenment in two colonial brazilian libraries. **Journal of the history of ideas**, v.25,n.3. 1964.
- 10 BURTON, Richard. **Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho**. Belo Horizonte : Itatiaia, 1976.
- 11 BUZATTI, Dario José. **Antigos povoados de Minas nos Campos das Vertentes**. Belo Horizonte : UCMG, 1978.
- 12 CAMPOS, Maria Augusta do Amaral. **A marcha da civilização** : as vilas oitocentistas de São João del Rei e São José do Rio das Mortes-1810/1844. Belo Horizonte : Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, 1998 (Dissertação, Mestrado em História).
- 13 CARRATO, José Ferreira. **Igreja, iluminismo e escolas mineiras dos tempos coloniais** : notas sobre a cultura da decadência mineira setecentista. São Paulo : USP. 1968 (Brasiliana,334).
- 14 CARVALHO, André, BARBOSA, Waldemar **Dicionário Biográfico da Imprensa Mineira**. Belo Horizonte : Armazém de Idéias. 1994.
- 15 CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem**: a elite política imperial. Brasília : UnB, 1981 (Temas brasileiros, v.4)
- 16 -----Interesses contra a cidadania. In: MATTA, Roberto da, et al. **Brasileiro**: cidadão? São Paulo: Cultura Editores Associados, 1992. p.87-125.
- 17 ----- **Os bestializados**: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. 196 p.
- 18 CAVALCANTE, Berenice. Os “letrados” da sociedade colonial : as academias e a cultura do Iluminismo no final do século XVIII. **Acervo**, Rio de Janeiro, v.8, n.1, 2, p.53-66, jan/dez 1995.
- 19 CAVALCANTI, Nireu Oliveira. A livraria do Teixeira e a circulação de livros na cidade do Rio de Janeiro, em 1794. **Acervo**, Rio de Janeiro, v.8, n.1, 2, p.183-194, jan./dez. 1995.
- 20 CHAMON, Carla Simone. **Festejos imperiais** : festas cívicas em Minas Gerais –1815/1845. Belo Horizonte : UFMG, 1996 (Dissertação apresentada ao Departamento de História da FAFICH – UFMG)
- 21 CHIZZOTTI, Antônio. **As origens da instrução pública no Brasil** : análise interpretativa da legislação pública nas origens de sua constituição, seus

- presupostos e as implicações para a filosofia da educação. São Paulo : PUC, 1975. 146 p. (Dissertação, Mestrado em Educação)
- 22 CIDADES Históricas Brasileiras : Campos das Vertentes. São Paulo : CICLOPE, [199-]. (CD-ROM)
- 23 CINTRA, Sebastião de Oliveira. **Efemérides de São João d'EI-Rei**. São João del-Rei : Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais. 1967.
- 24 CINTRA, Sebastião. **Galeria das personalidades notáveis de São João dEI-Rei**. São João dEI-Rei : [s.n.], 1994.
- 25 COELHO, José João Teixeira. **Instrução para o governo da Capitania de Minas Gerais**. Belo Horizonte : Fundação João Pinheiro, 1994. 304 p. (Coleção Mineriana, Série Clássicos)
- 26 COSTA, João Cruz. **Contribuição à história das idéias no Brasil** : o desenvolvimento da filosofia no Brasil e a evolução histórica nacional. Rio de Janeiro : José Olympio. 1956.
- 27 DARTON, Robert. L'aventure de l'Encyclopédie (1775-1800). **Acervo**, Rio de Janeiro, v.8, n.1, 2, p.167 a 182, jan/dez 1995.
- 28 ----- Um livreiro em Vila Rica no meado do século XVIII. **Kriterion**, Belo Horizonte, v.47-48, p.180-198. jan/jun 1959.
- 29 D'ASSUMPCÃO, Livia Romanelli. Considerações sobre a formação do espaço urbano setecentista nas Minas. **Revista do Departamento de História**, Belo Horizonte, n.9, p. 130-140: FAFICH/UFMG, 1989.
- 30 DIAS, Maria Odila da Silva. Aspectos da Ilustração no Brasil. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, v.278,p.105-170, jan./mar.1968.
- 31 -----A interiorização da metrópole (1808-1853) In: MOTA, Carlos Guilherme (org.) **1822** :dimensões. São Paulo: Perspectiva, 1972, p.160 -184 (Debates, História)
- 32 DINIZ, Sílvio Gabriel. Biblioteca setecentista nas Minas Gerais. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais**. Belo Horizonte, v.6, p.333 -344, 1959.
- 33 FALCON, Francisco J. C. **Iluminismo**. São Paulo : Ática.1986.
- 34 FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 6 ed. São Paulo : USP; Fundação do Desenvolvimento da Educação, 1998.

- 35 FERREIRA, Tânia M. B. da C. Leitores do Rio de Janeiro : bibliotecas como jardim das delícias. **Acervo**, Rio de Janeiro, v.8, n.1, 2, p.83 – 104, jan./dez. 1995.
- 36 FIGUEIREDO, Carlos Honório. Organização da Sociedade Phylopolitécnica em São João d'El-Rei. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, n. 4, 1899, p 816-836.
- 37 FONTES, Lucy Gonçalves, FIUZA, Marysia Malheiros. Relação das Coleções de documentos históricos dos séculos XVIII e XIX, existentes Na cidade de São João d El-Rei. **Revista da Escola de Biblioteconomia - UFMG**, Belo Horizonte, v.4, n.2, p.162-185, set. 1975.
- 38 -----Relação dos Códices de Arquivo da Câmara Municipal de São João d'El-Rei (séculos XVIII e XIX). **Rev. do Departamento de História: FAFICH – UFMG**. Belo Horizonte, v.5, p.101-147, dez. 1987
- 39 ----- (superv.) **Catálogo dos livros raros e antigos da Biblioteca Pública Baptista Caetano**. [s.l.] : Central Globo de Comunicação, 1992, 100 p.
- 40 FRANÇA, Júnia Lessa. **Manual para normalização de publicações Técnico - Científicas** .3. ed. Belo Horizonte: UFMG, 1996.191 p.
- 41 GAIO SOBRINHO, Antônio. **História do Comércio em São João del Rei**. São João del-Rei : Sindicato do Comércio de São João del-Rei, 1997.
- 42 GOMES, Sônia de Conti. **Bibliotecas e sociedade na Primeira República**. São Paulo: Pioneira. 1983, 100 p.
- 43 GOMES, Sônia de Conti, MOTTA, Rosemary Tofani. A preservação do acervo antigo da Biblioteca Municipal de São João d'El-Rei: um desafio. **Revista da Escola de Biblioteconomia- UFMG**, Horizonte, v. 19, n.1, p. 39-58, mar 1990.
- 44 GOODE, W. J, HATT, P. K. **Métodos em pesquisa social**. 4.ed. São Paulo: Nacional, 1972.
- 45 GUIMARÃES, Fábio Nelson. **O município de São João del Rei aos 250 anos de sua criação**. São João del Rei : Progresso, 1963. Cap.: Explicação, p. 5-8.
- 46 GUIMARÃES, Geraldo. **São João del-Rey : século XVIII –história sumária**. São João del-Rey : FAPEC,1996.

- 47 GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e civilização nos trópicos. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v.1, 1988 p.5-27.
- 48 HAGUETE, Teresa M. F. **Metodologias qualitativas na sociologia**. Petrópolis: Vozes, 1987.
- 49 HALLEWELL, Laurence. **O livro no Brasil**: sua história. São Paulo : Universidade de São Paulo. 1985. 693 p.
- 50 HEYNEMANN, Cláudia. Edições perigosas: a Enciclopédie para Robert Darnton. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1-2, p. 167-182. Jan./dez. 1995.
- 51 HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26.ed. Rio de Janeiro : José Olympio. 1994.
- 52 ——. **História Geral da Civilização Brasileira**. 2. ed. São Paulo : Difusão Européia do Livro. 1965.
- 53 INOJOSA, Rose-Marie. Subsídios para o estabelecimento de um sistema municipal de arquivos. **Revista do Arquivo Municipal**, São Paulo, v. 191, n. 41, p. 31- 53, jan./dez. 1978.
- 54 JAPIASSÚ, Hilton, MARCONDES, Danilo. **Dicionário de Filosofia**. 3.ed. Rio de Janeiro : Jorge Zahar. 1996
- 55 LEITE, Paulo Gomes. Revolução e heresia na biblioteca de um advogado de Mariana. **Acervo**, Rio de Janeiro, v.8, n.1, 2, p.153- 166, jan/dez 1995.
- 56 LENHARO, Alcir. **As Tropas da Moderação** : o abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1808/1848. São Paulo : Símbolo, 1979.
- 57 LESSA, Clado Ribeiro. As bibliotecas brasileiras do tempo colonial: apontamentos para um estudo histórico. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, v.191, p.339 –345, abr./jun. 1946.
- 58 LOPES, Eliane M. S. T. **Colonizador-Colonizado** : uma relação educativa no movimento da História. Belo Horizonte : UFMG, 1985.
- 59 LUCCOCK, John. **Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil** : tomadas durante uma estada de dez anos nesse país, de 1808 a 1818. São Paulo : Livraria Martins, 1942 (Biblioteca Histórica Brasileira,X).
- 60 LÜDKE, Menga, ANDRÉ, Marli E.D.A. **Pesquisa em educação**:

- abordagens qualitativas. São Paulo:EPU,1986.
- 61 MALDOS, Roberto. **Formação urbana da cidade de São João del-Rei.** São João del-Rei : IPHAN / 13 CR/ Museu Regional, 1997 (texto digitado)
- 62 MARCONI, M. de A, LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa:** planejamento, execução de pesquisa, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1996.
- 63 MARTINS, Wilson. **A palavra escrita:** história do livro, da imprensa e da biblioteca. 2.ed.. São Paulo: Ática, 1998.519 p.
- 64 MATOS, Raimundo J. Cunha. **Corografia Histórica da Província de Minas Gerais (1832).** Belo Horizonte : Arquivo Público Mineiro, 1981.
- 65 MAWE, John. **Viagens ao interior do Brasil.** Belo Horizonte : Itatiaia, 1978.
- 66 MEIRELES, Cecília. Romance II ou Do ouro incansável. In : -----
Romanceiro da Inconfidência : crônica trovada da cidade de Sam Sebastian. Rio de Janeiro : Nova Fronteira. 1983. p. 24.
- 67 MINAYO, M. C. de Souza. **O desafio do conhecimento:** pesquisa Qualitativa em saúde. 3.ed. São Paulo :HUCITEC. Rio de Janeiro: ABRASCO, 1994.
- 68 -----(org.) **Pesquisa Social** : teoria, método e criatividade. 4.ed. Petrópolis: Vozes, 1994.
- 69 MORAIS DA SILVA, Antônio de. **Grande Dicionário da Língua Portuguesa.** 10 ed. Lisboa: Confluência. 1950.
- 70 MORAES, Rubens Borba de. **Livros e bibliotecas no Brasil colonial.** Rio de Janeiro : Livros Técnicos e Científicos, 1979 (Biblioteca Universitária de Literatura Brasileira, Série A, n.6) 233 p.
- 71 POHL, João Emanuel. **Viagem no interior do Brasil.** Rio de Janeiro : INL, 1951.
- 72 PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo** : colônia. 7. ed. São Paulo : Brasiliense, 1963.
- 73 PRIOLLI, Gabriel, LIMA, Márcia. Missão cumprida. **Revista Imprensa**, p.76-82, jun. 1998.
- 74 REIS, Alcenir Soares dos. **Rompendo com a tradição: questões teórico-metodológicas em pesquisa histórica.** Belo Horizonte: Curso de pós-

- graduação da Faculdade de Educação da UFMG, 1998. 18p. (Trabalho de aluno).
- 75 -----**Informação e cidadania**: questionamentos e inter-relações. Belo Horizonte: Curso de pós-graduação da Faculdade de Educação da UFMG, 1996. 32 p. (Trabalho de aluno).
- 76 RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da educação brasileira** : a organização escolar. 7. Ed. São Paulo : Cortez: Autores Associados. 1987.
- 77 RIZZINI, Carlos. Dos clubes secretos às lojas maçônicas. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, v. 190, p. 29-44, jan/mar, 1946.
- 78 RODRIGUES, José Carlos. Idéias filosóficas e políticas em Minas Gerais: I metade do século XIX. In: SEMINÁRIO SOBRE A CULTURA MINEIRA: século XIX, III, 1982, Belo Horizonte. **Seminário...** Belo Horizonte : Conselho Estadual de Cultura, 1982.p. 165-204
- 79 ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **A educação na sociedade tradicional brasileira**. Belo Horizonte : FAE/UFMG.1976 (Texto mimeografado)
- 80 SANTOS, B. Silva. **Fragmentos da História de Camanducaia**. Camanducaia : Prefeitura Municipal de Camanducaia. 1968.
- 81 SANTOS, José Bellini dos. **São João del Rei, a cidade que não olhou para trás**. 2. ed. São João del- Rei : Gráfica do Diário do Comércio, 1949.
- 82 SILVA, Maria Beatriz Nizza da. A transmissão, a conservação e a difusão da cultura no Rio de Janeiro (1808-1821). **Revista de História** , São Paulo, v.V, n. 102, p. 551-580, abr/jun 1975.
- 83 SODRÉ, Nelson Werneck. **A história da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1966.583 p.
- 84 SOUZA, Laura de Mello (org.) **História da vida privada no Brasil** : cotidiano e vida privada na América Portuguesa. São Paulo : Companhia das Letras. 1997.
- 85 SPIX, J. B. VON, MARTIUS, C. F. P. **Viagem pelo Brasil** – 1817/1820. Belo Horizonte : Itatiaia, 1981.
- 86 TAUNAY, Alfredo d'Escagnolle, AVELLAR, Hélio de A. **História administrativa do Brasil**. São Paulo : DASP, 1974. v. VII

- 87 TORRES, João Camilo de Oliveira. ***História de Minas Gerais***. 2. ed. Belo Horizonte : Difusão Pan-Americana do Livro, 1961.
- 88 VASCONCELOS, Diogo de. ***História antiga de Minas Gerais***. Belo Horizonte : Itatiaia, 1974.
- 89 ——. ***História Média de Minas Gerais***. 4. Ed. Belo Horizonte : Itatiaia, 1974.
- 90 VEIGA, José Pedro Xavier da. A imprensa em Minas Gerais. ***Revista do Arquivo Público Mineiro*** ano III, v.2, Ouro Preto. 1898, p.169-239.
- 91 VIEIRA, Domingos (frei) ***Grande Dicionario Portuguez ou Thesouro da Língua Portuguesa***. Porto: Ernesto Chardron, Bartholomeu H. de Morais.1871.
- 92 VIEGAS, Augusto. ***Notícia de São João del-Rei***. 2 ed. Belo Horizonte: [s.n.] 1953.
- 93 VILLALTA, Luiz Carlos. Os clérigos e os livros nas Minas Gerais do século XVIII. ***Acervo***, Rio de Janeiro, v.8, n. 1,2, p. 19-52, jan/dez. 1995.
- 94 ——. O diabo na livraria dos inconfidentes. In: NOVAES, Adauto (org.). ***Tempo e História***. São Paulo : Companhia das Letras. 1992, p.367-395.
- 95 ——. O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura. In: SOUZA, Laura de Mello e (org.). ***História da vida privada*** : cotidiano e vida privada na América portuguesa. São Paulo : Companhia das Letras, 1997, p.331- 386.
- 96 VIOTTI DA COSTA, Emília. Introdução ao estudo da emancipação política do Brasil. In: FENELON, Dea Ribeiro (org.). ***50 textos de História do Brasil***. São Paulo: HUCITEC, 1974.p. 79-83
- 97 WALSH, Robert. ***Notícias do Brasil –1828/1829***. Belo Horizonte : Itatiaia, 1985.

8. ANEXOS

8.1 DOAÇÕES à Biblioteca Pública noticiadas no jornal “Astro de Minas”:

- doação realizada pelo sr. Antônio Felisberto da Costa
 - Atlas Histórico, Chronologico, Geográfico e Genealógico de Le Sage (doação acompanhada da seguinte nota: raro e pouco lido em nosso Paiz; mas que sera hum dia apreciado segundo o seo merecimento, vai para a Biblioteca Publica, sorte que terão outros meos Livros, persuadido que serão aproveitados e não servirão para embrulhar cominhos. Deos guarde a pessoa de V. S. para continuar a marcha que emprehendeo a bem de espalhar as Luzes, e a instrução publica).
- doação do Deputado Sr. Januário da Cunha Barbosa
 - Os trabalhos da Assembleia Constituinte de França composta de 96 v.
- doação do Dr. Capitão Francisco José da Silva
 - Les enfans- de L'Abbaye em 6 v.
- doação do Sr. Joaquim Francisco da Rosa
 - Empresas políticas de Sabedra
 - Elementos de Euclides
 - Paradise lost
 - Princípios de cirurgia por M. Jorge de La Faye em 2 v.
 - Abregé d'Astronomic, par M. de La Lande
 - Eloisa by J.J. Rousseau em 3 v.

- Philosophical Dissertation on the Egíptians and Chinese em 2 v.
- The letters of Abelard and Heloisa
- Ensaio políticos, econômicos e philosophicos por Benjamim, Conde de Runford, traduzidos em vulgar por Hippolyto José da Costa Pereira - 2 v.
- doação feita à biblioteca pelo Doutor Aureliano Coutinho quando o mesmo despediu-se da vila para ocupar um cargo público em outra localidade
 - Historia da cidade de Dublin- compilado por Robert Walsh um viajante que visitou São João d'El-Rei em 1828. No jornal "Astro de Minas" do dia 26-03-1829 foi feito o comunicado dessa doação acompanhado da seguinte nota que referia-se ao autor como sendo *o primeiro literatto que em sua vizita a Minas visitou a Livraria Publica desta Villa e do Rio de Janeiro envia ao Doutor Aureliano Coutinho para ser entregue à Livraria Publica.*
 - Vida dos Homens Illustres de Plutarco em 15 volumes
 - Historia Geog. Universal de Bossueto em 2 volumes

O Doutor Aureliano encaminha esta doação acompanhada da seguinte nota: *"que essas obras por sua raridade, e merito relativo concorrerão não pouco para o progressivo enriquecimento d'este util instituto". ("Astro de Minas" 26/03/1829)*
- Nos registros da Biblioteca também foi encontrada uma nota de doação de coleção de livros feita pela família do falecido Senador Gabriel Mendes dos Santos.(1875)

8.2 OBRAS vendidas nas oficinas do “Astro de Minas”

- Grammaticas da Lingoa Francesa - de Lhomond 1.000 \$
- A vida do príncipe Eugenio - de Beauharnais 640 \$
- Resumo Estatístico Histórico, e Político dos Estados do Norte da América em 2 v.
- Victima da Inquisição de Sevilha
- Ensaio sobre os perigos a que estão sujeitos os meninos quando não são amamentados por suas proprias Maes
- Historia Geral dos Animais
- Recreação Moral e Scientifica ou Jornal da Juventude
- Reflexões sobre a Bulla da Santa Cruzada – 80 \$
- Compêndio da História dos Estados Unidos da América – traduzido do espanhol – 640 \$
- A Constituição do Império
- Compêndios explicativos sobre escolas de Ensino - prof. José Carlos Marink – 320 réis
- Revista Semanária dos Trabalhos Legislativos da Câmara dos Senhores deputados
- Resolução da Assembléa para as Eleições da próxima Legislação e as Instruções para as mesmas – 240 réis
- Regimento para as Câmaras Municipais
- Lei para a Criação dos Juizes de Paz e seus Suplentes

- Tributo de Respeito aos Seos Compatriotas - Baptista Caetano de Almeida
- grátis
- Demonstração das necessidades da abolição do Celibato Clerical – Dep.
Diogo Antônio Feijó – 640 réis

8.3 RESUMO DO CATÁLOGO das obras pertencentes à Biblioteca Pública Municipal “Baptista Caetano de Almeida elaborado em 1938

8.4 Lista de Figuras

- 1 - Biblioteca Municipal Baptista Caetano de Almeida
- 2 - As três primeiras Comarcas de Minas Gerais- 1714
- 3 - Mapa da Comarca do Rio das Mortes
- 4 - Caminhos para as “ Minas do Ouro”
- 5 - A Vila de São João d’El-Rei
- 6 - Registro de nascimento de Baptista Caetano de Almeida
- 7 - Antiga Casa de Misericórdia
- 8 - Casa da Câmara e Cadeia – atual Prefeitura Municipal de São João d’El-Rei
- 9 - Livro para a subscrição voluntaria a beneficio da manutenção da Livraria Publica de São João d’El-Rei
- 10 - Jornal “Astro de Minas”

- APPEL, Myrna Bier (org.) **Caminhos para a liberdade** : a Revolução Francesa e a Inconfidência Mineira – as letras e as artes. Porto Alegre : UFRG. [19--]. 273p.
- CARVALHO, André, BARBOSA, Waldemar **Dicionário Biográfico da Imprensa Mineira**. Belo Horizonte : Armazém de Idéias. 1994.
- CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem**: a elite política imperial. Brasília : UnB, 1981 (Temas brasileiros, v.4)
- CAVALCANTE, Berenice. Os “letrados” da sociedade colonial : as academias e a cultura do Iluminismo no final do século XVIII. **Acervo**, Rio de Janeiro, v.8, n.1, 2, p.53-66, jan/dez 1995
- DARTON, Robert. Um livreiro em Vila Rica no meado do século XVIII. **Kriterion**, Belo Horizonte, v.47-48, p.180-198. jan/jun 1959.
- DIAS, Maria Odila da Silva. Aspectos da Ilustração no Brasil. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, v.278,p.105-170, jan./mar.1968.
- DINIZ, Sílvio Gabriel. Biblioteca setecentista nas Minas Gerais. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais**. Belo Horizonte, v.6, p.333 -344, 1959
- LEITE, Paulo Gomes. Revolução e heresia na biblioteca de um advogado de Mariana. **Acervo**, Rio de Janeiro, v.8, n.1, 2, p.153- 166, jan/dez 1995.
- LESSA, Clado Ribeiro. As bibliotecas brasileiras do tempo colonial: apontamentos para um estudo histórico. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, v.191, p.339 –345, abr./jun. 1946.
- RODRIGUES, José Carlos. Idéias filosóficas e políticas em Minas Gerais: I metade do século XIX. In: SEMINÁRIO SOBRE A CULTURA MINEIRA: século XIX, III, 1982, Belo Horizonte. **Seminário...** Belo Horizonte : Conselho Estadual de Cultura, 1982.p. 165-204.
- VEIGA, José Pedro Xavier da. A imprensa em Minas Gerais. **Revista do Arquivo Público Mineiro** ano III, v.2, Ouro Preto. 1898, p.169-239.

VILLALTA, Luiz Carlos. Os clérigos e os livros nas Minas Gerais do século XVIII.
Acervo, Rio de Janeiro, v.8, n. 1,2, p. 19-52, jan/dez. 1995.

DINIZ, Sílvio Gabriel. Biblioteca setecentista nas Minas Gerais. ***Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais***. Belo Horizonte, v.6, p.333 -344, 1959.

LESSA, Clado Ribeiro. As bibliotecas brasileiras do tempo colonial: apontamentos para um estudo histórico. ***Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro***. Rio de Janeiro, v.191, p.339 –345, abr./jun. 1946.

MORAES, Rubens Borba de. ***Livros e bibliotecas no Brasil colonial***. Rio de Janeiro : Livros Técnicos e Científicos, 1979 (Biblioteca Universitária de Literatura Brasileira, Série A, n.6) 233 p.

